



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS
MESTRADO PROFISSIONAL EM PLANEJAMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS

KYRIA XAVIER DE SOUSA ROCHA SILVEIRA

**O USO DAS TDICS NA GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA:
UMA ANÁLISE DO APLICATIVO DIGA AÍ, ESCOLA!**

FORTALEZA – CEARÁ

2024

KYRIA XAVIER DE SOUSA ROCHA SILVEIRA

O USO DAS TDICS NA GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA:
UMA ANÁLISE DO APLICATIVO DIGA AÍ, ESCOLA!

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas do Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual do Ceará, como requisito para à obtenção do título de Mestre em Planejamento e Políticas Públicas. Área de Concentração: Planejamento e Políticas Públicas.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Andrea Luz da Silva.

FORTALEZA – CEARÁ

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Estadual do Ceará
Sistema de Bibliotecas
Gerada automaticamente pelo SidUECE, mediante os dados fornecidos pelo(a)

Silveira, Kyria Xavier de Sousa Rocha.

O uso das TDICS na gestão escolar democrática e participativa: uma análise do aplicativo Diga Aí, Escola! [recurso eletrônico] / Kyria Xavier de Sousa Rocha Silveira. - 2024.

177 f. : il.

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Estadual do Ceará, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Curso de Mestrado Profissional Em Planejamento E Políticas Públicas, Fortaleza, 2024.

Orientação: Prof.^a Dra. Maria Andréa Luz da Silva..

1. Diga aí, escola!. 2. gestão democrática. 3. inclusão digital. 4. participação. 5. políticas públicas.. I. Título.

KYRIA XAVIER DE SOUSA ROCHA SILVEIRA

O USO DAS TDICS NA GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA:
UMA ANÁLISE DO APLICATIVO DIGA AÍ, ESCOLA!

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas do Centro de Estudos Sociais aplicados da Universidade Estadual do Ceará, como requisito à obtenção do título de Mestre em Planejamento e Políticas Públicas. Área de Concentração: Planejamento e Políticas Públicas.

Aprovada em: 22 de novembro de 2024.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Maria Andrea Luz da Silva (Orientadora)
Universidade Estadual do Ceará – UECE

Profa. Dr. Francisco Horacio da Silva Frota
Universidade Estadual do Ceará – UECE

Prof. Dr. Irapuan Peixoto Lima Filho
Universidade Federal do Ceará – UFC

Dedico este trabalho a todos que me apoiaram através do amor e apoio incondicional e por acreditarem em mim em todos os momentos. Àqueles que me inspiraram e motivaram a seguir em frente, mesmo diante dos desafios mais difíceis. Este trabalho é, antes de tudo, um reflexo da sua influência positiva em minha vida.

AGRADECIMENTOS

A gratidão é a memória do coração, que eu possa carregar sempre comigo esse sentimento que, durante esse processo, tomou forma, se fez gente, se tornou toque e afeto, presente em cada encontro, sentida como algo real e eterno.

Esse percurso de produção de conhecimento, em alguns momentos, foi atravessado por momentos de autoconhecimento, de superação, em compreender o quanto importante é a força que um sonho exerce em nós.

Agradeço a Deus que permitiu que eu sonhasse e realizasse mais essa etapa de formação pessoal e crescimento profissional com coragem e dignidade, dando força e o sustento necessário nos momentos em que mais precisei.

Agradeço à minha família por todo amor e apoio incondicional, não apenas nessa etapa, mas em tudo que me proponho a fazer. Vocês sempre estão na primeira fila me aplaudindo e me incentivando a continuar. Nossa união, amor e respeito de uns para com os outros sempre serão nossa maior qualidade aqui na terra.

Agradeço ao Paulo por ter sido um verdadeiro companheiro, dividindo a carga e tornando essa jornada mais leve, sempre com serenidade, paciência e amor.

Agradeço aos meus filhos, Levi e Benício, que me acompanharam nesse processo. Vocês são minhas fontes de amor incondicional e sempre serão o principal impulso para que eu me torne cada dia uma pessoa melhor.

Gratidão por ter amigos que se tornaram também família, a qual eu pude, por diversos momentos, compartilhar as dores e angústias do percurso, mas, sobretudo, pude comemorar as vitórias de cada etapa, de cada capítulo construído e de cada e-mail enviado; vocês me deram o apoio para embarcar nessa jornada, mas principalmente o impulso necessário para a conclusão.

Também sou grata aos encontros proporcionados por essa trajetória, os colegas da turma 25 do MPPPP, que tornavam as aulas presenciais mais leves e divertidas.

Gratidão eterna ao encontro com Maria, que se tornou um ombro amigo, uma incentivadora e uma referência, que soube conciliar com calma e tranquilidade o papel de mãe com o de pesquisadora, sendo uma verdadeira inspiração..

Agradeço à professora orientadora Andrea Luz pelas contribuições e paciência ao longo deste processo de escrita, assim como à banca examinadora pelas valiosas contribuições que enriqueceram a pesquisa apresentada.

“O correr da vida embrulha tudo, a vida é assim: esquenta e esfria, aperta e daí afrouxa, sossega e depois desinquieta. O que ela quer da gente é **coragem**”. (João Guimarães Rosa em Grande Sertão: Veredas).

RESUMO

Este trabalho busca examinar e discutir as formas de participação da comunidade escolar e de gestão democrática em uma escola da Rede Municipal de Ensino de Fortaleza (RMEF), por meio da contribuição da plataforma tecnológica denominada "Diga aí, Escola!". A pesquisa buscou responder à seguinte questão: Como o aplicativo contribui na participação e no engajamento da comunidade escolar na RMEF, impactando na qualidade e na eficácia dos serviços educacionais oferecidos? A partir desse questionamento inicial, elaborou-se o seguinte objetivo geral: analisar a contribuição do aplicativo "Diga aí, Escola!" na promoção da participação ativa da comunidade escolar em uma escola da RMEF. O embasamento teórico que sustenta o presente estudo, com ênfase nos conceitos de Políticas Públicas, Políticas Educacionais, Gestão Escolar Democrática e Inclusão Digital, incorporou as contribuições de Vieira (2020), Vidal (2020), Freire (2001; 1967), Dewey (1979), Lévy (1992; 1999), Secchi (2012), Luck (2001; 2017), Rua (1997), Paro (2011), dentre outros autores que fundamentam e analisam o problema de pesquisa proposto. Como suporte para chegar a essa análise, os seguintes objetivos específicos foram traçados: a) investigar o alcance do aplicativo "Diga aí, Escola!" na mobilização e engajamento da comunidade escolar; b) compreender a percepção dos usuários sobre a influência do aplicativo na tomada de decisões escolares; c) verificar o papel do aplicativo "Diga aí, Escola!" na promoção da gestão democrática e participativa. O caminho percorrido para atingir os objetivos propostos foi a adoção da metodologia mista, que consistiu na utilização de técnicas qualitativas e quantitativas. Para a coleta de dados, realizou-se a entrevista semiestruturada com o gestor escolar e a observação do espaço; como técnicas quantitativas, foram aplicados questionários com os alunos do 6º ao 9º ano de uma escola pública da RMEF. Os achados da pesquisa indicaram que as ferramentas tecnológicas podem contribuir na ampliação dos espaços participativos, desde que sejam utilizadas corretamente e em sua totalidade. No caso da escola pesquisada, a ferramenta "Diga aí, Escola!" não atingiu os objetivos esperados, sendo uma ferramenta subutilizada, tendo seu potencial de engajamento e promoção de participação da comunidade escolar limitado.

Palavras-chave: Diga aí, escola!; gestão democrática; inclusão digital; participação; políticas públicas.

ABSTRACT

This work seeks to examine and discuss the ways in which the school community participates and engages in democratic management in a school within the Municipal Education Network of Fortaleza (RMEF), through the contribution of the technological platform called "Diga aí, Escola!" The research aimed to answer the following question: How does the application contribute to the participation and engagement of the school community in the RMEF, impacting the quality and effectiveness of the educational services offered? From this initial question, the following general objective was formulated: to analyze the contribution of the "Diga aí, Escola!" app in promoting the active participation of the school community in a school of the RMEF. The theoretical framework supporting this study, emphasizing the concepts of Public Policies, Educational Policies, Democratic School Management, and Digital Inclusion, incorporates the contributions of Vieira (2020), Vidal (2020), Freire (2001; 1967), Dewey (1979), Lévy (1992; 1999), Secchi (2012), Luck (2001; 2017), Rua (1997), Paro (2011), among other authors who provide insights and analyze the proposed research problem. To support this analysis, the following specific objectives were established: a) to investigate the reach of the "Diga aí, Escola!" app in mobilizing and engaging the school community; b) to understand users' perceptions of the app's influence on school decision-making; c) to verify the role of the "Diga aí, Escola!" app in promoting democratic and participatory management. The path taken to achieve the proposed objectives was the adoption of a mixed methodology, which involved both qualitative and quantitative techniques. For data collection, semi-structured interviews were conducted with the school administrator and observations of the space; as quantitative techniques, questionnaires were administered to students from the 6th to 9th grades of a public school in the RMEF. The research findings indicated that technological tools can contribute to expanding participatory spaces, provided they are used correctly and fully. In the case of the researched school, the "Diga aí, Escola!" tool did not achieve the expected goals, being underutilized and demonstrating limited potential for engagement and promoting the participation of the school community.

Keywords: Diga aí, escola!; democratic management; digital inclusion; participation; public policies.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Influência dos modelos de Administração Pública: do princípio a atualidade.....	29
Figura 2 - Painel de Informação visto pela SME.....	46
Figura 3 - Painel de informações visto pelo Distrito de Educação.....	46
Figura 4 - Painel de informações visto pela unidade escolar.....	47
Figura 5 - Etapas de Implantação PIEC.....	65
Figura 6 - Dados da pesquisa TIC Domicílios 2023.....	76
Figura 7 - Acesso à internet por região do Brasil.....	77
Figura 8 - Tela de avaliação da dimensão alimentação.....	99
Figura 9 - Detalhamento da avaliação no segmento alimentação.....	100
Figura 10 - Tela de acompanhamento das avaliações por perfil avaliativo.....	123

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Contribuições dos fundadores da área de Políticas Públicas.....	24
Quadro 2 - Conceito de Políticas Públicas.....	26
Quadro 3 - Principais ações e propostas destinadas à educação por governo.....	37
Quadro 4 - Pontuação por títulos e experiência profissional seleção de gestores.....	50
Quadro 5 - Ações governamentais de ampliação, incentivo, uso e acesso à Tecnologia.....	60
Quadro 6 - Distribuição de dimensões por grupo de avaliador.....	98
Quadro 7 - Comentários atribuídos à escola no app “Diga aí, Escola!” pelo segmento Aluno.....	101
Quadro 8 - Atividades realizadas na internet pelos estudantes.....	120

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Série histórica de matrículas da rede pública municipal de Fortaleza.....	94
Gráfico 2 - Série histórica do Rendimento Escolar da rede pública municipal de Fortaleza.....	95
Gráfico 3 - Dados de acesso à internet.....	117
Gráfico 4 - Dados de conexão da internet.....	118
Gráfico 5 - Dados de conhecimento sobre o “Diga aí, Escola!”.....	121
Gráfico 6 - Dados de avaliação no aplicativo “Diga aí, Escola!”.....	122

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Programa Educação Conectada.....	69
Tabela 2 - PMDE Emergencial.....	70
Tabela 3 Distribuição de matrículas por sexo e ano e amostra.....	93
Tabela 4 - Série histórica dos resultados das avaliações externas obtidos pela rede pública municipal de Fortaleza- SPAECE..	95
Tabela 5 - Série histórica dos resultados das avaliações externas obtidos pela rede pública municipal de Fortaleza- IDEB.....	96
Tabela 6 - Acesso aos equipamentos.....	119

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BDTD-Ibict	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
BNCC	Base Nacional Curricular Comum
CEINE	Célula de Inovação Educacional
Cetic-Br	Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da sociedade da Informação
CF	Constituição Federal
CMF	Câmara Municipal de Fortaleza
CGI-BR	Comitê Gestor da Internet no Brasil
CGPID	Comitê Gestor do Programa de Inclusão Digital
CIEB	Centro de Inovação para a Educação Brasileira
CITINOVA	Fundação de Ciência, Tecnologia e Inovação de Fortaleza
COGEST	Coordenadoria de Articulação da Comunidade e Gestão Escolar
DASP	Departamento Administrativo do Serviço Público
DCN	Diretrizes Curriculares Nacionais
DOM	Diário Oficial do Município
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EJA	Educação de Jovens e Adultos
ENIA	Estratégia Nacional de Inteligência Artificial
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
FUNDEF	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
GESAC	Governo Eletrônico – Serviço de Atendimento ao Cidadão
ID	Identidade Digital
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IMPARH	Instituto Municipal de Desenvolvimento de Recursos Humanos
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
LGPD	Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais
MCTI	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MEC	Ministério da Educação e Cultura
OMS	Organização Mundial da Saúde

PAR	Plano de Ações Articuladas
PBLE	Programa Banda Larga nas Escolas
PDDE	Programa Dinheiro Direto na Escola
PIEC	Programa de Inovação Educação Conectada
PLANINFE	Plano de Ação Integrada
PMDE	Programa Municipal de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino de Fortaleza
PMF	Prefeitura Municipal de Fortaleza
PNA	Política Nacional de Alfabetização
PNBL	Programa Nacional de Banda Larga
PNE	Plano Nacional de Educação
PROINFO	Programa Nacional de Tecnologia Educacional
RG	Registro Geral
RMEF	Rede Municipal de Ensino de Fortaleza
SAEB	Sistema de Avaliação da Educação Básica
SBP	Sociedade Brasileira de Pediatria
SESI	Serviço Social da Indústria
SGDC	Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas
SID	Secretaria de Inclusão Digital
SME	Secretaria Municipal da Educação
STF	Supremo Tribunal Federal
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TCU	Tribunal de Contas da União
TDIC	Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação
TIC	Tecnologias da Informação e Comunicação
UAB	Universidade Aberta do Brasil
UERF	Unidade Executora dos Recursos Financeiros
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	17
2	POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS E GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA: UM ESTUDO NO CONTEXTO MUNICIPAL DE FORTALEZA.....	23
2.1	Conceito de Políticas Públicas.....	23
2.2	Ciclo das Políticas Públicas.....	28
2.3	Modelos de Administração Pública.....	29
3.4	Políticas Públicas Educacionais e Gestão Escolar.....	33
2.5	Gestão Escolar Democrática no município de Fortaleza.....	39
2.5.1	A Gestão Democrática no Plano Municipal da Educação de Fortaleza.....	43
2.5.2	Gestão Escolar Democrática: Órgãos Colegiados e Seleção de Gestores.....	47
2.5.2.1	<i>Processo Seletivo de gestores no município de Fortaleza.....</i>	48
2.5.2.2	<i>Gestão Democrática e Participação da comunidade escolar em Fortaleza.....</i>	52
3	INCLUSÃO DIGITAL E PARTICIPAÇÃO SOCIAL.....	55
3.1	Políticas Públicas De Tecnologias Digitais Da Informação e Comunicação.....	59
3.1.1	Políticas Públicas de Tecnologias Digitais a Informação e Comunicação na Educação.....	63
3.1.1.1	<i>Base Nacional Curricular Comum e as Tecnologias da Educação.....</i>	67
3.1.2	Políticas públicas de tecnologias digitais da informação e comunicação na educação de Fortaleza.....	69
3.2	Inclusão Digital e Democracia.....	74
3.3	Aparato Digital para os Jovens Geração Digital.....	82
4	DIGA AÍ, ESCOLA!: EFETIVAÇÃO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA EM UMA ESCOLA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE FORTALEZA.....	89
4.1	Percurso Metodológico.....	89

4.2	Rede Municipal de Ensino de Fortaleza.....	93
4.3	“DIGA AÍ, ESCOLA!” Mecanismo de participação ou mais uma burocracia?.....	97
4.4	Achados da pesquisa de campo.....	103
4.4.1	Entrevista com a gestora.....	104
4.4.2	Aplicação do questionário.....	115
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	125
	REFERÊNCIAS.....	130
	APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO ALUNO.....	135
	APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA GESTOR ESCOLAR... 	139
	APÊNDICE C - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	142
	ANEXO A – TELAS DO APP “DIGA AÍ, ESCOLA!”.....	144
	ANEXO B – MANUAL DE INSTALAÇÃO DO TOTEM.....	152
	ANEXO C – CARTAZES INFORMATIVOS DIGA AÍ, ESCOLA!.....	166
	ANEXO D – ORIENTAÇÕES OPERACIONAIS SOBRE A PARTICIPAÇÃO NA AVALIAÇÃO.....	167
	ANEXO E – MATERIAL DE DIVULGAÇÃO DO DIGA AÍ, ESCOLA!.....	172

1 INTRODUÇÃO

Essa pesquisa buscou examinar e discutir as formas de participação da comunidade escolar e de gestão democrática nas escolas da Rede Pública Municipal de Fortaleza, por meio da contribuição da plataforma tecnológica denominada "Diga aí, Escola!".

Nesse contexto, é necessário compreender que, no Brasil, a palavra Democracia, no ambiente escolar, foi mudando de sentido de acordo com a gestão e interesses políticos que estavam à frente do país. O termo deixou de ser associado exclusivamente à garantia de acesso e foi ampliado para ensino de melhor qualidade, condições melhores de trabalho e democratização da gestão das instituições.

Essa gestão, que a partir da Constituição Federal (CF) de 1988 deveria ser democrática, tem como atribuição a promoção de espaços visando a ampliação da participação da comunidade escolar nas tomadas de decisões pedagógicas, administrativas, fiscalização dos recursos através dos conselhos, dentre outras.

Diante das diversas demandas pessoais, no contexto educacional atual, é essencial a busca para encontrar e implementar ferramentas inovadoras que estimulem e, sobretudo, facilitem a participação ativa de todos os membros da comunidade escolar. Assim, a tecnologia emerge como um componente essencial para o desenvolvimento e otimização das práticas democráticas de gestão escolar.

Para além da ampliação do âmbito físico da escola, o avanço da tecnologia no ambiente educativo surge como nova possibilidade de expansão desse espaço democrático com vistas a promover uma maior participação.

Nesse contexto, a utilização de tecnologias emerge como um aliado essencial para ampliar as modalidades de participação e engajamento da comunidade escolar. Desse modo, inspirada pelas mudanças tecnológicas ocorridas no decorrer do tempo, a Secretaria Municipal da Educação (SME) de Fortaleza, em 2019, lançou o aplicativo¹ "Diga aí, Escola!" com o objetivo de favorecer a democracia e a participação dos membros da escola a partir da ampliação dos canais de comunicação entre comunidade escolar e Secretaria da Educação.

¹ A ferramenta 'Diga aí, Escola!' é uma plataforma digital que pode ser acessada tanto pela web quanto por um aplicativo disponível para download gratuito nas lojas de aplicativos para dispositivos móveis. Ao longo deste trabalho, utilizaremos os termos 'ferramenta', 'plataforma' ou 'aplicativo (app)' para nos referirmos ao 'Diga aí, Escola!'.

Esse aplicativo se configura como uma ferramenta inovadora que visa coletar avaliações, de satisfação ou insatisfação, dos usuários, sobre os serviços prestados pela Prefeitura Municipal de Fortaleza (PMF) no âmbito educacional. A relevância de investigar a eficácia desse aplicativo residiu na busca por estratégias que promovam uma participação mais significativa e engajada da comunidade escolar, além de compreender em que medida o aplicativo contribui para a melhoria contínua da escola.

Portanto, essa pesquisa buscou responder à seguinte questão: Como o aplicativo "Diga aí, Escola!" contribui na participação e no engajamento da comunidade escolar na Rede Municipal de Ensino de Fortaleza. A partir desse questionamento inicial, elaborou-se o seguinte objetivo geral: analisar a contribuição do aplicativo "Diga aí, Escola!" na promoção da participação ativa da comunidade escolar em uma escola da Rede Municipal de Ensino de Fortaleza (RMEF). Dessa forma, este estudo se propõe a analisar o aplicativo "Diga aí, Escola!", investigando como essa ferramenta de avaliação dos serviços educacionais contribui para a ampliação da participação da comunidade escolar com vistas à melhoria da qualidade dos serviços prestados.

Como suporte para chegar a essa análise, os seguintes objetivos específicos foram: a) investigar o alcance do aplicativo "Diga aí, Escola!" na mobilização e engajamento da comunidade escolar; b) compreender a percepção dos usuários sobre a influência do aplicativo na tomada de decisões escolares; c) verificar o papel do aplicativo "Diga aí, Escola!" na promoção da gestão democrática e participativa.

O embasamento teórico que sustentou o presente estudo, com ênfase nos conceitos de Políticas Públicas, Políticas Educacionais, Gestão Escolar Democrática e Inclusão Digital, incorporou as contribuições de Vieira (2020), Vidal (2020), Freire (2001; 1967), Dewey (1979), Lévy (1992; 1999), Secchi (2012), Luck (2001; 2017), Rua (1997), Paro (2011), dentre outros autores que contribuíram para fundamentar e analisar o problema de pesquisa proposto.

O estudo apresentou um caráter inédito, contribuindo com a Academia ao trazer um assunto ainda não explorado, uma vez que, ao realizar buscas em repositórios de trabalhos acadêmicos acessíveis via internet, como nos sites da Scielo, Google Acadêmico e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD-Ibict), não foi identificado nenhum estudo que trate especificamente sobre o

aplicativo aqui investigado. Apesar de ter identificado diversos trabalhos na área da tecnologia e educação, educação e gestão democrática, políticas públicas educacionais, nenhum desses trabalhos tratava sobre o aplicativo “Diga aí, Escola!”.

É importante ressaltar, ainda, a relevância de estudos que investiguem as experiências das secretarias de ensino em promover mecanismos de participação no ambiente escolar que utilizem, também, das tecnologias hoje disponíveis, fazendo-se necessário compreender melhor como tais mecanismos têm sido efetivados e como contribuem com a gestão democrática e participativa nas escolas públicas da Rede Municipal de Fortaleza.

Além da relevância do tema, o interesse em realizar esta pesquisa se deu pela experiência na participação na fase piloto do aplicativo. À época, participei ativamente das reuniões que trataram sobre o aplicativo, bem como participei da experiência piloto aplicada *in loco* escolar para avaliação.

Ademais, cabe destacar que a contribuição mais significativa da pesquisa reside em sua aplicação prática e impacto social. Ao reconhecer que a educação é a ferramenta mais importante na transformação social e que a democracia constitui a base de uma sociedade mais justa e igualitária, torna-se preciso mostrar e informar à sociedade os recursos disponíveis e como utilizá-los adequadamente para garantir os direitos da população.

O lócus da pesquisa foi uma unidade escolar da rede pública municipal de ensino de Fortaleza, situada em um bairro de responsabilidade do Distrito de Educação 6², que foi contemplada com a instalação de uma Sala de Inovação Educacional.

A referida unidade, além de ser uma referência de espaço comunitário no bairro, pois tem 40 anos de funcionamento, sendo uma das unidades mais antigas do parque escolar, é uma das escolas com maior número de matrículas da rede. Atualmente, disponibiliza para a comunidade matrículas nas turmas de 1^o ao 9^o ano e também na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA) com turmas de nível III e IV, atendendo um total de 1.146 alunos, distribuídos nos turnos manhã, tarde e noite.

² Atualmente, a rede municipal de ensino de Fortaleza abrange 610 unidades escolares. Para melhor monitorar essas unidades, a cidade foi dividida em 6 distritos de educação desde 2013. Antes dessa divisão, as questões educacionais eram gerenciadas pelo coordenador regional juntamente com outros assuntos de interesse público, como saúde, segurança e saneamento. A implementação dos distritos focou em garantir um acompanhamento mais eficiente e de qualidade para a educação.

No que diz respeito ao espaço escolar, a unidade conta com 16 salas de aula, atendendo 35 turmas nos três turnos, possui 2 salas de aula para atendimento dos alunos nas atividades do contraturno, biblioteca, sala da coordenação pedagógica, sala da direção, sala de recursos multifuncionais atendendo 60 estudantes e sala dos professores.

A escola é do tipo Patrimonial e conta atualmente com 1 diretor, 2 coordenadores pedagógicos, 1 secretário escolar, 2 supervisores escolares, 1 agente administrativo, 2 apoios à gestão pedagógica, 3 apoios à biblioteca, 13 voluntários nos programas de fortalecimento da aprendizagem³. A unidade possui um bom número de pessoas no suporte e desenvolvimento das atividades.

Para atender às demandas, o corpo docente é formado por 58 professores, entre pedagogos e áreas específicas. 16 funcionários são responsáveis por cuidar da limpeza dos ambientes, preparar e servir a comida e monitorar o acesso à escola, além de 1 coordenador do programa Aprender Mais.

O universo de participantes da pesquisa foi de alunos matriculados nas turmas de 6º ao 9º ano, que conforme pesquisa exploratória constituem o grupo com o maior número de atividades pedagógicas que visam incentivar o uso das tecnologias.

O trabalho está dividido em 5 seções, sendo a primeira uma construção introdutória de todo o percurso realizado para elaboração da pesquisa. Na segunda seção, destaca-se o papel do Estado na formulação e implementação de políticas públicas, reconhecendo sua complexidade. Explora-se o vínculo entre políticas públicas e educação, analisando seu marco histórico e evolução ao longo do tempo. O objetivo é esclarecer as complexidades e impactos dessas políticas na formação educacional, oferecendo uma base sólida para compreensão das dinâmicas entre Estado e educação. Nessa seção também está posto o exemplo do município de Fortaleza que implementou os princípios da Gestão Democrática, por meio da Lei complementar 169/2014, com enfoque na seleção de gestores.

A seção 3 aborda o tema da Inclusão Digital, enfatizando a indispensável ligação entre tecnologia e educação, destacando-a não apenas como uma

³ Os programas de fortalecimento da aprendizagem constituem iniciativas direcionadas à promoção da competência discente, melhoram o desempenho nas disciplinas do currículo convencional além de ampliar a carga horária de atividades semanais. Essas intervenções são destinadas aos alunos do 1º ao 9º e ocorrem tanto dentro da unidade escolar quanto em espaços colaborativos externos.

comodidade, mas como uma necessidade vital para enfrentar os desafios contemporâneos. Explora-se o papel da educação como ferramenta essencial para capacitar indivíduos a navegar efetivamente em um mundo digital em constante mudança. O texto ressalta a educação como base fundamental da sociedade, necessária para equipar as pessoas com as habilidades essenciais para prosperar na era moderna. A referida seção visa compreender o potencial transformador da tecnologia na educação, delineando um caminho em direção a um futuro mais inclusivo, dinâmico e progressista.

A seção 4 aborda em detalhes o aplicativo "Diga aí, Escola!", lançado pela SME, destacando sua proposta revolucionária na interação entre a comunidade escolar e a gestão. Além de oferecer uma visão única das percepções dos usuários sobre as decisões administrativas, através de comentários e notas, examina-se como essas percepções influenciam as decisões da gestão escolar. A análise dos feedbacks recebidos pelo aplicativo proporciona dados importantes para a melhoria contínua da qualidade da educação, fomentando um ambiente escolar mais participativo e responsivo às necessidades da comunidade. Por fim, na seção 5 constam as considerações finais do trabalho, que sintetizam os achados da pesquisa, bem como desafios e perspectivas para estudos futuros.

A seção também detalha a trajetória metodológica escolhida para o alcance dos objetivos, além de apresentar um panorama das principais metas relacionadas à educação da rede municipal de ensino de Fortaleza.

A pesquisa de campo, realizada na unidade escolar indicada, revelou que os alunos possuem acesso a dispositivos tecnológicos, possuem acesso a conexão de internet e o uso principal que é feito nas redes é para entretenimento. Já em relação ao objeto da pesquisa, a investigação revelou que um número considerável de alunos não tinha conhecimento sobre o app e que apesar da gestão em seu discurso apresentar a ação avaliativa como algo vivo na unidade, uma parcela substancial de alunos demonstrou uma situação diferente.

Por fim, na seção 5 constam as considerações finais do trabalho que sintetiza os achados da pesquisa, fazendo um contraponto com a base teórica que sustenta o trabalho, que confirma a importância das ferramentas digitais no fazer diário da gestão como um meio de ampliação da participação. Nesse contexto, indica-se que a ferramenta somente se tornará útil se for utilizada da forma correta: como

um instrumento da gestão democrática e participativa que permite avaliar as instituições escolares.

Os achados possibilitaram ainda compreender que para que o app “Diga aí, Escola!” alcance os objetivos traçados em sua concepção, é imprescindível que a comunidade seja esclarecida e incentivada a usá-lo e que haja um esclarecimento sobre o uso e a importância da ferramenta, bem como a aplicabilidade na rotina escolar das sugestões e comentários expressos no app.

Como perspectiva futura de novos estudos, fica a sugestão para realização de pesquisa mais aprofundada sobre o aplicativo em outros contextos escolares, para averiguar quais outros fatores interferem na execução da ferramenta, bem como identificar outras experiências de gestores escolares no uso do app.

2 POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS E GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA: UM ESTUDO NO CONTEXTO MUNICIPAL DE FORTALEZA

Nesta segunda seção, foi empreendido um levantamento da definição de Políticas Públicas, destacando o papel que o Estado desempenha em sua formulação e implementação. Reconhecendo a complexidade inerente a esse campo multifacetado, tornou-se essencial esclarecer os conceitos para garantir uma compreensão mais aprofundada do termo.

No escopo desta investigação, buscou-se ainda adentrar no intrincado vínculo entre essas políticas e o setor educacional. Para tanto, identificou-se o marco histórico em que o direito à educação se tornou uma responsabilidade inalienável do Estado, garantido por meio de seus programas e projetos governamentais. Essa análise meticulosa permitirá compreender a evolução da educação como uma prioridade política, além dos desafios e das transformações que moldaram essa conexão entre política pública e educação ao longo do tempo.

Esta seção visou, portanto, esclarecer as complexidades inerentes ao conceito de políticas públicas e seu impacto ao longo da trajetória histórica da educação brasileira, oferecendo uma fundamentação sólida para a compreensão das dinâmicas existentes entre o Estado e a formação educacional.

2.1 Conceito de Políticas Públicas

As políticas públicas, frequentemente objeto de divergência conceitual, suscitam interpretações que variam desde a sua associação exclusiva com partidos políticos ou processos eleitorais, até uma redução simplista de sua abrangência. Contudo, é pertinente compreendê-las como um conjunto de medidas deliberativas e implementadas com o propósito de promover o bem-estar coletivo e o interesse público.

A literatura que trata da origem do termo 'Políticas Públicas' esclarece que ele está vinculado às ciências políticas, além de ser um campo multifacetado que congrega contribuições de diversas áreas. Seu surgimento está datado após a Segunda Guerra Mundial, em decorrência da necessidade de elaborar estratégias que pudessem resgatar as ações do governo. Souza (2006) discorre sobre o surgimento como campo acadêmico da Ciência Política nos Estados Unidos, durante a década

de 1950. Nesse contexto, o foco de estudo centrou-se na análise da ação concreta dos governos, sem considerar o papel do Estado, ao contrário da abordagem europeia, que direcionava seus estudos para uma análise sobre o papel do Estado a partir das ações do Governo.

Esse surgimento, conforme complementado pela autora (Souza, 2006), marca o advento de uma nova direção nos estudos sobre o mundo público, conceituando as políticas públicas como um subcampo da ciência política, destinado a elucidar os processos pelos quais os governos deliberam e implementam determinadas ações.

A área de políticas públicas é frequentemente associada a quatro figuras pioneiras: Harold Laswell, Herbert Simon, Charles Lindblom e David Easton, considerados os 'pais' fundadores desse campo de estudos. Seus trabalhos contribuíram para a compreensão e o desenvolvimento dessa disciplina multifacetada e em constante evolução.

De forma resumida, o quadro a seguir apresenta as principais contribuições dos 4 fundadores da área, destacando suas inovações e impactos significativos no desenvolvimento e na evolução do campo em questão.

Quadro 1 - Contribuições dos fundadores da área de Políticas Públicas

Autor	Contribuição
Laswell (1936)	A expressão "policy analysis" (análise de política pública) foi introduzida pelo autor, na década de 1930, visando conciliar o conhecimento científico e acadêmico com a prática empírica governamental. Além disso, serviu como meio para promover o diálogo entre cientistas sociais, grupos de interesse e o governo.
Simon (1957)	Introduziu-se o conceito de racionalidade limitada entre os tomadores de decisão públicos (policy makers), sugerindo que, apesar disso, essa limitação poderia ser atenuada por meio do conhecimento racional.
Lindblom (1959; 1979)	Questionou-se a predominância do racionalismo de Laswell e Simon, propondo a inclusão de outras variáveis na formulação e análise de políticas públicas, como as relações de poder e a integração das diversas etapas do processo decisório, caracterizado pela ausência de um ponto final ou inicial definido.
Easton (1965)	Enriqueceu o campo ao conceituar política pública como um sistema dinâmico, destacando sua inter-relação entre formulação, resultados e o ambiente circundante. De acordo com sua perspectiva, as políticas públicas são influenciadas por inputs provenientes de partidos políticos, mídia e grupos de interesse, os quais moldam seus desfechos e consequências.

Fonte: Souza (2006, p. 23-24).

As contribuições dos autores são muitas e influenciaram diversos estudos sobre a temática. Laswell inovou ao dar um caráter científico às ações governamentais, sendo sua abordagem complementada posteriormente por Simon, na perspectiva de que a técnica era suficiente para as proposições de resolução. Apesar de Lindblom questionar a racionalidade dos tomadores de decisão, sua teoria amplia os estudos sobre a temática, apresentando outra variável importante no processo, como, por exemplo, a influência das relações de poder. Easton contribui significativamente para a ampliação do escopo temático, ao destacar a relevância de outros agentes, tais como a mídia e os partidos políticos, no contexto das políticas públicas.

Retomando a definição do termo e para obtenção de uma compreensão aprofundada do conceito de Política Pública, é fundamental iniciar por uma análise conceitual, englobando noções fundamentais tais como sociedade, política e o caráter estratégico inerente à atuação política.

Inicialmente, será utilizada a definição de sociedade elaborada por Rua (2014, p. 12): “Sociedade é um conjunto de indivíduos, dotados de interesses e recursos de poder diferenciados, que interagem continuamente a fim de satisfazer às suas necessidades”. É a partir dessas necessidades, que podem ser de ordem material ou de ideias, que surgem os interesses, que, segundo a autora aponta, são de ordens diversas e atendem de forma subjetiva às necessidades de cada pessoa.

Ainda sobre os interesses, apesar de ser algo próprio de cada sujeito, há alguns que podem ser transformados em coletivos, como, por exemplo, o interesse da classe trabalhadora em obter melhores condições de trabalho. A partir da reunião de interesses em comum é que grupos se unem para reivindicá-los, o que pode gerar conflitos, resultando em confrontos.

Para que a sociedade não se autodestrua em busca de seus interesses, é necessário que haja um acordo ou que se chegue a um consenso e é nesse momento que a política exerce o seu papel de conciliadora pacífica dos conflitos.

Nas palavras de Rua (2014, p. 17), “política consiste no conjunto de procedimentos formais e informais que expressam relações de poder e que se destinam à resolução pacífica dos conflitos quanto a bens públicos”.

É a partir dessas decisões políticas, para atendimento das necessidades da sociedade, que surgem as Políticas Públicas. Portanto, Políticas Públicas são o

resultado da ação política que visa sobretudo a solução pacífica para os conflitos de interesse existentes na sociedade.

Assim, para uma compreensão do termo, alguns autores clássicos, pesquisadores da temática na contemporaneidade, definiram a terminologia de política pública. Tais definições são sintetizadas no Quadro 2.

Quadro 2 - Conceito de Políticas Públicas

Autor	Definição
Secchi (2012)	Política pública é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público.
Santos (2012)	As políticas públicas correspondem às ações geradoras na esfera do Estado que têm como objetivo atingir a sociedade como um todo ou partes dela, sendo caracterizadas pela intencionalidade, ou seja, não há ação política desinteressada, pois todas estão relacionadas à identidade e aos interesses do poder estatal
Michel (2002)	destaca que as políticas públicas podem ser compreendidas não apenas como ações concretas do poder público, mas também como atividades simbólicas, envolvendo os principais atores das políticas públicas, as autoridades públicas, e ações concretas e símbolos que representam essas políticas.
Rua (2014)	as políticas públicas (policy) são uma das resultantes da atividade política (politics): compreendem o conjunto das decisões e ações relativas à alocação imperativa de valores envolvendo bens públicos
Amabile (2012)	Políticas públicas são decisões que envolvem questões de ordem pública com abrangência ampla e que visam à satisfação do interesse de uma coletividade. Podem também ser compreendidas como estratégias de atuação pública, estruturadas por meio de um processo decisório composto de variáveis complexas que impactam na realidade.

Fonte: elaborado pela autora (2024) com base em pesquisas bibliográficas.

Os autores destacados compartilham uma visão convergente ao definir o termo como a ação deliberada do governo em favor de grupos com interesses afins. Suas abordagens convergem ao salientar a intencionalidade e o favorecimento de grupos específicos pelo poder público.

De forma resumida, tem-se a definição de Souza (2006) sobre esse campo do conhecimento, que diz:

Pode-se, então, resumir política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa

ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real (Souza, 2006, p. 26).

No entanto, nem todas as reivindicações são atendidas pelo Estado. A determinação da conveniência de implementação de uma política pública por parte do Estado deve ser fundamentada no exame cuidadoso do potencial impacto que tal medida acarretará à existência dos cidadãos. Sobre isso, Rua (1997, p. 06) diz: “Uma situação pode existir durante muito tempo, incomodando grupos de pessoas e gerando insatisfações sem, entretanto, chegar a mobilizar as autoridades governamentais”. Essa situação é chamada pela referida autora de “Estado de coisa”.

A definição de quando um problema passa a ser público, ou seja, quando passa a ser objeto de ação do poder público, está relacionada a aspectos que envolvem os atores sociais; por vezes, um problema fica latente por muito tempo, sendo ignorado pelos governos até que ele assuma uma proporção que gere visibilidade negativa ou que venha a prejudicar a eficácia da gestão.

Nessa dinâmica, a pressão exercida pela sociedade tem papel modulador de políticas públicas. Fatores como agravamento das condições sociais ou econômicas, eventos catastróficos, demandas de grupos de interesse desempenham um papel determinante na transição de um “Estado de coisa” para questões de interesse público.

Um estado de coisas geralmente se transforma em problema político quando mobiliza ação política. Para que uma situação ou estado de coisas se torne um problema político e passe a figurar como um item prioritário da agenda governamental é necessário que apresente pelo menos uma das seguintes características: (a) mobilize ação política: seja ação coletiva de grandes grupos, seja ação coletiva de pequenos grupos dotados de fortes recursos de poder, seja ação de atores individuais estrategicamente situados; (b) constitua uma situação de crise, calamidade ou catástrofe, de maneira que o ônus de não resolver o problema seja maior que o ônus de resolvê-lo; (c) constitua uma situação de oportunidade, ou seja, haja vantagens, antevistas por algum ator relevante, a serem obtidas com o tratamento daquele problema (Rua, 1997, p. 6-7).

Vale ressaltar que, muitas vezes, mesmo diante da pressão da sociedade, uma demanda “privada” não se torna de interesse público. Isso acontece porque algumas questões são temas que vão de encontro com a cultura ou história de uma nação. Um forte exemplo disso é que nos países onde a mulher não é considerada um ser de direito, como o homem, por mais que elas se sintam insatisfeitas e

desconfortáveis com a situação, nesses locais essa não é uma pauta sequer cogitada por quem faz a política.

Conforme delineado por Holfing (2001), a perspectiva adotada em relação às políticas públicas depende da perspectiva ideológica do grupo político que está no poder, pois as ações são diretamente moldadas pela concepção de estado e política social adotada pelo governo em questão.

Por tanto, é importante que as políticas públicas implementadas sejam avaliadas, para que assim se verifique se o que foi proposto está sendo executado e se o que está sendo executado atende ao que foi proposto. Para esta análise, o ciclo de políticas públicas tem sido um norteador dessa ação.

2.2 Ciclo das Políticas Públicas

Apesar da complexidade para a conceituação do fenômeno das Políticas Públicas, é possível identificar as suas partes através do policy cycle, ou ciclo de políticas públicas, que nada mais é do que etapas que organizam a elaboração da política. Vale ressaltar que o ciclo tem uma função didática, mas não acontece na verdade dessa forma, as etapas podem acontecer de forma sequencial ou não, há estudos que apontam que não há fronteiras rígidas nas fases.

O Ciclo de Políticas Públicas é um modelo de análise de políticas amplamente convencionado no mundo acadêmico, que permite compreender todo o percurso traçado por uma política pública a partir das etapas por que ela passou. É digno de nota que essas fases ou etapas, além da possibilidade de não ocorrer de forma linear, é possível inclusive que sofram alterações durante seu percurso, mas que apesar disso, ainda assim permanece um modelo analítico válido.

a abordagem do ciclo de políticas constitui-se num referencial analítico útil para a análise de programas e políticas educacionais e que essa abordagem permite a análise crítica da trajetória de programas e políticas educacionais desde sua formulação inicial até a sua implementação no contexto da prática e seus efeitos (Mainardes, 2006, p. 48).

Para Secchi (2012), o ciclo de políticas pode ser dividido em 7 etapas: identificação do problema, formação de agenda, formulação de alternativas, tomada de decisão, implementação, avaliação e extinção.

As etapas definidas por Secchi (2012) representam passos importantes para a política pública, pois em cada uma delas há aspectos importantes que precisam ser considerados pelos fazedores de políticas na busca de soluções eficazes e sustentáveis.

Nesse sentido, é imperativo seguir um procedimento metodológico que conduza à conclusão sobre a viabilidade e eficácia da sua adoção.

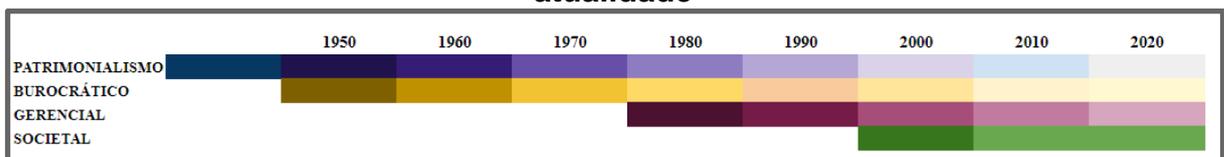
2.3 Modelos de Administração Pública

O significado de administração pública, conforme conceituado por Bobbio (1998), na sua obra Dicionário de política, abrange um conjunto de atividades voltadas para o interesse público ou comum, envolvendo a gestão e a execução de políticas, serviços e recursos visando o bem-estar coletivo e a eficiência na prestação de serviços públicos essenciais.

A análise das diferentes etapas pelas quais a administração pública brasileira transitou desde sua independência até o presente momento proporciona uma visão abrangente das características e transformações ocorridas em cada período, assim como das influências legadas por cada fase.

Esses modelos de administração ao longo do tempo vão sendo alterados em virtude de diversas influências externas, como, por exemplo, o momento histórico, cultural e a globalização. Vale ressaltar que a substituição desses modelos não aconteceu de forma linear e nem houve uma permuta completa da etapa anterior, é factível identificar traços da influência deles em cada um dos modelos posteriores, como se pode observar na figura a seguir. (Figura 1).

Figura 1 - Influência dos modelos de Administração Pública: Do princípio a atualidade



Fonte: Elaborado pela autora a partir de uma adaptação de Meuleman (2008).

No Brasil, de 1500 até 1930, tem-se o primeiro modelo de administração pública, conhecido como Patrimonialismo, e a principal característica desse modelo é a falta de existência de limites entre público e privado. Drummond (2014, p.5) define

as relações nesse período como “As relações patrimonialistas são demarcadas pela dominação; porém ela é sustentada pela aceitação dos súditos diante dos soberanos”. Outro aspecto relevante era que o Estado não atuava em favor da sociedade, mas agia a partir das relações que demonstravam lealdade, favorecendo aliados.

Holanda (1995), em seu livro *Raízes do Brasil*, nos esclarece que nesta época, influenciado pelas raízes da colonização, os interesses e o bem estar da família eram mais importantes que o bem público. Esse cenário em que o privado atravessa e se sobrepõe ao público, o autor, utilizando as ideias de Max Weber, caracteriza-o como Patrimonialismo.

Para o funcionário “patrimonial” a própria gestão política apresenta-se como assunto de seu interesse particular; as funções, os empregos e os benefícios que deles auferem relacionam-se a direitos pessoais do funcionário. (Holanda, 1995, p. 146).

Por conta dessa apropriação dos bens públicos pelos funcionários, esse tipo de administração propiciou o crescimento de ações corruptas, nepotismo e clientelismo, minando os princípios democráticos e comprometendo a integridade da gestão pública.

A característica que definia o governo nas sociedades pré-capitalistas e pré democráticas era a privatização do Estado, ou a interpermeabilidade dos patrimônios público e privado. —Patrimonialismo significa a incapacidade ou relutância de o príncipe distinguir entre o patrimônio público e seus bens privados. A administração do estado pré-capitalista era uma administração patrimonialista. (Bresser-Pereira, 1996, p. 08).

O paradigma que sucedeu o Patrimonialismo foi o Burocrático, sendo sua fundamentação chancelada por Max Weber. Foi um modelo adotado mundialmente como sendo o ideal para o setor público, pois era o que mais se adequava às necessidades do capitalismo industrial.

No Brasil, teve seu marco introdutório no governo de Getúlio Vargas (1930) com a criação do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP).

A escolha pelo modelo burocrático visava romper com as práticas de corrupção, nepotismo e arbitrariedade das ações públicas, características do modelo patrimonialista até então vigente e contrário aos interesses de uma nova classe brasileira que ganhava corpo, a classe urbana. (Drumond, Silveira, Silva, 2014, p. 06).

Este paradigma administrativo foi concebido com o propósito de satisfazer as demandas do capitalismo industrial. Sua prosperidade estava intrinsecamente

ligada à necessidade de uma distinção nítida entre as esferas estatais e de mercado, além de atender aos requisitos fundamentais das democracias parlamentares, que, por sua vez, dependem da distinção entre o cidadão e o Estado para sua própria existência.

A administração pública burocrática foi adotada para substituir a administração patrimonialista, que definiu as monarquias absolutas, na qual o patrimônio público e o privado eram confundidos. O nepotismo e o empreguismo, senão a corrupção, eram a norma. Tornou-se assim necessário desenvolver um tipo de administração que partisse não apenas da clara distinção entre o público e o privado, mas também da separação entre o político e o administrador público. Surge assim a administração burocrática moderna, racional-legal. [...] Surge a burocracia estatal formada por administradores profissionais especialmente recrutados e treinados, que respondem de forma neutra aos políticos. Max Weber (1922) definiu e descreveu de forma genial esse tipo de administração no início deste século. (Bresser-Pereira, 1996, p. 3).

Ao contrário do modelo anterior, os funcionários seriam selecionados por concurso, privilegiando a meritocracia e a competência técnica, sendo protegidos dos mandos políticos e seguindo estritamente as regras, normas e legislações, atuando em prol exclusivamente dos interesses da sociedade.

Esperava-se que esse modelo, com seus ideais de organização, distinção do público-privado, hierarquia, normatização, meritocracia, superasse o patrimonialismo e mitigasse os vícios decorrentes do modelo de administração anterior. No entanto, esse modelo não logrou o êxito esperado.

Sobre isso, Bresser-Pereira nos diz que:

A crise da administração pública burocrática começou ainda no regime militar não apenas porque não foi capaz de extirpar o patrimonialismo que sempre a vitimou, mas também porque esse regime, ao invés de consolidar uma burocracia profissional no país, através da redefinição das carreiras e de um processo sistemático de abertura de concursos públicos para a alta administração, preferiu o caminho mais curto do recrutamento de administradores através das empresas estatais. (Bresser-Pereira, 2015, p. 9).

O modelo seguinte de administração pública é a Gerencialista⁴, 1995, uma vez que o modelo anterior, devido ao seu engessamento às regras e dificuldade de flexibilização, decorre a necessidade de se pensar em um novo modelo, que, assim como os anteriores, viesse a atender as novas características e necessidades da sociedade.

⁴ Alguns autores denominam essa etapa como Nova Gestão Pública (NGP).

Ainda no período do Regime Militar, surge o Decreto-Lei 200/1967, como sendo o marco inicial do modelo Gerencialista, que assentiu que empresas públicas funcionassem nos moldes das empresas privadas, gerando uma maior competitividade.

Essa mudança, tem por base o pensamento Neoliberal, que rever o papel do Estado de provedor para ser gestor, limitando suas ações, sendo o pressuposto dessa administração a sua redução e sua equiparação aos moldes gerenciais das empresas particulares.

É justamente neste contexto que surge e se instala o modelo do gerencialismo puro, cuja premissa básica era que as soluções para as deficiências da administração pública estavam centradas na redução do tamanho do Estado e na equiparação da função pública ao modelo gerencial privado, por meio da adoção de sistemas e técnicas vigentes nas empresas. (Neves; Guimarães; Júnior, 2017, n.p.).

As primeiras tratativas de implantação do modelo Gerencial remontam ao ano de 1967, no entanto, apenas em 1995, no governo do então Presidente Fernando Henrique Cardoso, que o modelo é finalmente implantado.

A Reforma da Gestão, nas palavras de Souza:

A Reforma da Gestão Pública de 1995 compreende três dimensões: a) Dimensão institucional-legal, visava a descentralização aparelho estatal através da criação de organizações sociais, agências executivas e regulatórias; b) Dimensão gestão, definida para dar maior autonomia e formas de responsabilização dos gestores através da administração por resultados, que substituiu características da burocracia; e c) Dimensão cultural, uma mudança de mentalidade, pautada pela confiança. (Souza, 2019, p.14)

Há ainda um quarto modelo de Administração Pública, mas que não está inteiramente implantado, não está vigente oficialmente, no entanto, tem surgido nos debates políticos e seus princípios têm feito parte das ações do Estado, é o modelo Societal.

É um conceito em construção que estabelece diálogo com os conceitos de governança pública, societalismo e transparência pública, mas se percebe um grande movimento para a discussão sobre suas possibilidades de concretização. Identifica-se que a proposta do modelo societal se encontra como proposta de soluções às disfunções presentes no modelo gerencial, o qual, em princípio, buscava a participação social, porém não conseguiu efetivá-la. (Drumond; Silveira; Silva, 2014, p. 8).

Essa nova forma de administrar surgiu em meados dos anos 2000, na gestão do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que, por seu caráter popular, ampliou as oportunidades de participação dos cidadãos nas decisões do Governo.

Embora os modelos de Administração Pública tenham sido abordados em períodos históricos distintos, com suas evoluções temporais claramente delineadas, observa-se atualmente a persistência da influência de modelos anteriormente obsoletos. Este legado mantém-se vigoroso, evidenciado por inúmeros exemplos nas políticas estatais, bem como nas declarações dos representantes eleitos.

Apesar de não constituírem sistemas administrativos plenamente abrangentes, capazes de alinhar-se integralmente com os princípios concebidos para cada abordagem, o avanço mais significativo dessa evolução reside na transformação da condição do indivíduo, que transita de um status de súdito, desprovido de direitos, para o de cidadão, com acesso a direitos fundamentais, um deles é o direito a ter acesso à Educação de qualidade.

2.4 Políticas Públicas Educacionais e Gestão Escolar

No filme "Tempos Modernos", Charles Chaplin personifica e dá concretude à teoria de Frederick Taylor (1856-1915), conhecido por ser o pai da Administração Científica. Ele era um engenheiro mecânico norte-americano, que durante a 2ª Revolução Industrial (1870-1914) desempenhou um papel revolucionário no âmbito industrial. Sua experiência em fábricas o levou a pesquisar o que impedia as fábricas de produzir mais e com mais qualidade. A partir de então, elabora sua principal obra denominada Princípios da Administração Científica, nela descreve os princípios do Taylorismo.

A representação cinematográfica do modelo de produção Taylorista reflete a progressão dos meios de produção, visando maximizar a produção no menor tempo possível para aumentar a quantidade de produtos e incrementar o capital empresarial através da venda destes. Esse pensamento nada mais é do que um reflexo das modificações na estrutura econômica que o mundo vinha adotando, o Capitalismo.

A crescente onda capitalista, que a cada dia impunha à sociedade uma nova reorganização das relações de trabalho e produção, moldou profundamente a paisagem econômica e social, e perdura até os dias atuais.

A educação, representada pela instituição escola, faz parte dos alicerces do mundo e também foi impactada pela mudança econômica. Por esse motivo, as estratégias, decisões e políticas relacionadas a ela são influenciadas pela dinâmica do sistema econômico vigente.

O sistema escolar na sociedade capitalista tem funções definidas pela estrutura econômica, mediatizada pelo Estado intervencionista. Tais funções consistem, em primeiro lugar, na preservação da divisão entre o trabalho manual e o trabalho intelectual que constitui a chave do processo de produção de mais-valia e acumulação do capital no modo de produção capitalista. (Rosar, 2019, p. 67).

Foi com esse sistema estruturado, sob a melhoria da produtividade e crescimento industrial, que no Brasil, no período ditatorial, as escolas passaram a ser “fábricas de mão de obra”. Nesse período, o país precisava produzir trabalhadores qualificados para atender à demanda da indústria, o objetivo era capacitar pessoas para atuar no segmento industrial, sendo, inclusive, datado dessa época a criação das escolas profissionais.

[...] nesse período são incentivados os estudos técnicos realizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), criado em 1938 e, também, pela Comissão Nacional do ensino Primário, abrindo-se, assim, campo de trabalho para os especialistas em educação!, que aderiram ao Estado Novo, ao mesmo tempo que a política educacional adotada passaria ser cada vez mais justificada em termos técnicos. (Rosar, 2019, p. 62).

Na conjuntura explicitada, a Administração Escolar emerge como disciplina dentro do contexto do curso pedagógico, e em 1939 passa a fazer parte do currículo do curso de Pedagogia da Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil.

Essa concepção de Administração Escolar por muito tempo engessou os diretores escolares a meros burocratas, dicotomizando dentro do ambiente educativo atividades puramente administrativas/burocráticas em detrimento de atividades pedagógicas.

No entanto, a educação, por seu caráter emancipatório, apresenta objetivos antagônicos aos das empresas, uma vez que a relação da empresa se constitui de dominador e dominado, enquanto a educação visa justamente essa emancipação, bem como a criação de condições justas e igualitárias para a formação de um cidadão crítico e atuante dos direitos. Por isso, a necessidade de considerar a escola como espaço formativo e não apenas a fabricação de “produtos”.

Dessa forma, a gestão educacional tem natureza e características próprias, ou seja, tem escopo mais amplo do que a mera aplicação dos métodos, técnicas e princípios da administração empresarial, devido à sua especificidade e aos fins a serem alcançados. Ou seja, a escola, entendida como instituição social, tem sua lógica organizativa e suas finalidades demarcadas pelos fins político-pedagógicos que extrapolam o horizonte custo-benefício stricto sensu. Isto tem impacto direto no que se entende por

planejamento e desenvolvimento da educação e da escola e, nessa perspectiva, implica aprofundamento sobre a natureza das instituições educativas e suas finalidades, bem como as prioridades institucionais, os processos de participação e decisão, em âmbito nacional, nos sistemas de ensino e nas escolas. (Dourado, 2007, p. 924).

Assim, alguns autores da época, inquietos com a trajetória que a educação estava tomando, contribuíram com a temática, ampliando o conceito de Administração Escolar, na busca de mitigar a permanência dos equívocos e promover a escola como local de transformação social.

José Querino Ribeiro é um dos autores que principiaram os estudos sobre a temática e legitimou o termo Administração como sendo “um instrumento para a realização dos objetivos da educação” (Ribeiro *apud* Paro, 2007, p. 564). No entanto, vale ressaltar que, para Ribeiro, não se trata da aplicação direta dos princípios administrativos herdados das empresas capitalistas, que visam o lucro, mas entender os caminhos que levam a alcançar os objetivos traçados.

Os anos finais da Ditadura trouxeram ao Brasil significativos desafios econômicos, a população estava desacreditada dos planos governamentais para resgatar o país das dívidas contraídas. Além disso, as pessoas já não suportavam viver em meio a tanta repressão, surgem então os movimentos em prol de um retorno à democracia e da garantia dos direitos civis e políticos. O produto desses movimentos foi o período chamado de Redemocratização.

Portanto, esse processo de redemocratização ocorrido no Brasil na década de 1980 suscitou fortes debates em torno da prestação equitativa de serviços à sociedade e da definição de agentes responsáveis por sua implementação.

Entre esses direitos, destaca-se a educação, que mais uma vez tem seus rumos alterados definidos pela influência externa. Sobre isso, Dourado nos diz:

Desde a redemocratização do país, houve mudanças acentuadas na educação brasileira, com destaque para a aprovação e promulgação da Constituição Federal de 1988, que garantiu uma concepção ampla de educação e sua inscrição como direito social inalienável, bem como a partilha de responsabilidade entre os entes federados e a vinculação constitucional de recursos para a educação. (Dourado, 2007, p. 926).

Assim, com o advento do surgimento do termo democracia nos documentos norteadores oficiais, surge a necessidade de se pensar com mais critério alguns princípios qualitativos sobre a forma como seria ofertada essa educação.

A educação como ferramenta política também é discutida por Paulo Freire (2001). Para o autor, a prática educativa deve ser embasada em uma leitura de mundo que revele à população cada vez mais verdades ocultas que são, em sua maioria, em benefício de uma minoria, de interesse da classe dominante da sociedade.

Desta feita, é inegável a função da escola como incubadora de novas gerações com pensamento crítico. Seu papel, além da educação formal, embasada nos conteúdos curriculares/disciplinares, a escola precisa cumprir com sua função política, a de formar cidadãos críticos capazes de cumprir seus direitos, mas principalmente fazer valer seus direitos.

Uma pessoa não educada é totalmente incapaz de cumprir cabalmente com seus deveres bem como desfrutar plenamente de seus direitos. Uma limitação muito séria é a de não saber reclamar seus direitos – muitas vezes sequer saber da existência deste direito – do que frequentemente se aproveita o Estado para denegá-los, Ou Oferecê-los Como Favor, Ou Pior, Como Moeda De Troca. (Gorczevski, 2008, p. 01).

As Constituições anteriores à de 1988 e as Leis de Diretrizes e Base - LDB que precederam a publicação de 1996 não direcionaram ou orientaram sobre como deveria ocorrer a gestão das escolas, somente com a publicação da Constituição vigente que a palavra gestão democrática é inserida no meio educativo.

Com a criação da Constituição Federal de 1988, documento que delineou as prerrogativas e obrigações do Estado, nos artigos 205 e 206, a educação é oficialmente reconhecida como um dos direitos fundamentais confiados à alçada da autoridade governamental. A partir dessa prerrogativa, surge a incontestável necessidade de conceber e implementar políticas públicas que visem atender às exigências educacionais da sociedade.

Essas medidas políticas não apenas emergem como instrumentos essenciais para garantir o pleno exercício desse direito, mas também como mecanismos indispensáveis para transformar a mera consagração normativa em efetivação prática.

A Constituição Federal nos diz:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I– igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II– liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte

e o saber; III–pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; IV–gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; V–valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas; VI–gestão democrática do ensino público, na forma da lei; VII–garantia de padrão de qualidade; VIII–piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal. (Brasil, 1998).

Os artigos acima mencionados defendem que a educação tem como finalidade primordial promover o pleno desenvolvimento do indivíduo, capacitando-o para participar ativamente da vida em sociedade como cidadão. Além disso, preconizam que o ensino deve aderir a certos princípios fundamentais para alcançar esse objetivo, incluindo a liberdade de aprender, a promoção da diversidade de ideias e o estabelecimento de condições igualitárias de acesso e permanência. É importante destacar que a concretização desses princípios requer um ambiente propício e inclusivo.

A educação passou a ter um status de promotor de cidadania, ou seja, através dela os indivíduos poderiam ter acesso a melhores condições de vida.

A trajetória política e educacional da educação, desde sua consagração em 1988 até o presente momento no Brasil, tem sido influenciada por uma multiplicidade de atores governamentais que, alinhados às suas respectivas agendas, concebem e implementam planos e projetos destinados à sua efetivação no país.

O Quadro 3 apresenta o trajeto das políticas públicas de educação, permitindo uma análise das prioridades governamentais ao longo do tempo, evidenciando quais gestões conferiram maior ênfase a essa área específica.

Quadro 3 - Principais ações e propostas destinadas à educação por governo

(continua)

Presidente	Ações
Sarney (1985–1990) PMDB	<ul style="list-style-type: none"> ● Constituição Federal 1988 ● Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) -1990 ● Criação do - Sistema de Avaliação da Educação Básica ● SAEB
Collor e Itamar Franco (1990–1994) PRN - PL	<ul style="list-style-type: none"> ● Plano Decenal da Educação para Todos-1993

Quadro 3 - Principais ações e propostas destinadas à educação por governo

(conclusão)

Presidente	Ações
Fernando Henrique Cardoso (1995–2002) PSDB	<ul style="list-style-type: none"> • Lei de Diretrizes Básicas da Educação Nacional (LDB) - 1996 • Plano Nacional da Educação • Monitoramento do ensino fundamental e de orientador para algumas políticas educacionais • Lei 9.424/1996 - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério FUNDEF
Lula (2003–2010) PT	<ul style="list-style-type: none"> • Toda criança aprendendo - 2003 • Lei nº. 11.274/2006- Ensino fundamental de 9 anos • Lei No. 11.494, Fundeb • Plano de Desenvolvimento da Educação • Plano de Metas • Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) • Plano de Ações Articuladas (PAR) • Definição de quatro eixos de ação como orientadores das políticas educacionais • Enem como parâmetro e critério de seleção em programas • Programa de Fortalecimento de Conselhos Escolares
Dilma (2011–2016) PT	<ul style="list-style-type: none"> • Plano Nacional de Educação (PNE) - 2014
Temer (2016–2018) PMDB	<ul style="list-style-type: none"> • Base Nacional Curricular Comum- BNCC- 2017
Bolsonaro (2019 - 2022) PSL	<ul style="list-style-type: none"> • Política Nacional de Alfabetização (PNA)- 2019 • Política Nacional de Educação para Alunos com Deficiência- 2020 • Ensino Domiciliar-2021 • GraphoGame- 2022
Lula (2023 - atual) PT	<ul style="list-style-type: none"> • Programa Escola em Tempo Integral • Compromisso Nacional Criança Alfabetizada

Fonte: Elaborado pela autora (2024) com base em pesquisas bibliográficas.

É digno de nota que, durante o período de 1985 a 1994, foram elaborados documentos de significativa relevância para a educação, os quais assinalaram avanços significativos para o setor. Entretanto, somente a partir de 1995, aproximadamente uma década mais tarde, é possível observar a concretização dessas conquistas, as quais, até então, estavam predominantemente refletidas em dispositivos legais, iniciando efetivamente sua implementação.

Um exemplo a ser citado é a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (FUNDEF), que representa um dos mais

significativos avanços na busca pela resolução dos desafios enfrentados pelo ensino fundamental público em nosso país, decorrentes da desigual distribuição de renda, sendo seu uso exclusivo para o ensino fundamental e valorização do magistério dessa modalidade.

Em 2007, o fundo passou por modificações e passou a se chamar Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB), que, como o próprio nome já contempla, ampliou a destinação dos recursos para toda a educação básica, que vai desde a educação infantil até o ensino médio, incluindo a educação de jovens e adultos, sendo sua vigência de 10 anos.

Atualmente, a última modificação no fundo ocorreu por meio da Lei 14.113, que o tornou permanente e ampliou o pagamento a todos os profissionais do magistério e incluiu outros profissionais, tais como.

2.5 Gestão Escolar Democrática no município de Fortaleza

A gestão democrática, princípio estabelecido na Carta Magna de 1988, tornou-se uma meta a ser atingida e exercida por todas as gestões das redes de ensino como princípio basilar.

Uma gestão escolar democrática e participativa é o primeiro passo para promover a inclusão, a participação ativa da comunidade escolar e a tomada de decisões coletivas. Ao envolver pais, alunos e professores no processo decisório, a autonomia da escola é fortalecida e cria-se um ambiente propício para o aprendizado e o desenvolvimento integral dos estudantes.

Como instrumentos de garantia da qualidade da educação, a lei de nº 13.005/2014, em atendimento ao Art. 214 da C.F., instituiu o Plano Nacional de Educação - PNE, com vinte metas e de duração decenal (2014 - 2024) e que tem por objetivo coordenar o sistema nacional de educação, estabelecendo metas, objetivos e estratégias, em conjunto com os órgãos governamentais.

Em relação ao PNE, a meta 19 trata sobre a efetivação da gestão democrática da educação, associando à estratégia de priorização de repasse de verbas federais para as redes que utilizarem o critério técnico para nomeação do cargo de gestor escolar, formação de conselheiros escolares, constituição de Fóruns de Educação, fomento de grêmios estudantis e associação de pais, incentivar os conselhos escolares e municipais como instrumentos de fiscalização da gestão

escolar, ampliar a participação da comunidade escolar na elaboração e ou revisão dos instrumentos escolares, tais como Projeto Político Pedagógico, Regimento Escolar bem como avaliar o quadro docente e gestor, estimular a autonomia das unidades escolares nas áreas pedagógicas, administrativas e financeiras, e elaboração de iniciativas voltadas para a capacitação de gestores escolares.

Concomitante à publicação do PNE em 2014, a rede municipal de Fortaleza já empreendia uma série de mudanças gerenciais no sistema de ensino público, a partir da mudança do executivo municipal. Uma destas que merece destaque foi a implantação da Lei Complementar 169 de 2014, que dispõe sobre a gestão democrática e participativa da rede pública de ensino de Fortaleza.

Sobre a Lei Complementar 169 de 12 de setembro de 2014, tem-se:

Art. 1º. A gestão democrática da escola pública de Fortaleza, cuja finalidade é garantir a centralidade da escola no sistema e seu caráter público quanto ao financiamento, à gestão e à destinação, observará os seguintes princípios:

- I – participação da comunidade na definição e na implementação de decisões pedagógicas, administrativas e financeiras, por meio de órgãos colegiados;
- II – respeito à pluralidade, à diversidade, ao caráter laico da escola pública e aos direitos humanos em todas as instâncias da Rede Pública Municipal de Ensino de Fortaleza;
- III – autonomia das unidades escolares, nos termos da legislação, nos aspectos pedagógicos, administrativos e de gestão financeira;
- IV – transparência da gestão da escola pública de Fortaleza, nos aspectos pedagógicos, administrativos e financeiros;
- V – garantia de qualidade, traduzida pela busca constante do pleno desenvolvimento da pessoa, do preparo para o exercício da cidadania e da elevação permanente do nível de aprendizagem dos alunos;
- VI – democratização das relações pedagógicas e de trabalho e criação de ambiente seguro e propício ao aprendizado e à construção do conhecimento;
- VII – valorização do profissional da educação;
- VIII – escolha de Diretor Escolar, Vice-Diretor Escolar, Superintendente Escolar, Secretário Escolar e Coordenador Pedagógico através de Seleção Pública, garantida ampla publicidade.

No artigo 1º, é possível observar que a proposta do documento está em consonância com algumas estratégias dispostas na meta 19 do PNE. Os demais artigos detalham como acontecerá a implementação da gestão democrática nas escolas, esclarecendo o que cabe a cada ator envolvido.

A construção de uma rede de trabalho inicia-se com a seleção de bons gestores que consigam administrar bem este ofício cotidiano, de modo a favorecer o alcance dos resultados almejados pela própria escola, com habilidades que permitam enfrentar os desafios gerenciais de uma unidade escolar que dizem respeito a

situações de ordens diversas, desde questões pedagógicas até relacionamentos intra e extraescolares, com os professores, funcionários, alunos e pais destes.

Dessa forma, após a promulgação da legislação pertinente, as instituições de ensino precisaram reestruturar-se para acomodar as atividades que demandam execução, o que engloba a gestão dos recursos financeiros depositados diretamente na conta bancária da escola, sob a égide do gestor e em conformidade com as deliberações do Conselho Escolar. Conseqüentemente, a seleção de gestores dotados de competência técnica emerge como uma imperativa para o município. Por se tratar de uma rede de ensino, essa seleção ficou a cargo da Gestão Municipal.

Neste sentido, algumas novas tarefas passam a ser exigidas do diretor, como por exemplo, valores socioemocionais que devem ser trabalhados visando a construção de novas relações sociais, sendo necessário aprender a respeitar diferentes pontos de vista, exercitando o pensamento crítico e reflexivo e assumindo responsabilidades com a construção social coletiva.

Na rede pública da capital cearense, até o ano de 2012, esse cargo era ocupado por pessoas indicadas pelos vereadores da Câmara Municipal de Fortaleza, e não considerava critérios de formação ou experiência com a docência. Esse modelo de ocupação do cargo nos remonta ao período da administração nos moldes patrimonialistas, pois beneficiava através dos cabides de empregos quem estava no poder, vinculando o serviço público em benefício próprio do vereador.

A nomeação por critério político, em que o secretário da educação ou o chefe do poder executivo escolhe o ocupante do cargo, tendo como base o critério político-partidário, é comumente considerada a pior alternativa, em virtude do clientelismo político que ela alimenta e a falta de base técnica que a sustenta, já que o candidato é escolhido não por sua maior experiência e conhecimento de gestão e de educação, mas por sua maior afinidade com o partido ou o grupo no governo do estado ou do município. (Paro, 2011, p. 07).

A partir de 2013, este processo passou a ser realizado por meio de uma seleção pública composta por uma fase de prova escrita para a composição de um banco de aprovados. Em seguida, é iniciado o processo de chamada pública, no qual os candidatos interessados podem se inscrever para concorrer à vaga desejada, mediante a realização de uma entrevista. Esse processo será melhor descrito na subseção seguinte.

Em setembro de 2014, a publicação da Lei Complementar 169 torna legal o processo iniciado no ano de 2013. No Art. 1o, da referida lei, estão previstos os

princípios que devem ser observados para sua garantia e, no parágrafo VIII, prevê a seleção pública dos cargos de gestores escolares (Diretor Escolar, Vice-Diretor Escolar, Secretário Escolar e Coordenador Pedagógico) como um desses princípios.

Oliveira e Vasques-Menezes (2018, p. 5) apontam o gestor escolar como o responsável pela produção da aprendizagem no ambiente escolar, colocando sobre ele diversas expectativas acerca do que deve realizar como dirigente de uma instituição educacional, por tanto, sua escolha deve ser baseada em critérios técnicos e formativos.

A gestão escolar da rede pública municipal de Fortaleza, regida pela Lei complementar 169/2014, prega que as unidades escolares devem ser dirigidas sob o regime Democrático e Participativo, portanto, os gestores selecionados devem ter como centro de sua ação, uma liderança pautada na escuta dos diversos segmentos que compõem a comunidade escolar.

Essa liderança, como diz Luck (2009),

se assenta [...] sobre sua competência em liderar e compartilhar liderança, tanto na comunidade interna como externa da escola, orientada por uma visão de conjunto do trabalho educacional e do funcionamento da escola no enfrentamento de seus desafios. (Luck, 2009, p. 12).

Por isso, a gestão democrática busca promover a colaboração de todos os envolvidos no processo educativo para definir, acompanhar e repactuar as metas, para assim construir conhecimento de forma coletiva que os possibilite a usar na sua vida cotidiana.

A gestão escolar se constitui uma dimensão e um enfoque de atuação que objetiva promover a organização, a mobilização e a articulação de todas as condições materiais e humanas necessárias para garantir o avanço dos processos socioeducacionais dos estabelecimentos de ensino orientadas para a promoção efetiva da aprendizagem pelos alunos, de modo a torná-los capazes de enfrentar adequadamente os desafios da sociedade globalizada e da economia centrada no conhecimento. (Luck, 2017, p. 11).

Essa transformação tem como propósito primordial garantir um ambiente educacional cada vez mais eficiente, inclusivo e participativo, colaborando para o avanço educacional da cidade.

2.5.1 A Gestão Democrática no Plano Municipal da Educação de Fortaleza

As políticas públicas de gestão democrática implementadas na rede de ensino de Fortaleza iniciaram com a publicação da Lei Complementar 169/2014 e passaram a ser acompanhadas por outros organismos de fiscalização e avaliação. Para além disso, o fortalecimento e o acompanhamento dessa e de outras políticas referendadas, neste caso, pela força da Lei, se dá por meio de programas e projetos que visem a participação da comunidade escolar, garantindo transparência nas decisões, na busca de adequar ou aproximar o mais possível que seja o conteúdo expresso na Lei da realidade vivida pela comunidade escolar.

A gestão democrática é um princípio garantido e fundamentado que rege toda a educação básica do país. Portanto, tornar esse princípio vivo na escola é um desafio a ser enfrentado por gestores escolares e municipais que se utilizam de meios, tais como Leis, conferências, planos e debates, para efetivar esse movimento nas escolas.

No ano seguinte à publicação da Lei, em 2015, em concordância com o Plano Nacional de Educação, a LDB e a Lei Orgânica do município, a CMF aprova através da Lei Ordinária nº 10.371 o Plano Municipal de Educação, com duração decenal de 2015-2025, revogando o plano anterior.

O PME possui onze diretrizes que norteiam o planejamento e as ações das instituições de ensino públicas municipais, são elas:

Art. 4º - São diretrizes do Plano Municipal de Educação: I — erradicação do analfabetismo; II — universalização do atendimento escolar; III — superação das desigualdades educacionais; IV — melhoria da qualidade do ensino; V — formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade; VI — promoção da educação em direitos humanos, contra o preconceito e pela sustentabilidade socioambiental; VII — promoção humanística, cultural, científica e tecnológica do Município; VIII — estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação, resultantes da receita de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental, da educação infantil e da educação inclusiva; IX — valorização dos profissionais de educação; X — difusão dos princípios da equidade; **XI — fortalecimento da gestão democrática da educação e dos princípios que a fundamentam.** (Fortaleza, 2015).

Dentre as diretrizes, cabe destacar a décima primeira, que tem como propósito fortalecer em todas as unidades escolares a gestão democrática da educação e os princípios que a fundamentam.

Para atendimento das diretrizes do plano, foram elencados eixos temáticos, onde cada eixo possui um diagnóstico/contextualização, diretrizes, objetivos e metas e estratégias para a sua operacionalização. Os eixos foram definidos a partir das principais necessidades e desafios encontrados na rede, contemplando as modalidades de ensino do infantil, a EJA, ensino técnico, valorização dos profissionais da educação e gestão democrática, que, esta última, apesar de sempre estar separada como uma categoria, a democracia na gestão perpassa todas as outras modalidades.

O item 3.11 do PME (Fortaleza, 2015) esboça o contexto de como ocorreu a implantação da Gestão Democrática em Fortaleza, já explicitado no tópico anterior deste trabalho, mas amplia a discussão em relação ao tema ao definir as diretrizes, objetivos, metas e estratégias de efetivação da política pública.

No que diz respeito às metas estabelecidas, há apenas uma com doze estratégias de implementação. Entendendo e respeitando os limites deste trabalho, destaca-se apenas a última que trata de “promover a escola como um espaço acessível e democrático que assegure a participação e o desenvolvimento de ações voltadas para a comunidade”. Essa estratégia se alinha diretamente com a criação do aplicativo “Diga aí, Escola!” que chega à rede como uma plataforma, com objetivo de ampliar a participação ativa e efetiva de integrantes da comunidade escolar na avaliação de serviços e processos efetivados pela instituição educacional. Com este procedimento, a SME procura oportunizar a voz e a escuta dos segmentos da comunidade escolar e a participação na construção e no acompanhamento das ações.

Ainda segundo a secretaria, a plataforma “Diga aí, Escola!” faz parte de um conjunto de ferramentas, tais como grêmios estudantis, conselho escolar e outras, que são utilizadas pela SME para efetivar a política pública de Gestão Escolar Democrática e Participativa do município de Fortaleza.

Neste contexto, a plataforma destaca-se como uma ferramenta de governança que visa incentivar a participação ativa e efetiva dos membros da comunidade escolar na avaliação dos programas e serviços oferecidos pela instituição de ensino.

Essa ferramenta possibilita uma avaliação dos serviços e processos implementados, possibilitando uma avaliação voltada para a qualidade da gestão. A compreensão da comunidade sobre o processo de avaliação reconhece-o como uma ferramenta diagnóstica e colaborativa para atingir os objetivos desejados.

Além disso, fortalece a compreensão da comunidade sobre o processo de avaliação e o reconhece como uma ferramenta de contribuição com a efetividade dos serviços e políticas públicas no município a partir da participação dos usuários dos serviços da educação.

A avaliação dos serviços públicos é amparada pela Lei Federal nº 13.460, de 26 de junho de 2017, e no caso de Fortaleza pelo Decreto Municipal nº15.061 de 2021. Em ambas as legislações visam avaliar os serviços prestados à população a partir da perspectiva do próprio usuário. Esse mecanismo de avaliação, se usado de forma correta e consciente, torna-se uma forma importante de fortalecer a participação social.

A efetivação da ferramenta nas unidades escolares faz parte das ações de acompanhamento avaliadas anualmente no Planejamento Estratégico (PES), que tem por objetivo definir metas e estratégias para a educação, a partir dos documentos reguladores oficiais tais como Plano Fortaleza 2040 e PME⁵ (Fortaleza, 2015).

Um dos objetivos estratégicos do PES é a consolidação de práticas educacionais inovadoras que contemplem todas as dimensões da gestão. Para o alcance desse objetivo, uma das metas é a universalização do referido aplicativo em todas as unidades escolares da rede municipal de ensino.

Assim, o uso da ferramenta tecnológica amplia o espaço de escuta da comunidade, permitindo que os dirigentes escolares e municipais tenham um retrato da percepção dos usuários quanto aos serviços oferecidos, e assim possam adequar os processos educacionais para melhor atender às necessidades e expectativas da comunidade escolar.

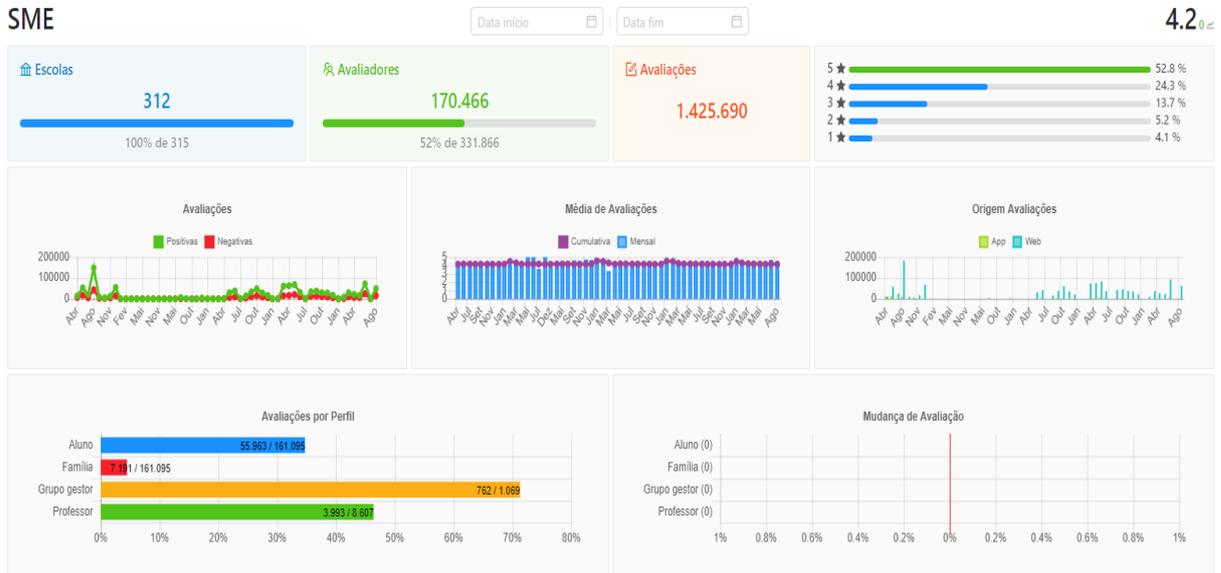
A figura 2 apresenta o painel de informação que traz informações detalhadas das avaliações sobre a rede, como por exemplo a nota atribuída a partir das avaliações realizadas, quantitativos e comparativo de perfil mais e menos avaliativo, a origem das avaliações, se são feitas através do App ou da Web, todas as informações geradas permitem sua estratificação do nível SME até a escola, passando pelo Distrito de Educação.

As informações obtidas através do painel e das avaliações atendem a um dos objetivos da meta 3.11 do PME (Fortaleza, 2015), que trata sobre a

⁵ Informações sobre Planejamento Estratégico (PES) da SME Fortaleza. Disponível em: https://intranet.sme.fortaleza.ce.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=6725:sme-realiza-reuni%C3%A3o-do-planejamento-estrat%C3%A9gico-2021-2025&catid=79&Itemid=509

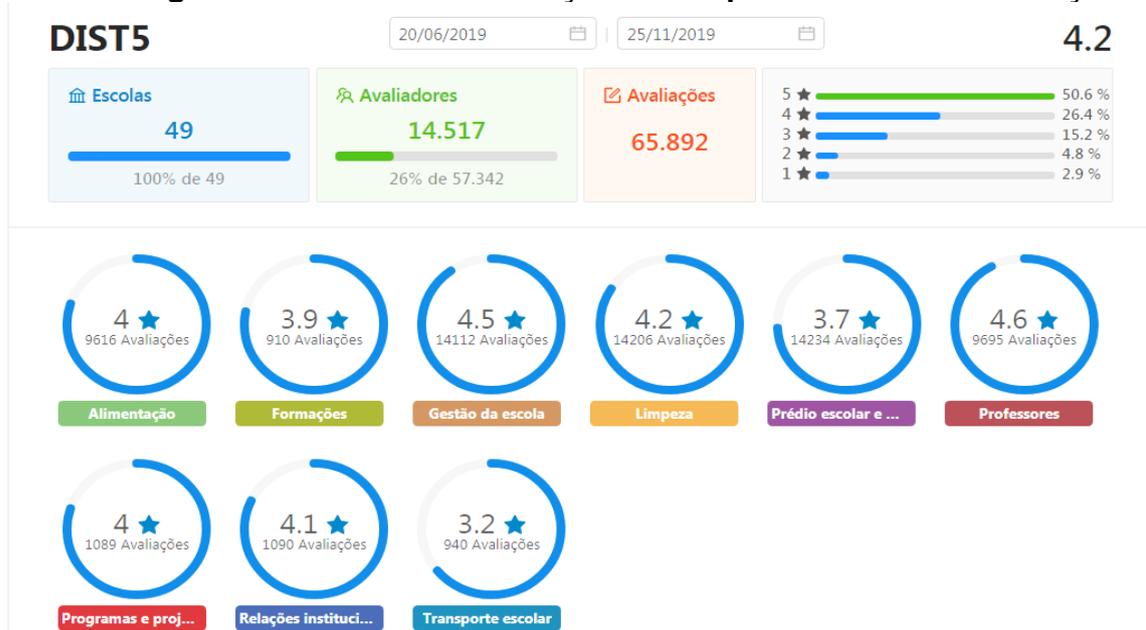
“Implementação de uma sistemática de avaliação institucional em todas as instâncias da rede pública municipal de ensino”.

Figura 2 - Painel de Informação visto pela SME



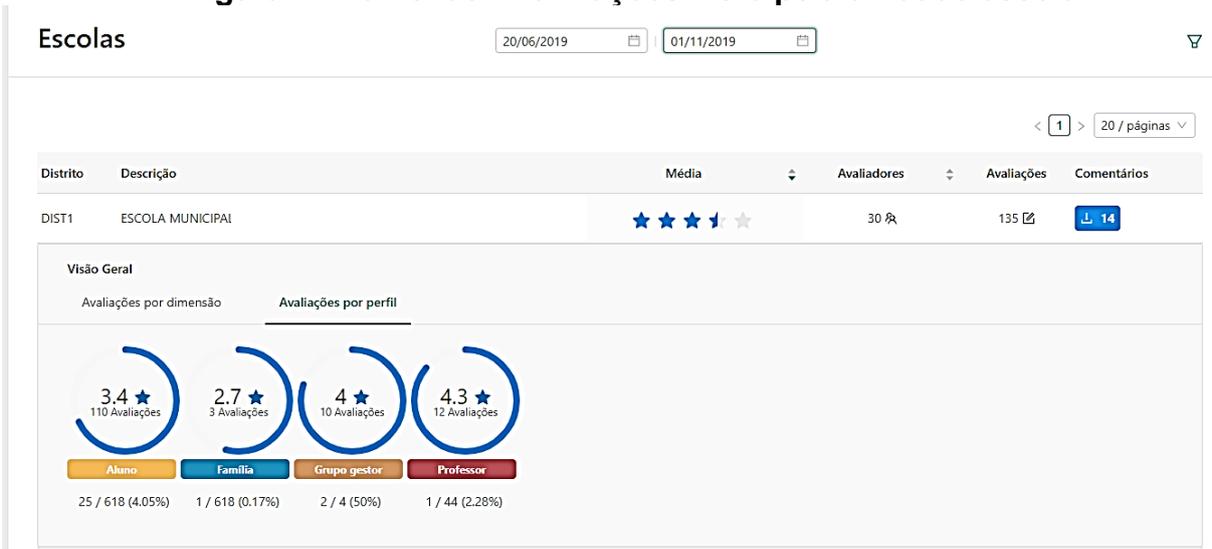
Fonte: Plataforma “Diga aí, Escola!”

Figura 3 - Painel de informações visto pelo Distrito de Educação



Fonte: Plataforma “Diga aí, Escola!”

Figura 4 - Painel de informações visto pela unidade escolar



Fonte: Plataforma "Diga aí, Escola!"

A consolidação da gestão democrática e participativa pretendida exige, de forma crescente, a qualificação da participação dos indivíduos envolvidos. A prática do trabalho conjunto se torna fundamental para que a gestão democrática se torne uma realidade eficaz.

Para que a comunidade escolar se sentisse pertencente no processo de construção da educação, e assim pudesse se expressar de forma sincera e consciente, antes foi preciso que outros aspectos fossem fortalecidos no âmbito escolar. Dessa forma, o PME (Fortaleza, 2015) enfatiza a importância de alguns elementos que precisam ser considerados e que foram implantados na rede para a efetivação da Gestão Democrática e Participativa, como os órgãos colegiados, autonomia financeira e a seleção de gestores. Os tópicos a seguir tratam da implantação dessas práticas no município de Fortaleza.

2.5.2 Gestão Escolar Democrática: Órgãos Colegiados e Seleção de Gestores

Para a implementação de uma política pública, o Estado pode fazer uso de alguns instrumentos para que sejam transformadas em ação, como, por exemplo, projetos, campanhas publicitárias, decisões judiciais e as leis que fundamentam e regulam as iniciativas governamentais.

No contexto de Fortaleza, o instrumento adotado foi a promulgação da Lei Complementar 169/2014, por meio da qual o executivo estabeleceu o caráter democrático da rede de ensino público municipal.

Já é de nosso conhecimento que o primeiro artigo da referida lei trata de elencar os princípios que essa democracia deve observar. Porém, na mesma legislação, o capítulo 4 trata da Gestão Democrática e os meios para sua efetivação, abordando em seu artigo 8, duas instâncias responsáveis, são elas:

Art. 8º. A Gestão Democrática será efetivada por intermédio das seguintes participações, a ser regulamentados pelo Poder Executivo:

I – Órgãos colegiados:

a) Conferência Municipal de Educação; b) Conselho Municipal de Educação de Fortaleza; c) Assembleia Geral Escolar; d) Conselho Escolar; e) Grêmios estudantis f) Unidade Executora dos Recursos Financeiros (UERF) das unidades escolares.

II – Direção da unidade escolar.

A respeito do objetivo desse estudo, faz-se necessário compreender com mais detalhes os 3 (três) órgãos colegiados que atuam diretamente no ambiente educativo em parceria com o diretor escolar, assim as subseções seguintes abordarão a seleção de gestores e órgãos colegiados (Conselho Escolar, Grêmios estudantis e Unidade Executora dos Recursos Financeiros (UERF)).

2.5.2.1 Processo Seletivo de gestores no município de Fortaleza

Esta subseção está dedicada a explicitar o processo seletivo de gestores, uma vez que este é o agente principal na condução, organização e funcionamento da unidade escolar, além de promover e viabilizar as políticas educacionais no ambiente pedagógico.

Corroborando com os autores Luck, Paro, Oliveira e Vasques-Menezes, que são categóricos quanto ao papel primordial da gestão escolar na promoção de um ambiente escolar democrático e participativo, será apresentado a seguir como esse processo seletivo iniciou e ocorre atualmente em nosso município.

Em Fortaleza, a primeira seleção pública para composição do banco de gestores aconteceu no ano de 2013, através de uma colaboração entre governo municipal e governo estadual. À época, ambos os dirigentes faziam parte do mesmo partido político, o que favoreceu a parceria.

Conforme o Diário Oficial do Município (DOM), a SME de Fortaleza aderiu à seleção de nº 001/2013, através da Portaria nº 45/2013, onde os candidatos interessados em candidatar-se ao cargo de Diretor Escolar no município deveriam se

submeter ao processo seletivo, acima mencionado, exclusivamente na fase da prova objetiva.

Vale ressaltar que as escolas municipais tiveram de forma unânime a mudança do gestor após essa seleção. Todas as unidades, independente do trabalho realizado pelo diretor, seja ele satisfatório ou não para a SME ou para a comunidade, passaram por mudança na gestão. E mesmo que este fosse aprovado na seleção, não poderia permanecer na mesma escola. Assim, houve uma ruptura na gestão das escolas municipais, sendo esse processo iniciado pela mudança do diretor e posteriormente com a seleção para os cargos de Coordenadores Pedagógicos e Secretário Escolar.

Essa medida foi tomada de forma emergencial pelo dirigente municipal como forma estratégica de erradicar a indicação, influência e favorecimento dos vereadores na nomeação dos ocupantes dos cargos de Diretor Escolar. Posteriormente, o município passou a realizar as próprias seleções através do Instituto Municipal de Desenvolvimento de Recursos Humanos (IMPARH), tendo, desde então, até o momento, realizado 03 processos seletivos.

O último edital lançado, o Edital nº 61/2023, a seleção contava com duas etapas, a primeira etapa uma prova objetiva, e a segunda etapa com uma análise de título e experiência profissional, ambas as fases de caráter eliminatório.

Ao contrário das edições anteriores, esse mesmo edital previa a composição de banco para 3 cargos diferentes na gestão municipal, são eles: Diretor Escolar, Coordenador Pedagógico e Superintendente Escolar. O candidato que realizar a inscrição poderá optar por prestar o certame para apenas 1 (um) dos cargos, para 2 (dois) cargos ou para os 3 (três) cargos. Assim como está exposto no item 4.2.2.1 do edital:

4.2.2.1. No ato da inscrição, o candidato deverá fazer a indicação de uma das opções apontadas abaixo:

- a) Diretor Escolar, exclusivamente;
- b) Coordenador Pedagógico, exclusivamente;
- c) Superintendente Escolar, exclusivamente;
- d) Diretor Escolar e Superintendente Escolar;
- e) Diretor Escolar e Coordenador Pedagógico;
- f) Coordenador Pedagógico e Superintendente Escolar;
- g) Diretor Escolar, Coordenador Pedagógico e Superintendente Escolar.

A primeira fase da prova era composta de 50 questões abrangendo as seguintes áreas do conhecimento: 15 questões de Leitura e Interpretação de Texto, 05 questões de Raciocínio Lógico, 15 perguntas sobre Políticas Educacionais e Gestão Escolar do Brasil, do Ceará e Fortaleza e 15 perguntas sobre Gestão Pedagógica do Processo de Ensino e Aprendizagem.

Para obter a aprovação no cargo de Diretor Escolar, o candidato deveria acertar 60% (sessenta por cento) do total de questões, perfazendo um total de 30 questões. Além disso, não poderia obter nota 0 (zero) em nenhuma das áreas contempladas na prova.

A fase subsequente do concurso consiste na avaliação dos títulos e da experiência profissional, demandando um mínimo de 4 pontos, dentre o universo de 40, para que o candidato seja considerado elegível a compor o banco.

Quadro 4 - Pontuação por títulos e experiência profissional seleção de gestores

Cargo	Denominação dos títulos e experiência profissional	Valor unitário em pontos	Valor máximo em pontos	Comprovantes
Diretor Escolar, Coordenador Pedagógico e Superintendente Escolar	Doutorado (área de formação e/ou em qualquer área da educação)	08	08	Diploma, certidão oficial ou declaração
	Mestrado (área de formação e/ou em qualquer área da educação)	06	06	Diploma, certidão oficial ou declaração
	Especialização (área de formação e/ou em qualquer área da educação, com carga horária mínima de 360h/a)	03	06	Certificado, certidão oficial ou declaração
	Experiência Profissional na área do magistério contada por cada período de 12 (doze) meses trabalhados, até o limite de 05 (cinco) anos	02	10	Conforme subitem 5.4.14 e seguintes
	Experiência Profissional na área de gestão escolar (diretor, vice-diretor, coordenador pedagógico e superintendente escolar) contada por cada período de 12 (doze) meses trabalhados, até o limite de 05 (cinco) anos	02	10	Conforme subitem 5.4.14 e seguintes
Máximo de pontos			40	

Fonte: Edital 61/2023- Seleção de gestores - SME / disponível site: IMPARH.

A divulgação do resultado final da seleção é oficializada através de publicação em DOM e a relação de aprovados é feita por ordem alfabética, não fazendo qualquer distinção entre candidatos que pontuaram o mínimo de 4 pontos ou que pontuaram os 40 pontos máximos previstos, inclusive apenas o candidato tem conhecimento da pontuação obtida.

Assim, é possível que um candidato ao cargo de Diretor Escolar não necessite, na ocasião da entrega de documentos, comprovar todas as formações

pessoais e experiências profissionais, uma vez que, como dito anteriormente, a relação final não segue ordem de pontuação.

Ainda sobre o quadro de título e experiências, pode-se fazer algumas inferências, uma delas é que um candidato que possua apenas a experiência no magistério tem a mesma oportunidade de outro candidato que não possua experiência de sala de aula, mas que tenha conseguido obter titulação de mestre ou doutor. Portanto, ter sido profissional do magistério não é pré-requisito para assumir o cargo de Diretor Escolar em Fortaleza.

Após o resultado final, os candidatos aptos a compor o cargo devem acompanhar as publicações de chamada pública no site oficial da SME ou no Canal Educação na aba Chamadas Públicas.

A partir das vacâncias nos cargos, são lançadas chamadas, divididas por distrito de educação, com as unidades que se encontram com cargos passíveis de seleção. O processo ocorre em um único momento e está dividido em duas etapas, sendo a primeira etapa uma apresentação, por parte do candidato, de um Plano de Gestão Escolar⁶ fazendo-o em até 10 minutos e valendo 30 pontos. E na segunda etapa, os membros da banca realizam uma entrevista em até 20 minutos. Essa fase tem caráter classificatório e eliminatório e vale até 70 pontos. Para se classificar, o candidato deverá atingir, no mínimo, 50 pontos na soma das duas etapas.

Ao ser aprovado, o candidato assume a unidade escolar e precisa, em até 30 (dias), apresentar o Plano de Gestão Escolar completo com os indicadores e metas que serão perseguidos até o final do ano letivo, bem como a projeção para os anos seguintes.

Em nenhum momento do processo seletivo foi identificada a participação da comunidade escolar na escolha desse gestor, participação essa que poderia fortalecer e legitimar a escolha.

Diante do exposto, os cargos da gestão escolar permanecem como cargos de confiança do poder executivo, sendo ainda de livre nomeação e exoneração. Essa mudança não atende por completo os processos democráticos no sistema de escolha

⁶ Plano de Gestão Escolar disponível em:
https://intranet.sme.fortaleza.ce.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=8669:sme-divulga-instrumental-do-plano-da-gest%C3%A3o-escolar-para-unidades-escolares-2&catid=79&Itemid=509

dos gestores escolares de Fortaleza, implementado desde 2013, e está pautada apenas no princípio técnico/formativo.

2.5.2.2 Gestão Democrática e Participação da comunidade escolar em Fortaleza

Após a compreensão de como aconteceu a mudança no processo seletivo dos gestores escolares da rede municipal de Fortaleza e a forma como até os dias de hoje ocorre, será detalhado como funciona a atuação dos órgãos colegiados, que em parceria com o gestor são corresponsáveis pela gestão escolar participativa.

A atuação desses órgãos está diretamente vinculada a 3 (três) princípios do artigo 1º da Lei 169/2014, são eles:

- I – participação da comunidade na definição e na implementação de decisões pedagógicas, administrativas e financeiras, por meio de órgãos colegiados;
- IV – transparência da gestão da escola pública de Fortaleza, nos aspectos pedagógicos, administrativos e financeiros;
- V – garantia de qualidade, traduzida pela busca constante do pleno desenvolvimento da pessoa, do preparo para o exercício da cidadania e da elevação permanente do nível de aprendizagem dos alunos;

Os artigos em destaque são complementares e constituem a base de uma gestão democrática e participativa, visto que ao fomentar a participação da comunidade nas discussões, nas tomadas de decisão, na construção de alternativas coletivas, essenciais para a democratização e o exercício da cidadania.

A própria legislação deixa claro quem faz parte da comunidade escolar, e por sua vez, tem direito a participar nas decisões, são estes: estudantes matriculados na rede municipal, mães, pais ou responsáveis dos estudantes matriculados, profissionais efetivos da carreira do Magistério, servidores públicos efetivos e comissionados com exercícios nas unidades escolares, professores temporários e os empregados terceirizados.

Os membros acima citados, através de representantes escolhidos pelo voto de seus pares, compõem o Conselho Escolar, órgão colegiado de natureza consultiva, além de fiscalização, mobilização, deliberação e representação.

Nas palavras de Dourado (2007),

Os conselhos escolares configuram-se, historicamente, como espaços de participação de professores, funcionários, pais, alunos, diretores e comunidade nas unidades escolares. Em alguns casos, constituem-se em espaços coletivos de deliberação, assumindo, desse modo, o papel de órgão

corresponsável pela gestão administrativa e pedagógica das escolas e, em outros, em razão de sua atuação restrita à aprovação da prestação de contas e medidas disciplinares, em determinadas situações, foram transformados em unidades executoras em razão do PDDE. (Dourado, 2007, p. 934).

Dourado, ao abordar a origem do Conselho Escolar, deixa claro que o órgão deve ser corresponsável pelas decisões não apenas do âmbito administrativo, mas também das decisões pedagógicas. Reduzir o órgão a apenas as prestações de contas de recursos financeiros é descaracterizar uma importante dimensão de sua função institucional.

A fim de evitar esse reducionismo, a rede municipal definiu 12 (doze) atribuições do Conselho, que vão desde a elaboração do regimento interno, à participação com permissão para reprovar ou aprovar o plano administrativo elaborado pela direção sobre a aplicação de recursos, fiscalizar a gestão, intermediar conflitos, debater indicadores de fluxo escolar, bem como participar da proposição de estratégias para melhorar a aprendizagem. Ou seja, fica estabelecido em lei o caráter de participação do Conselho Escolar.

É digno de nota que, por muito tempo, o Conselho Escolar em Fortaleza, assim como em outros locais do país, também se limitou ao serviço burocrático de aprovação orçamentária, onde o gestor aplicava a verba recebida e, para prestação de contas, solicitava a assinatura dos membros do Conselho.

A promulgação da Lei foi um divisor de águas na atuação do Conselho no município, pois ampliou e deu voz ao órgão, resgatando sua real função de espaço deliberativo e participativo onde a comunidade pode contribuir de forma efetiva com a gestão.

Para que o conselho resgatasse sua origem, foi necessária a criação de outro órgão colegiado, este por sua vez tem caráter administrativo de gerenciador de recursos financeiros, que é a Unidade Executora dos Recursos Financeiros (UERF), que garantirá o caráter democrático através dos recursos financeiros.

A UERF é composta por um presidente, que no caso é o Diretor Escolar, um secretário, que é representado pelo Secretário Escolar, e por um Conselho Fiscal, que terá como representante o presidente do Conselho Escolar.

Pode-se destacar que não houve uma substituição de um órgão por outro, mas uma complementaridade, onde o conselho fiscal, atuando de forma plena, poderá junto à unidade executora definir com a gestão os anseios e necessidades da comunidade escolar na melhor alocação dos recursos financeiros.

Outro órgão colegiado de suma importância para o processo participativo é o Grêmio Estudantil. Em Fortaleza, a lei normatizou a organização desses espaços, reiterando-o como uma entidade autônoma representativa com a finalidade de atender aos interesses estudantis no que diz respeito à educação, cultura, civilidade, esporte e sociedade.

O Grêmio Estudantil é um mecanismo de fortalecimento juvenil junto às unidades escolares. Esta instância é “porta-voz dos alunos” e deve estimular o protagonismo estudantil, desenvolvendo competências como liderança e o trabalho em equipe em prol da construção de uma consciência coletiva.

Em virtude da natureza do Grêmio Estudantil, em Fortaleza, foram efetivados em sua totalidade apenas nas unidades escolares que ofertam turmas dos Anos Finais, de 6º ao 9º ano. Para os alunos dos Anos Iniciais, a iniciativa é que haja a escolha de líderes de turma, para que assim, essa ação possa vir a fomentar em todos os segmentos o protagonismo de crianças e adolescentes.

Como vimos, as formas de participação da comunidade escolar acontecem de variadas formas, no entanto, essa participação precisa ser mediada por alguém que tenha liderança e, de acordo com o texto legal, é possível observar que essa figura é o Diretor Escolar, que é a peça-chave na promoção do trabalho coletivo, mediando com respeito às características, funções e responsabilidade de todos os envolvidos no fazer democrático.

Para além das instâncias colegiadas apresentadas acima, a SME implantou outros meios de escuta da comunidade escolar, saindo de um status representativo para censitário, através do lançamento do aplicativo “Diga aí, Escola!” que será melhor detalhado na seção 3 desta pesquisa.

3 INCLUSÃO DIGITAL E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

O avanço tecnológico molda diariamente novas formas de viver e conviver em sociedade, ressignificando processos e procedimentos que, antes, somente poderiam ser acessados ou requeridos de maneira presencial, e agora são amplamente acessíveis virtualmente.

Essas inovações podem ser identificadas em todas as esferas da vida, por exemplo, na área econômica, diversas lojas incluíram o serviço de compras online, em que o cliente de casa escolhe o produto e recebe em seu domicílio o produto desejado. Ainda na esfera econômica, atualmente é possível realizar transações bancárias, entrar em contato com o gerente, sem a necessidade de se deslocar até a agência, basta ter instalado em seu dispositivo móvel o aplicativo do banco.

Outra área que teve modificações com o impacto tecnológico foi a área da saúde, ofertando o serviço de marcação de consulta e exames a serem realizados por aplicativo de mensagens. Até a própria realização da consulta, pois a tecnologia possibilitou que médicos e pacientes pudessem ter contato de forma virtual, trazendo inovações significativas para o campo da medicina e melhorando a acessibilidade aos serviços.

A educação, como parte integrante do mundo, também não ficou apartada dessa onda tecnológica. A cada dia, as escolas passam a utilizar em seus currículos ferramentas da tecnologia para mediar de maneira mais completa o conhecimento entre professor e aluno, recursos como lousa digital, notebooks, tablets e aplicativos que, a cada dia, ganham mais espaço nos planejamentos.

Além desses recursos, o acesso individual à internet nos domicílios, através de computadores, notebooks e smartphones, proporciona aos estudantes o contato com conteúdos que antes estariam indisponíveis pelas barreiras geográficas, expandindo e diversificando suas oportunidades de aprender.

Toda essa revolução digital foi nomeada por Tom Goodwin (2018), um escritor e especialista em marketing, como Transformação Digital. Ele popularizou esse termo para caracterizar essa mudança brusca nos paradigmas utilizados com base nos procedimentos do passado.

É digno de nota que essa revolução digital recebeu grande influência com a pandemia do Coronavírus no ano de 2020, quando a internet passou a ser o meio que viabilizou a continuidade de diversas atividades. Nessa perspectiva, Nitahara

(2021) informa importantes dados, relativos ao uso das tecnologias digitais no período da pandemia no Brasil declarada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) no ano de 2020:

A pandemia de covid-19, declarada pela Organização Mundial da Saúde em março de 2020, intensificou o uso de tecnologias digitais no Brasil, passando de 71% dos domicílios com acesso à internet em 2019 para 83% no ano passado, o que corresponde a 61,8 milhões de domicílios com algum tipo de conexão à rede (Nitahara, 2021, n,p).

Uma vez que o vírus era transmitido via contato físico com as pessoas contaminadas, era imprescindível a adoção de medidas que visassem mitigar a propagação da doença, ao mesmo tempo que emergia a necessidade de criar estratégias que minimamente pudessem dar à sociedade condições seguras de convivência e continuidade das atividades essenciais.

Para além das estratégias imediatas de saúde, como o distanciamento físico, o uso de máscara, higienização de mãos e objetos com álcool em gel até a chegada da vacina, a tecnologia foi uma grande aliada dos Governos nas decisões estratégicas de combate à doença, como, por exemplo, alguns municípios utilizaram o serviço de SMS para informar ao cidadão a data e o local da vacina, evitando o deslocamento desnecessário às unidades de saúde. Houve também a criação de sistema para acompanhamento e monitoramento das doses aplicadas.

No período pandêmico, as unidades escolares readequaram a forma de ensinar, passando a adotar no seu cotidiano aulas de forma remota/virtual, ao vivo ou gravadas, envio de atividades via aplicativos, reuniões virtuais, dentre outras. Dessa forma, o uso da tecnologia deixou de ser uma opção de recurso pedagógico para se tornar uma possibilidade de continuidade do processo educacional.

Que é notório que a tecnologia está cada dia mais presente na vida cotidiana não é mais um questionamento, no entanto, pesquisas revelam que o acesso à internet e a equipamentos de qualidade não são unânimes em toda a sociedade. Partindo desse pressuposto, Nitahara (2021) destaca um importante pronunciamento feito pelo coordenador do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI-BR).

Márcio Migon, explica que a internet e os dispositivos móveis passaram a desempenhar papel central durante a pandemia, possibilitando a continuidade de atividades empresariais com o home office, do comércio com as vendas online, prestação de serviços públicos, atividades educacionais com o ensino remoto e de saúde com as teleconsultas. Porém, ele destaca

que as desigualdades sociais foram agravadas pelas diferenças no acesso à tecnologia (Nitahara, 2021, n,p).

No Brasil, um país com índices socioeconômicos tão desiguais, essa disparidade no acesso à tecnologia também reflete no acesso equitativo e nas oportunidades proporcionadas pelas novas demandas do cenário mundial.

Essa disparidade evidenciada na pandemia foi percebida em diversas áreas da sociedade; na educação, área de interesse deste estudo, era comum o relato de gestores das escolas municipais de Fortaleza que encontravam dificuldades em conseguir a adesão completa dos alunos às aulas remotas, pois em muitos casos na residência havia apenas um dispositivo móvel, a ser usado por mais de uma criança e em horário diverso do da aula, pois durante o dia estava sob a posse do pai, mãe ou responsável.

A situação de precariedade vivida em Fortaleza não era muito diferente do restante do país. Macêdo (2021) explora os dados da pesquisa realizada em 2019 pelo Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic-Br), intitulada 'TIC Domicílios' que visou realizar mapeamento do acesso às TIC nas residências do meio urbano e rural e seu uso, considerando a faixa etária mínima de 10 anos.

A pesquisa apresentou a seguinte situação:

Dados da pesquisa TIC Domicílios de 2019 apontaram que 20 milhões de domicílios brasileiros não possuíam internet (28% da quantidade total). Ao fazermos a intersecção com classe, apareciam desigualdades muito expressivas: enquanto nas classes econômicas A e B a presença da internet beirava os 100% em 2019, nas classes D e E, o acesso caía para 50%. Em relação à posse de equipamentos, as desigualdades também eram grandes: enquanto nas classes A e B a posse de computador era um item frequente (95 e 85%, respectivamente), nas classes D e E, a presença do computador caía para 14%. (Macedo, 2021, p. 265).

A autora ainda apresenta em seu artigo outra pesquisa que reafirma as desigualdades vividas pelos educandos em situação de pandemia. Uma vez que a pesquisa anterior já apontava em 2019 o perfil desigual de acesso às tecnologias, a pesquisa realizada pela Rede de Pesquisa Solidária confirma o resultado dessa disparidade, apresentando dados alarmantes, como Macedo destaca:

Dados da Rede de Pesquisa Solidária de agosto de 2020 mostram que, entre março e julho de 2020, mais de 8 milhões de crianças de 6 a 14 anos não fizeram quaisquer atividades escolares em casa. No mês de julho, enquanto apenas 4% das crianças mais ricas ficaram sem qualquer atividade escolar,

tal número saltou para 30% entre as crianças mais pobres. O relatório conclui: “Com a omissão do Estado no acompanhamento das famílias mais pobres, a diferença de atividades realizadas em casa, entre pobres e ricos, pode chegar a 224 horas, o equivalente a 50 dias letivos (Macedo, 2021, p. 267).

Considerando que a legislação vigente prevê que um aluno que exceda o limite máximo de faltas estabelecido, que é apresentar ausências contabilizadas que ultrapassem 25% de horas-aula, não poderá ser aprovado para o ano seguinte, os sujeitos da pesquisa estavam fatalmente condenados a serem reprovados, considerando apenas o critério de presença.

Diante do cenário e a fim de evitar um atraso maior na aprendizagem das crianças, a SME de Fortaleza orientou que as escolas fizessem uso de atividades escolares impressas, entregues aos pais na ocasião da distribuição dos kits alimentares⁷. O conteúdo das atividades estava relacionado ao planejamento do professor, no entanto, essa medida ampliou ainda mais as desigualdades na educação, uma vez que alguns alunos teriam a oportunidade de ter a orientação do professor, mediante o acesso ao ambiente virtual das aulas que aconteciam através do uso de aplicativos, canais de YouTube, blogs dentre outros, enquanto os demais teriam que contar apenas com a instrução dos pais e responsáveis para orientar sobre a atividade.

Frente a esse panorama, emergiu a necessidade de os governos criarem políticas públicas de inclusão digital que visassem reduzir as desigualdades tecnológicas, compreendendo que o acesso à internet e aos dispositivos móveis de qualidade deixam de ser um bem de posse optativa para um direito do cidadão.

O conceito de inclusão digital está relacionado com o acesso democrático às Tecnologias da Informação, relação essa que precisa estar pautada no tripé: acesso aos bens físicos, acesso à rede de qualidade e conhecimento prático. Em relação à tríade, o último elemento é que vai dar ao usuário a capacidade de transformar-se socialmente, aproveitar as oportunidades, ampliar a participação nos canais de comunicação, tendo um exercício pleno da cidadania. Outrossim, o Comitê Gestor do Programa de Inclusão Digital - CGPID faz um destaque à importância do papel da inclusão digital para a garantia da cidadania.

⁷ Os kits alimentares distribuídos pela SME fizeram parte das ações da Prefeitura de Fortaleza no combate aos transtornos ocasionados pela pandemia da COVID-19. Tinha por objetivo complementar a alimentação dos alunos no período de aulas remotas. A entrega aconteceu de acordo com o cronograma elaborado pelas escolas.

A inclusão digital representa garantir que os cidadãos e instituições disponham de meios e capacitação para acessar, utilizar, produzir e distribuir informações e conhecimento, por meio das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), de forma que possam participar de maneira efetiva e crítica da sociedade da informação (CGPID, 2010, p. 06).

Desse modo, após essa breve contextualização, cabe explicitar que nesta seção, para uma melhor compreensão da temática, será traçado um panorama nacional das Políticas Públicas de Inclusão Digital na Educação e em Fortaleza, partindo da compreensão de que o acesso às tecnologias é um direito do cidadão e como a inclusão digital influencia no fazer democrático do cotidiano.

3.1 Políticas Públicas De Tecnologias Digitais Da Informação E Comunicação

As Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC) estão amplamente presentes na vida das pessoas, abrangendo todas as idades, contemplando desde crianças até idosos, sendo cada vez mais comum o uso dela para acessar uma gama de atividades do dia a dia.

Grande parte dos aspectos da vida diária está sendo influenciada pelo uso de dispositivos digitais, inclusive é crescente a dependência do uso dessas tecnologias, seja para o lazer, seja para acessar direitos, ou para solução de problemas, o que destaca a necessidade de todos terem acesso de qualidade a dispositivos móveis e internet e também a promoção de formação adequada para o uso seguro e eficaz.

Todas essas ações de acesso e uso do aparato tecnológico fazem parte das medidas de Inclusão Digital, que estão sendo implementadas por meio de Políticas Públicas, uma vez que tão importante quanto ter o bem digital é ter o conhecimento adequado para utilizá-lo em sua integralidade.

A necessidade de implantar ações no campo tecnológico como um direito fundamental decorre da adequação ao novo formato de relações que o mundo tem vivenciado, e que, portanto, todos os seus membros precisam se adequar.

O autor Pierre Levy (1999, p. 242), sobre a nova era digital, nos diz que “Cada novo sistema de comunicação fabrica seus excluídos. Não havia iletrados antes da invenção da escrita”, e com a tecnologia não foi diferente. Com a sua expansão, surge um novo grupo de pessoas que diariamente são excluídas dos benefícios proporcionados por ela, ampliando as desigualdades sociais.

Com o intuito de promover a redução dessas desigualdades, premissa expressa no Art. 3º, inciso III da CF de 1988 como uma obrigação do Estado e direito do cidadão brasileiro, é que nos anos 90 iniciaram no Brasil as primeiras políticas públicas de inclusão digital.

As primeiras ações governamentais no Brasil, direcionadas para a temática, são datadas do governo Collor⁸, quando surgiu a primeira Lei da Informática, que basicamente buscava incentivar, através da redução de impostos, a produção de equipamentos eletrônicos pelas indústrias nacionais.

Os governos seguintes deram continuidade às políticas públicas de incentivo à tecnologia, fortalecendo assim a infraestrutura digital e impulsionando o desenvolvimento tecnológico do país, conforme apresentado no quadro abaixo que esboça a cronologia das principais ações governamentais.

Quadro 5 - Ações governamentais de ampliação, incentivo, uso e acesso à Tecnologia

(continua)

ANO	AÇÕES
1990	Criação do Comitê Gestor da Internet no Brasil / 1º Plano de Ação Integrada (PLANINFE)
1997	Criação do Programa Nacional de Tecnologia Educacional (Proinfo)
2000	Criação do grupo de trabalho interministerial com a finalidade de examinar e propor políticas relacionadas às novas formas eletrônicas de interação
	Criação do Programa Rede Jovem, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI)
2002	Criação do Programa Governo Eletrônico – Serviço de Atendimento ao Cidadão (GESAC)
2005	Instituição do Programa de Inclusão Digital com a Lei nº 11.196/2005
	Criação do Projeto Cidadão Conectado – Computador para Todos, pelo Decreto nº 5.542/2005
2006	Criação da Universidade Aberta do Brasil - UAB

⁸ Apesar das primeiras políticas públicas serem datadas do ano de 1990, em 1973 aconteceu a I Conferência Nacional de Tecnologia Aplicada ao Ensino Superior. Estabelecida a Secretaria Especial de Informática (SEI) pelo Conselho de Segurança Nacional (CSN) da Presidência da República (PR), houve o entendimento de que a informática também deveria abarcar a educação e a cultura. http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=235511-pceb002-22&category_slug=fevereiro-2022-pdf&Itemid=30192

Quadro 5 - Ações governamentais de ampliação, incentivo, uso e acesso à Tecnologia

(continua)

ANO	AÇÕES
2007	Programa TV Digital
2008	Criação do projeto Territórios Digitais pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)
	Lançamento do Programa Banda Larga nas Escolas (PBLE)
2009	Destaque para o Programa Nacional de Apoio à Inclusão Digital nas Comunidades (Telecentros.BR), pelo Decreto nº 6.991/2009
	Publicação do Decreto nº 6.948/2009, e instituição do Comitê Gestor do Programa de Inclusão Digital (CGPID)
2010	Criação do Programa Nacional de Banda Larga (PNBL)
	Desativação do Fórum Brasil Conectado
2011	Criação da Secretaria de Inclusão Digital (SID), pelo Decreto nº 7.462/2011
2012	Programa Cidades Digitais
	Lançamento do Programa Nacional de Aceleração de Startups (Start-Up Brasil)
2013	Programa Brasil Mais TI
2014	Lançamento do Programa Amazônia Conectada
	Lei nº. 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet)
2017	Criação do Programa de Inovação Educação Conectada
	Lançamento do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC)
2018	Estratégia Brasileira para a Transformação Digital (E-Digital)
	Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), Lei nº 13.709

Quadro 5 - Ações governamentais de ampliação, incentivo, uso e acesso à Tecnologia

(conclusão)

ANO	AÇÕES
2019	Lei das Telecomunicações
	Instituído o Plano Nacional de Internet das Coisas, Decreto nº 9.854, de 25 de junho
	Programa Conecta Brasil
2020	Recriação do Ministério das Comunicações
	Lançamento do livro Sociedade da Informação no Brasil Livro Verde
2021	Definição diretrizes Estratégia Nacional de Inteligência Artificial (ENIA)
	Leilão do 5G
2022	Implantação do 5G

Fonte: Elaborado pela autora a partir do documento Políticas Públicas de inclusão digital publicado pelo TCU em 2015.

As informações obtidas e explanadas na linha do tempo mostram que as ações em sua maioria estão voltadas para a criação de programas de distribuição de materiais e de conectividade, em detrimento de ações que objetivam a formação adequada e necessária para uso eficaz das mídias. Ainda assim, depois de mais de três décadas das primeiras iniciativas, ainda são encontradas pessoas que não possuem o aparelhamento mínimo para o acesso, bem como instruções de uso.

Essa ineficiência na universalização do acesso é resultado da falta de continuidade das políticas públicas, assim como em outras áreas. Nesse contexto, a população encontra-se à mercê das mudanças ocorridas em cada pleito eleitoral, que se reflete nas abordagens de quem governa a partir dos princípios ideológicos de cada dirigente. Por motivos claros, o relatório elaborado pelo Tribunal de Contas da União (TCU) sobre as Políticas Públicas de Inclusão Digital no Brasil aponta as causas para essa ineficiência da política:

Não é possível identificar, para o caso brasileiro, uma política pública única e integrada, sendo que os diversos programas de inclusão identificados coexistem de forma independente e desarticulada. Além disso, em diversas oportunidades, foi ressaltado que na maioria dos programas de inclusão

existem fragilidades relevantes relacionadas às metas e aos prazos estabelecidos, aos indicadores utilizados e à definição dos responsáveis. Da mesma forma, foram pontos de crítica o horizonte temporal de planejamento, a falta de atualização periódica das ações e a ausência da necessária avaliação da efetividade dos programas. (Brasil, 2015, p. 29).

Ao destacar a fragilidade dos programas de inclusão na tecnologia, é percebido que já foi gerado um incômodo da ineficiência política. A busca pela eficácia do uso das tecnologias para o avanço do desenvolvimento e da cidadania foi visivelmente sentida no período da pandemia em todas as ordens: na política, na educação, na saúde, no mercado, entre outros setores.

Hoje, a sociedade está constantemente em busca de informação e qualidade de acesso através do uso das tecnologias. A educação, por exemplo, é um setor que busca a qualidade e a eficácia da inclusão tecnológica em todos os sentidos, pois a aprendizagem é a porta de entrada para o conhecimento. Nessa perspectiva, cabe discorrer sobre as políticas públicas voltadas à integração das TDICs na educação.

3.1.1 Políticas Públicas de Tecnologias Digitais a Informação e Comunicação na Educação

O entrelaçamento entre sociedade e tecnologia é costurado pelas constantes evoluções que esta última vem alcançando. Como resultado desse avanço, emerge a necessidade das escolas, ambiente de passagem obrigatória e de natureza formativa de toda a sociedade, se equiparem para atender essa nova dinâmica que diariamente impõe a todos novas demandas e necessidades.

A escola pública, serviço oferecido de forma gratuita, depende exclusivamente das ações governamentais para sua subsistência e manutenção e tem influência direta das políticas públicas em todos os seus aspectos, desde a elaboração do currículo ao modo de organização do ambiente escolar. Assim, as políticas influenciam diretamente na qualidade do ensino ofertado.

É de conhecimento amplo que a proposição, elaboração e implementação de políticas públicas sofrem influências externas e internas ao governo, porém é consensual que estas devem atender a um problema público visando o bem-estar da sociedade. Assim sendo, a educação, que é um direito social garantido em lei, precisa de políticas que visem atender essa dinâmica.

No que diz respeito à inclusão das TDICs na escola, a ação governamental deve ser pautada na garantia de que todos os estudantes possam se beneficiar das oportunidades que o meio digital oportuniza, elaborando diretrizes, investindo recursos, de maneira que o uso seja acessível, inclusivo e equitativo.

Compreender que as escolas precisam se modernizar para ter sucesso na era digital, é entender que as mudanças sociais implicam diretamente no fazer educativo. Essa necessidade de adaptação não é algo novo para o campo educacional, estreada pelo avanço tecnológico, pois, como elucidado por John Dewey (1979), cujas reflexões já versavam sobre a temática da adaptação em meados dos anos 70:

o meio social cria as atitudes mental e emocional do procedimento dos indivíduos, fazendo-os entregar-se a atividades que despertam e vigorizam determinados impulsos, que têm determinados objetivos e acarretam determinadas consequências (Dewey, 1979, p. 17-18).

Dessa forma, diante das novas dinâmicas sociais impostas pelas tecnologias atuais, as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) discutem que as

tecnologias da informação e comunicação modificaram e continuam modificando o comportamento das pessoas e essas mudanças devem ser incorporadas e processadas pela escola para evitar uma nova forma de exclusão, a digital. (BRASIL, 2013, p. 167).

Verificou-se, nesse contexto, a necessidade de integrar as tecnologias digitais na educação. Os debates a respeito dessa integração não se limitam, entretanto, às mudanças nos processos de ensino e aprendizagem da escola, mas também estão relacionados à modernização dos processos de gestão escolar.

Um exemplo de tentativa dessa modernização pode ser visto a partir do PDDE Interativo. O governo federal, através do MEC, instituiu em 1995 o Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE Interativo, que é uma plataforma de apoio à gestão escolar, através do repasse de recursos financeiros para utilização em ações de custeio e capital⁹ diretamente na conta bancária da escola. O sistema tem ferramentas

⁹ As despesas com custeio correspondem a gastos diários para manutenção dos serviços que não contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital. As despesas de capital referem-se aos itens de grande durabilidade, que se caracterizam como material permanente, obrigatórios de serem tombados para o patrimônio do município ou do estado, conforme a vinculação administrativa da escola. Para mais informações acessar: Guia de Orientações para aquisição de materiais disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pdde/media-pdde/GUIAFNDEFINALVERSOFINAL17112021.pdf>

de apoio ao planejamento e à gestão escolar, através dele as equipes podem identificar seus principais problemas e traçar ações estratégicas para resolvê-los.

A plataforma conta com oito programas e ações que abordam diversos assuntos, tais como: Educação Conectada, Escola Acessível, Livro Didático, Novo Ensino Médio, Brasil na Escola, Sala de Recursos, Educação e Família e Primeira Infância. Para o objetivo do referido trabalho, cabe destacar as peculiaridades do programa Educação Conectada.

O Programa de Inovação Educação Conectada (PIEC), criado em 2017, tem por objetivo universalizar o acesso à internet e incentivar o uso das tecnologias na educação básica. Sua elaboração foi pautada em 4 (quatro) dimensões que visam o uso da tecnologia na educação de forma positiva.

As etapas previstas para a implementação do programa foram divididas em 3 (três) fases, como mostra a figura 5.



Fonte: Elaborado pela autora a partir do site: <https://pddeinterativo.mec.gov.br/educacao-conectada>

A divisão em fases não se resume apenas na diferença do percentual de alunos a serem beneficiados, difere também nas ações de acompanhamento. A saber, a fase de indução previa a construção e implantação do programa, já a fase de expansão, além da ampliação da meta de alcance dos alunos, previa a realização de uma avaliação dos resultados, a partir da formação, uso dos recursos educacionais digitais e a habilidade de gerenciar os recursos financeiros. Por fim, a última etapa

pretende alcançar a totalidade dos matriculados na educação básica e dar ao programa o status de Política Pública de Inovação e Educação Conectada.

O aporte financeiro investido em conectividade visa atender à orientação de currículo expressa na DCN que orienta a aproximação da tecnologia no cotidiano escolar:

O conhecimento científico e as novas tecnologias constituem-se, cada vez mais, condição para que a pessoa saiba se posicionar frente a processos e inovações que a afetam. Não se pode, pois, ignorar que se vive: o avanço do uso da energia nuclear; da nanotecnologia; a conquista da produção de alimentos geneticamente modificados; a clonagem biológica. Nesse contexto, tanto o docente quanto o estudante e o gestor requerem uma escola em que a cultura, a arte, a ciência e a tecnologia estejam presentes no cotidiano escolar, desde o início da Educação Básica (Brasil, 2013, p. 26).

Para além das políticas públicas, esse uso consciente passa necessariamente também pelo fazer diário de gestores e educadores que devem romper com as barreiras do tradicionalismo que massificam as formas de ensinar e aprender da nova geração, demandando continuamente formação direcionada para esse tema.

Para direcionar esse trabalho nas redes de ensino público, é importante, além do envio de recursos financeiros, que a temática esteja presente nos documentos norteadores da educação. Assim, pretende-se dar uma unicidade de abordagem e direcionamento, primando pelo alinhamento dos objetivos, estratégias e expectativas em relação a essa integração.

A educação brasileira trabalha com importantes documentos norteadores, que visam o desenvolvimento de tecnologias para a aprendizagem dos(a)s estudantes. A Base Nacional Curricular Comum (BNCC) é um documento normativo que foi pensado e construído para ser trabalhado em todas as etapas educativas nas escolas públicas do Brasil.

Desta forma, a educação abre-se para trabalhar e dinamizar as várias formas do uso da tecnologia para o ensino-aprendizagem. O uso da tecnologia e da informação necessita ser trabalhado nas escolas de forma esclarecedora e responsável, como forma primordial de combate às fake news e o uso do senso comum.

3.1.1.1 Base Nacional Curricular Comum e as Tecnologias Da Educação

A integração das tecnologias nas práticas pedagógicas tem acontecido cada vez de forma mais recorrente no contexto educacional, evidenciando assim a necessidade de um mundo cada vez mais conectado.

Para que essa integração ocorra não apenas de forma acessória, mas que seu uso seja visando a aprendizagem, o tema foi integrado à Base Nacional Curricular Comum (BNCC), que é o documento orientador do currículo escolar no Brasil. O referido documento reconhece a importância dessa habilidade para o desenvolvimento pleno dos estudantes ao longo de sua jornada acadêmica.

Visando a unificação da aprendizagem, mas respeitando as particularidades de cada rede, a BNCC, com objetivo de dirimir a fragmentação das políticas educacionais, define as aprendizagens que são consideradas essenciais para os estudantes aprenderem no decorrer da Educação Básica¹⁰, que visam à formação humana integral. O documento estabelece competências (gerais e específicas) e habilidades importantes ao longo da etapa escolar dos sujeitos aprendentes, assim como norteia os docentes no trabalho educativo.

O documento estabelece que essa aprendizagem precisa garantir o desenvolvimento de 10 competências gerais, que apesar de estratificadas, apresentam uma inter-relação e se complementam mutuamente, promovendo uma abordagem ampla e integrada.

A definição de competência segundo a Base:

Na BNCC, competência é definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho. Ao definir essas competências, a BNCC reconhece que a “educação deve afirmar valores e estimular ações que contribuam para a transformação da sociedade, tornando-a mais humana, socialmente justa e, também, voltada para a preservação da natureza (Brasil, 2018, p. 08).

Com o objetivo de alinhar a educação à nova era tecnológica em constante evolução, dentre as competências gerais, destaca-se a quinta que enfatiza a necessidade de habilidade para uso crítico dos recursos tecnológicos:

¹⁰ A Educação Básica é o período escolar compreendido da Educação Infantil até o Ensino Médio.

Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva (Brasil, 2018, p. 09).

Essa competência deixa claro que o uso da tecnologia por parte dos estudantes não deve ser resumido a um uso passivo, não devendo ser meros consumidores da tecnologia, mas fazer uso responsável, ativo, crítico e criativo das ferramentas disponíveis para potencializar sua aprendizagem e participação na sociedade digital.¹¹

De acordo com o DCNs,

enquanto a escola se prende às características de metodologias tradicionais, com relação ao ensino e à aprendizagem como ações concebidas separadamente, as características de seus estudantes requerem outros processos e procedimentos, em que aprender, ensinar, pesquisar, investigar, avaliar ocorrem de modo indissociável. Os estudantes, entre outras características, aprendem a receber informação com rapidez, gostam do processo paralelo, de realizar várias tarefas ao mesmo tempo, preferem fazer seus gráficos antes de ler o texto, enquanto os docentes creem que acompanham a era digital apenas porque digitam e imprimem textos, têm e-mail, não percebendo que os estudantes nasceram na era digital. (Brasil, 2013, p. 25).

Viver na era digital requer empenho e formação dos nossos docentes. Não se trata de uma moda ou ser exigente, mas acima de tudo, porque os docentes estão inseridos no meio tecnológico. A docência é feita por pessoas e todas elas estão inseridas no meio social, o que determina o acesso ao direito da cidadania desses educadores. O chão da escola não é só construído pelo aluno, mas também por docentes, gestão e funcionários.

As políticas públicas de tecnologia da informação e comunicação devem ser pensadas para o bem comum da população brasileira. A seção seguinte tratará sobre as políticas públicas de tecnologia da informação e comunicação da rede pública municipal de Fortaleza.

¹¹ Na seção 3.2 essa discussão será melhor abordada.

3.1.2 Políticas públicas de tecnologias digitais da informação e comunicação na educação de Fortaleza

Fortaleza é uma das maiores redes de ensino público municipal do país, além disso, possui em seu território bairros completamente distintos e desiguais no que se refere à distribuição de renda. Constitui-se, então, um desafio para a gestão educacional prever e promover condições de acesso equitativo e igualitário aos equipamentos escolares.

Para garantir o avanço tecnológico e em atendimento aos planos Fortaleza 2040 e o Plano Municipal de Educação (2015 - 2025), que abordam o eixo tecnologia, o município empreende e implanta uma série de ações, parcerias e recursos para atender essa nova demanda do mundo digital.

Um dos recursos que as escolas municipais recebem para se adequarem e promoverem acesso é oriundo do Programa Educação Conectada por meio do PDDE-Interativo. Os recursos advindos desse programa são acompanhados pela Célula de Fortalecimento da Autonomia Escolar, célula integrante da Coordenadoria de Articulação e Gestão Escolar (COGEST), e, de acordo com o acompanhamento realizado pelos técnicos, em 2023 as escolas públicas municipais receberam o aporte financeiro de R\$ 1.124.273,00 (um milhão, cento e vinte quatro mil e duzentos e setenta e três reais), sendo R\$ 474.966,24 para despesas de custeio e R\$ 649.306,76 para capital.

Foram 299 escolas contempladas, sendo que 76 receberam recursos apenas na categoria custeio, 123 na categoria capital e 100 receberam recursos para alocar em ambas as categorias, custeio e capital.

Tabela 1 - Programa Educação Conectada

DISTRITO DE EDUCAÇÃO	QTD DE ESCOLAS CONTEMPLADAS	CUSTEIO	CAPITAL	TOTAL
1	45	R\$ 37.662,08	R\$ 133.529,92	R\$ 171.192,00
2	34	R\$ 77.597,00	R\$ 46.271,00	R\$ 123.868,00
3	53	R\$ 72.626,42	R\$ 127.445,58	R\$ 200.072,00
4	55	R\$ 89.921,62	R\$ 117.393,38	R\$ 207.315,00
5	62	R\$ 93.524,70	R\$ 141.033,30	R\$ 234.558,00
6	50	R\$ 103.634,42	R\$ 83.633,58	R\$ 187.268,00
TOTAL	299	R\$ 474.966,24	R\$ 649.306,76	R\$ 1.124.273,00

Fonte: Elaborado pela autora com base no Portal da transparência do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE.

Para além do investimento federal, a rede municipal, desde o ano de 2022, através de recursos próprios, destina verbas para aquisição de itens de tecnologia e contratação de internet em banda larga de alta velocidade, através do Programa Municipal de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino de Fortaleza (PMDE)¹² Emergencial.

Esse recurso emergencial visou fortalecer a utilização da tecnologia da informação como prática recorrente no processo ensino e aprendizagem. A SME destinou às escolas nos anos de 2022 e 2023 o montante de R\$ 3.418.200,00 (três milhões, quatrocentos e dezoito mil e duzentos reais), sendo em 2022 contempladas todas as unidades da rede e em 2023 foi feito apenas um complemento para as unidades que foram inauguradas naquele ano.

Tabela 2 - PMDE Emergencial

PMDE EMERGENCIAL			
	CUSTEIO	CAPITAL	TOTAL
2022	R\$ 242.000,00	R\$ 3.077.600,00	R\$ 3.319.600,00
2023	R\$ 30.000,00	R\$ 68.600,00	R\$ 98.600,00

Fonte: Elaborado pela autora com base na Portaria 558/2022 publicado em DOM 26/09/2022, Portaria 48/2023 publicado em DOM 20/01/2023 e Portaria 139/2023 publicado em DOM 02/02/2023.

Outras ações também foram implementadas pela gestão, como por exemplo, por ocasião do lançamento do aplicativo de avaliação dos serviços educacionais nomeado de “Diga aí, Escola!”, foram adquiridos 600 totens que foram distribuídos entre as escolas para incentivar a participação dos estudantes nas avaliações, ampliando o repertório midiático dos estudantes. (Fortaleza, 2022).

De acordo com o site da Prefeitura de Fortaleza, “Esta é uma ferramenta de escuta da comunidade escolar sobre os serviços oferecidos pela Rede Municipal. Participam alunos, pais/responsáveis, professores, gestores, coordenadores pedagógicos e orientadores educacionais” (Fortaleza, 2022, online).

As parcerias de incentivo também acontecem entre os órgãos municipais, como o caso do programa Juventude Digital¹³, que é uma política pública

¹² PMDE é a sigla de PROGRAMA MUNICIPAL DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE FORTALEZA que é a transferência de recursos financeiros oriundos do orçamento municipal que objetiva prestar assistência financeira em caráter suplementar às escolas públicas municipais. Existem os repasses regulares anuais, realizados em 2 parcelas e os repasses Emergenciais, que como o próprio nome diz é para atender às situações emergentes.

¹³ O programa Juventude Digital foi implementado no município através da Lei Ordinária nº11.172, de 13 de outubro de 2021, sancionada pelo atual prefeito de Fortaleza Sarto Nogueira.

permanente que visa sobretudo a geração de emprego e renda voltado para o mercado da Tecnologia da Informação e Comunicação, criado através da Lei Ordinária nº 11.172, de 13 de outubro de 2021.

De acordo com a legislação que a criou, o programa conta com três eixos de atuação, sendo um voltado para alunos do ensino fundamental, outro voltado para o mercado, com a oferta de cursos de design, e o terceiro eixo direcionado aos games, com ações específicas para os jogos.

Essa política está sob a responsabilidade da Fundação de Ciência, Tecnologia e Inovação de Fortaleza (CITINOVA), que em parceria com a SME oportunizou 500 vagas para alunos do 8º e 9º ano se capacitarem e aprimorarem suas habilidades tecnológicas. (Fortaleza, 2022, online).

As políticas públicas de incentivo às tecnologias em Fortaleza vão além da aparelhagem das unidades escolares. Em 2021, foram adquiridos Chromebooks que foram destinados aos profissionais da educação com vistas a auxiliar no planejamento e no processo de ensino e aprendizagem, totalizando um investimento de R\$ 24.591.360,78 (Fortaleza, 2021, online).

Outra ação que se pode destacar foi a criação da Célula de Inovação Educacional (CEINE), através do Decreto nº 14.086, de 14 de setembro de 2017. A SME cria em sua estrutura organizacional a referida célula, que tem como competência fomentar o uso das tecnologias digitais no âmbito pedagógico, estabelecer diretrizes e desenvolver projetos para uso das tecnologias nas unidades escolares.

Uma das atribuições da CEINE é acompanhar e implementar as parcerias. Uma dessas iniciativas foi a parceria entre o público e a instituição privada Google for Education, que trouxe ao município novas oportunidades de projetos. A citar dessa parceria, em 2017, foi instalada a primeira sala de inovação, tornando Fortaleza a primeira capital do país a implantar esse projeto. Atualmente, a rede conta com 247 salas de Inovação Educacional, além de laboratórios de informática.

Sobre a primeira sala implantada, foi feita a seguinte constatação:

O protótipo consistiu na implantação de uma sala ambientada para o desenvolvimento de trabalho em pequenos grupos, decorada para o público jovem, com equipamentos de última geração, 30 chromebooks, 01 lousa

digital interativa, 01 impressora 3D e 01 aparelho de TV LCD. As ferramentas e aplicativos do Google For Education, G-Suite e demais programas pedagógicos da plataforma educacional da Google foram disponibilizados para uso em atividades curriculares, envolvendo professores, gestores e alunos. Essa experiência nos permitiu constatar o potencial criador dos estudantes, a capacidade de desenvolver novas experiências e a vontade de aprender. Os professores tiveram a oportunidade de conhecer novas fontes de informação, experimentar diferentes recursos educacionais e sobretudo desenvolver uma relação de colaboração e compartilhamento de aprendizagem com os alunos. (Fortaleza, 2022, p. 10).

A referida célula, além de promover formações mensais direcionadas aos docentes abrangendo diversas temáticas, lançou no ano de 2022 o Guia de orientações para o desenvolvimento de cultura digital e utilização de recursos tecnológicos na escola, que visa nortear o uso das tecnologias no ensino e aprendizagem, de forma a atender os anseios de pais e professores diante das novas demandas de aprendizagens.

Em agosto de 2022, foi anunciado um pacote de investimentos direcionados às áreas de inovação, ciência e tecnologia, com um aporte de R\$ 67.000.000,00 (Sessenta e sete milhões de reais) até o final do ano de 2024, através do programa TechEduca, beneficiando diretamente os estudantes matriculados na rede de ensino. (Intranet-Fortaleza, online).

A partir do ano letivo de 2023, os alunos matriculados no ensino fundamental anos iniciais, turmas de 3º ao 5º, passaram a ter uma nova disciplina no seu currículo, foi incluída a linguagem de programação e robótica, além de material didático específico e formação para professores. Vale ressaltar que essa iniciativa permitiu que estudantes alcançassem o terceiro lugar no Torneio SESI de Robótica¹⁴.

No site da SME encontra-se a mais recente iniciativa de fomento às TDICs, foi lançado o Edital nº 11/2024 onde as unidades escolares interessadas, e que atendessem aos critérios, poderiam se inscrever e concorrer a uma unidade do Laboratório Maker, as selecionadas receberão um laboratório composto pelos seguintes itens: impressora 3D, impressora de grandes formatos, máquina de corte a laser, armários, ferramentas, além da disponibilização de acesso a estudantes e

¹⁴ Para mais informações sobre o evento e a participação dos alunos, ver site da SME Fortaleza através do link:

https://intranet.sme.fortaleza.ce.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=8711:estudantes-antes-da-rede-municipal-desembarcaram-em-bras%C3%ADlia-para-o-maior-evento-de-rob%C3%B3tica-educacional-do-pa%C3%ADs&catid=79&Itemid=509

professores na plataforma educacional, também será ofertada formação específica de cultura maker para professores, gestores e técnicos.

Para concorrer à unidade do laboratório, os gestores deveriam se inscrever por meio de formulário on-line, ser de Tempo Parcial, e envio de carta de intenção com exposição de motivos que justifiquem o desejo da escola em receber o laboratório. Para além do atendimento dos passos acima citados, as unidades somente poderiam se inscrever se atendessem os seguintes critérios:

4. DOS CRITÉRIOS PARA INSCRIÇÃO:

- 4.1 Ser escola municipal de tempo parcial com oferta de anos finais do Ensino Fundamental;
- 4.2. Possuir serviço de conectividade com velocidade mínima de acordo com especificações do MEC (velocidade igual à quantidade de alunos no turno mais movimentado para estabelecimento com mais de 50 e até 1.000 alunos no turno mais frequentado; 1 Gbps para estabelecimento com mais de 1.000 alunos no turno mais frequentado);
- 4.3. Possuir Sala de Inovação Educacional com área mínima de 48m²;
- 4.4. Possuir professores de Matemática e Ciências com intenção de trabalhar com cultura maker. (SME, 2024, p. 01-02).

Todas essas ações demonstram que a SME entende que as TIDCs não são mais uma mera opção no planejamento, mas uma necessidade a ser atendida nas instituições de ensino, que o uso supera o mero entretenimento e entende como uma necessidade de aprendizagem e que é a escola a responsável por essa orientação. O guia traz a seguinte reflexão:

A primeira grande dúvida é como resolver o dilema da utilização da tecnologia com foco em aprendizagem, afastando-se das armadilhas do entretenimento que são sedutoras. O caminho para enfrentar esta dificuldade parece ser o fortalecimento da cultura digital, ou seja, parar de tentar evitar a tecnologia na escola, pois se fechar ao uso e as potencialidades que podem emergir de sua exploração, não parece algo que favoreça a superação do desafio. Por isso mesmo a escola deve ser o espaço que fomenta a apropriação tecnológica, que a utiliza e direciona qual seria o melhor caminho para sua utilização. (Fortaleza, 2022, p. 08).

Conforme apresentado, a rede de ensino pública municipal de Fortaleza enveredou diversos esforços no que se refere ao acesso e uso da tecnologia no ambiente escolar, resguardando o direito à educação como um direito social que visa à formação integral do cidadão através da inclusão digital. Nesse contexto, torna-se fundamental compreender melhor o conceito de inclusão digital, relacionando-o ao preceito da gestão democrática e participativa que deve atravessar a oferta de educação no país, de acordo com a política educacional brasileira.

3.2 Inclusão Digital e Democracia

A Constituição Federal de 1988, construída após anos de regime militar, instituiu o Estado Democrático como forma de governar o país, tendo como fundamentos “a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político.” (Brasil, 1988, p. 01). O artigo finaliza reiterando que todo o poder emana do povo.

Os governos, escolhidos a partir da vontade da maioria do povo, devem zelar por objetivos que visem a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, objetivando reduzir as desigualdades sociais, erradicar a pobreza, proporcionando sempre o bem-estar de todos os cidadãos.

Ao escolher seus representantes, o povo que o fez, fez com base nas informações que recebeu sobre o candidato, bem como das ações que estes se propõem a executar durante seu mandato, que, vale ressaltar, devem sempre estar visando o desenvolvimento pleno dos cidadãos.

Para que essa escolha aconteça de forma mais consciente, é imprescindível que as pessoas tenham acesso ao máximo de informações sobre a vida pessoal e a trajetória política, permitindo assim uma avaliação criteriosa das propostas e da idoneidade dos candidatos. Assim, o acesso à informação se torna um fator fundamental no processo democrático.

A troca de informação sempre aconteceu, no entanto, em tempos passados essa troca era um pouco mais lenta e demorada. Por anos, aconteceu através do registro em papel, como cartas, panfletos e cartazes, depois através do rádio, telefone até chegarmos à televisão, e em todos esses dispositivos a informação levava um tempo, uns mais, outros menos, para alcançar uma grande parte da população.

Na era da sociedade digital, as informações sobre os acontecimentos mundiais podem ser disseminadas com milhares de pessoas em questão de poucos minutos. A internet e os dispositivos eletrônicos se tornaram um facilitador do acesso à informação, possibilitando uma democratização na circulação de informativos em tempo real.

Partindo do princípio constitucional de que o povo participa da escolha de seus representantes legais de maneira legítima, é imprescindível que as informações sobre estes sejam de conhecimento amplo, de todos, e não restrita a apenas uma classe ou setor, pois a falta dela poderá acarretar problemas ao regime democrático,

conforme expressado por Bobbio (1998, p.08): “Se democracia é participação dos cidadãos, uma participação insuficiente debilita-a”.

Assim, a inclusão digital, composta pelo tripé acesso ao bem físico, acesso à conexão de qualidade e capacitação para uso crítico, torna-se uma premissa no fortalecimento do Estado Democrático de Direito, passando a ser uma iniciativa política que aspire uma sociedade mais justa e igualitária.

Bacciotti (2014) enfatiza que:

A Internet apresenta conexão com alguns traços essenciais do regime democrático, por oferecer inovadora oportunidade de aprimoramento da própria democracia, na medida em que é ao mesmo tempo, meio de comunicação, de informação, de pressão, de dissuasão, e principalmente, de participação. Neste sentido, coloca-se como a tecnologia da liberdade e da democracia. (Bacciotti, 2014, p. 86).

Portanto, discutir sobre democracia na atualidade também implica assegurar que todos tenham acesso à tecnologia digital, incluindo tanto os dispositivos quanto o conhecimento necessário para utilizar tais serviços.

A fim de garantir uma participação equitativa e informada na esfera pública digital, Pierre Levy nos diz:

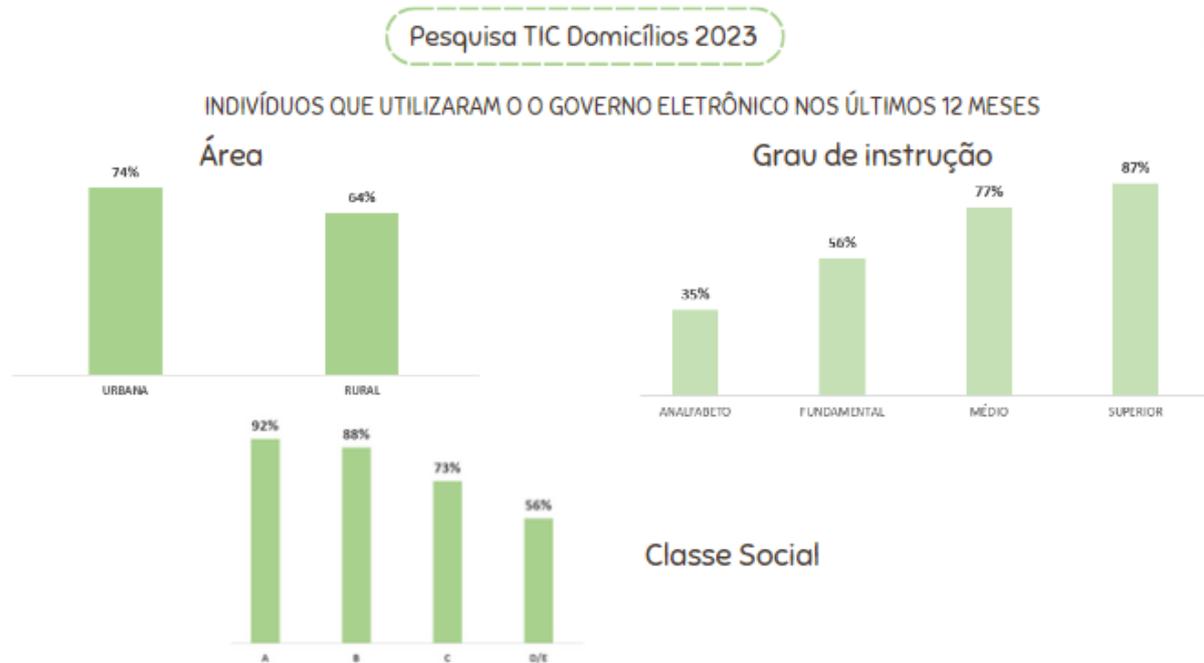
A verdadeira democracia eletrônica consiste em encorajar, tanto quanto possível — graças às possibilidades de comunicação interativa e coletiva oferecidas pelo ciberespaço —, a expressão e a elaboração dos problemas da cidade pelos próprios cidadãos, a autoorganização das comunidades locais, a participação nas deliberações por parte dos grupos diretamente afetados pelas decisões, a transparência das políticas públicas e sua avaliação pelos cidadãos. (Levy, 1999, p. 185).

Muitas são as iniciativas de digitalização dos serviços essenciais oferecidos pelo Estado, como citado anteriormente, na área da saúde, social, educação e outros, são cada vez mais ofertados mediante aplicativos e sites, porém não é garantido que essa disponibilidade atenda a toda a população. Sobre isso, Silva et al. (2005) trazem a seguinte reflexão:

Ganha atenção...o crescente esforço do governo federal para o estabelecimento do chamado governo eletrônico, com desenvolvimento e consolidação vinculados, no discurso oficial, à universalização da inclusão digital. Sem “cidadãos digitais”, não há “governo eletrônico” (Silva, *et al*, 2005, p. 29).

Mesmo diante da iniciativa de digitalizar os serviços, parte da população não fez uso deste nos últimos 12 meses. A figura a seguir apresenta os dados de acessos de usuários que, em 2023, utilizaram o governo eletrônico.

Figura 6 - Dados da pesquisa TIC Domicílios 2023



Fonte: Elaborado pela autora com base na pesquisa TIC Domicílios (2023).

A pesquisa aponta que, mesmo na área urbana, o número de acessos ao serviço online do governo não atingiu 75% dos entrevistados. Ao estratificar esse acesso pelo grau de instrução, percebeu-se que os analfabetos compõem o grupo que menos utilizou, com percentual de 35% de uso, o que converge para o dado de classe social, que enquanto a classe A teve um percentual de 92% de acesso ao serviço, a classe D e E juntas atingiram o dado de 56%.

Vale ressaltar que as classes D e E são o público-alvo das muitas iniciativas do governo no que diz respeito às políticas de cunho social, em sua maioria são beneficiárias de programas como Bolsa Família, Vale gás e outros.

É bem verdade que diversas pesquisas apontam para o crescimento da malha conectada no Brasil, há regiões do país em que o índice chega a quase 90%, assim como classes sociais que praticamente universalizaram o acesso em detrimento de outras menos abastadas que aumentaram o acesso, porém ainda é baixo diante da oferta e pressão do mercado.

A figura abaixo mostra esse acesso por região do país. Percebe-se que as regiões Sul, Sudeste e Centro Oeste atingiram o patamar mínimo de 90%, e as regiões Norte e Nordeste apresentaram um percentual acima de 86%, ficando bem próximo às demais regiões do país.

Figura 7 - Acesso à internet por região do Brasil



Fonte: Elaborado pela autora com base na pesquisa TIC Domicílios 2023.

A pesquisa TIC Domicílios divulgou os dados do levantamento realizado em 2023, que apontou um crescimento de 4% em relação ao ano anterior na quantidade de domicílios da área urbana, saindo de 82% em 2022 para 86% em 2023. Houve crescimento também na área rural, que saiu de 68% dos domicílios em 2022, chegando a 74% em 2023.

A pesquisa abordou questões bem interessantes sobre o uso da tecnologia no dia a dia da população brasileira, no entanto, chama atenção os dados que tratam do grau de instrução e classe social no que tange o acesso à internet.

Os indivíduos entrevistados que apresentaram maior percentual de acesso foram identificados como os de nível superior, com 99% de acesso, os de nível médio aparecem em seguida com 97% de acesso, seguido do ensino fundamental com 82% de acesso e, por último, o grupo que teve menor acesso à internet no ano de 2023, os analfabetos, com 43% de acesso.

Não é difícil inferir o motivo pelo qual os analfabetos têm menor acesso à internet, se no mundo letrado a falta de conhecimento sobre a decodificação das letras se torna um empecilho para uma maior participação e condições sociais, no mundo digital essa dificuldade é potencializada, pois além da dificuldade de compreender os códigos da própria língua, no caso a língua portuguesa, muitos aplicativos e sites

fazem uso de palavras de origem inglesa, além de códigos específicos da linguagem digital, tais como *download*, *upload*, *feedback*, *link*, *drive*, etc.

Haja vista que os aplicativos com maior adesão e mais conhecidos na atualidade são baseados em leitura e escrita, pode-se concluir que o mundo tecnológico não contempla em sua totalidade indivíduos não alfabetizados. É bem verdade que o aplicativo de envio de mensagens mais usado no mundo¹⁵, o *WhatsApp*, diminuiu a exclusão digital ao permitir a troca de mensagens via áudio, o que permitiu que pessoas que não sabem ler e escrever pudessem se comunicar com os demais usuários.

Apesar da iniciativa do aplicativo permitir que pessoas não alfabetizadas possam se comunicar no mundo digital, é preciso avançar nas políticas públicas educacionais para que essas pessoas possam ter seu direito à educação garantido e possam usufruir dos benefícios de uma vida mais justa e igualitária, a partir da universalização do acesso às novas tecnologias digitais.

O autor do livro *Sociedade da Informação no Brasil: Livro verde*, Tadao Takahashi, amplia a compreensão de universalização ao abordar o seguinte conceito:

O conceito de universalização deve abranger também o de democratização, pois não se trata tão somente de tornar disponíveis os meios de acesso e de capacitar os indivíduos para tornarem-se usuários dos serviços da Internet. Trata-se, sobretudo, de permitir que as pessoas atuem como provedores ativos dos conteúdos que circulam na rede. Nesse sentido, é imprescindível promover a alfabetização digital, que proporcione a aquisição de habilidades básicas para o uso de computadores e da Internet, mas também que capacite as pessoas para a utilização dessas mídias em favor dos interesses e necessidades individuais e comunitários, com responsabilidade e senso de cidadania. (Takahashi, 2020, p. 31).

Assim, os cidadãos têm ampliado seu direito à educação, com a inclusão da linguagem tecnológica, como elemento essencial para a formação completa, entendendo que cada vez mais a sociedade demanda competências digitais.

Traçando um comparativo entre a realidade e o mundo digital, Buzato (*apud* Silva et al.), amplia a discussão sobre o termo alfabetização, destacando que:

¹⁵ De acordo com o portal Insights, o WhatsApp é um dos aplicativos de comunicação mais utilizados no mundo, ultrapassando o quantitativo de 2 bilhões de usuários.
Fonte: <https://www.portalinsights.com.br/perguntas-frequentes/qual-o-aplicativo-de-bate-papo-mais-utilizado-no-mundo#:~:text=Com%20dois%20bilh%C3%B5es%20de%20usu%C3%A1rios,mensagens%20mais%20usado%20no%20mundo.>

peças alfabetizadas não são necessariamente “letradas”. Mesmo sabendo “ler e escrever”, isto é, codificar e decodificar mensagens escritas, muitas pessoas não aprenderam a construir uma argumentação, redigir um convite formal, interpretar um gráfico, encontrar um livro em um catálogo etc. A essa competência ele denomina letramento, que se constrói na prática social, e não na aprendizagem do código por si. (Buzato *apud* Silva, *et al.*, 2005, p. 33).

Sobre o conceito de letramento digital discutido por Buzato, Silva *et al.* (2005) detalham que o termo melhor se aplica à realidade, pois capacita o indivíduo a agir de forma consciente e fazer melhor uso das oportunidades tanto no âmbito particular quanto profissional.

Buzato adota o termo letramento digital por entender que não se trata apenas de ensinar a pessoa a codificar e decodificar a escrita, ou mesmo usar teclados, interfaces gráficas e programas de computador, mas de inserir-se em práticas sociais nas quais a escrita, mediada por computadores e outros dispositivos eletrônicos, tem um papel significativo. Logo, letramento digital seria a habilidade para construir sentido, capacidade para localizar, filtrar e avaliar criticamente informação eletrônica, estando essa em palavras, elementos pictóricos, sonoros ou qualquer outro. (Silva *et al.*, 2005, p. 33).

O uso responsável da tecnologia requer o desenvolvimento de habilidades que envolvem a conscientização de que as ações realizadas no virtual impactam na sua própria vida e na do outro. O ensino dessas habilidades necessárias ao cidadão digital perpassa pelas unidades educacionais, que têm como princípio constitucional a formação plena do cidadão.

A CF (Brasil, 1988) é enfática e direta ao afirmar que a educação é um direito de todos e dever do Estado e da família, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Nesse contexto educar para a cidadania envolve dar condições para que todos os nascidos em nosso território tenham igualdades de condições de educar-se, desenvolver suas potencialidades e participar ativamente da vida em sociedade.

Assim, ser cidadão na era digital é compreender que “a inclusão digital é uma necessidade inerente deste século, então isso significa que o “cidadão” do século XXI, entre outras coisas, deve considerar esse novo fator de cidadania” (Silva, *et al.*, 2005, p. 32).

De acordo com Frade (*apud* Silva *et al.* 2005), ser cidadão digital ultrapassa o simples acesso à informação, ele faz a seguinte advertência:

adverte que um novo modelo de cidadania deve ir além da esfera da informação, incorporando a capacidade de interpretação da realidade e

construção de sentido por parte dos indivíduos. O que importa na formação dos cidadãos, sob essa perspectiva, é que sejam capazes de ser construtores de significados (Silva *et al.*, 2005, p. 30-31).

Ainda sobre inclusão digital, os autores enfatizam que “a inclusão digital deve ser vista sob o ponto de vista ético, sendo considerada como uma ação que promoverá a conquista da “cidadania digital” e contribuirá para uma sociedade mais igualitária, com a expectativa da inclusão social” (Silva, *et al.*, 2005, p. 30).

Por tanto, cabe às redes escolares proporcionarem aos seus educandos o acesso e principalmente formação adequada em habilidades digitais, capacitando-os para navegar de forma crítica e responsável no mundo digital contemporâneo.

A educação como meio de inclusão digital é vista por Bacciotti (2014) da seguinte forma:

A educação é talvez o mais importante fator de inclusão social e não pode ficar alheia ao novo contexto social, econômico e tecnológico caracterizado pela informação digitalizada. O Estado que não adequar suas políticas educacionais a esta nova realidade causa um grande desserviço ao desenvolvimento, vez que estará promovendo a exclusão social (Bacciotti, 2014, p. 187).

Nesse contexto é importante ressaltar, que os documentos norteadores da política educacional também reconhecem o papel primordial da instituição escolar, afirmando que a reestruturação desta, embora não possa por si só resolver as disparidades sociais, pode ampliar as oportunidades de inclusão social, ao proporcionar o acesso à educação científica, à tecnologia, à cultura e ao trabalho. (Brasil, 2013).

A temática de inclusão digital e democracia também requer uma ampla reflexão sobre a quantidade exacerbada de criação e compartilhamento de informações de cunho falso ou duvidoso nas redes sociais, o que acaba por gerar no imaginário das pessoas falsas sensações, bem como lhes assegura a realização de ações danosas sem sofrerem as devidas consequências.

Cabe lembrar os fatos ocorridos no Brasil no dia 08 de janeiro de 2023, quando o país foi surpreendido por uma onda de ataques ao Congresso Nacional, ao Palácio do Planalto e ao Supremo Tribunal Federal, por pessoas intituladas patriotas que, por desconhecimento do que consiste a liberdade de expressão e em nome da democracia, bradavam a volta do regime militar sob a ótica da violência e do vandalismo.

As notícias relacionadas sobre o evento mostram o quanto algumas pessoas que participaram da ação desconheciam fatos históricos do país, bem como

o conceito por trás de algumas palavras, como por exemplo a relação entre o golpe militar e o governo democrático, além de demonstrarem uma crença firme em notícias disseminadas via grupos de redes sociais.

Uma das ações executadas no combate a essa ação e visando evitar novos episódios foi a decisão tomada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) quando “tiveram particular peso certas ações tomadas pelo ministro do STF, Alexandre de Moraes, algumas delas, como a abertura do inquérito das fake news, tomadas no “arrepio da lei”. (Jornal da USP, 2024, n/p).

Assim, o volume acentuado de notícias divulgadas na atualidade, além de espalhar medos e incertezas, pode confundir as pessoas quanto aos assuntos relacionados à vida cotidiana. Esse fato pode ser acentuado caso a pessoa não disponha do bem físico (computador, smartphone, tablet) para ampliar a fonte de pesquisa, conexão adequada para pesquisar em um maior número de sites que tratem da informação e, por fim, conhecimento e criticidade para saber distinguir e examinar o conteúdo e a fonte da informação.

Portanto, se o acesso à informação é uma condição para o exercício da democracia, o conhecimento é o caminho para a capacitação cidadã, pois a partir do amplo conhecimento os cidadãos têm mais consciência sobre seus direitos e deveres, estando mais aptos a participarem do processo político.

Sobre o papel do conhecimento na sociedade da informação, corrobora-se com o exposto em Takahashi

Formar o cidadão não significa “preparar o consumidor”. Significa capacitar as pessoas para a tomada de decisões e para a escolha informada acerca de todos os aspectos na vida em sociedade que as afetam, o que exige acesso à informação e ao conhecimento e capacidade de processá-los judiciosamente, sem se deixar levar cegamente pelo poder econômico ou político. (Takahashi, 2000, p. 45).

Nesse aspecto, Vilela Júnior e Vilarta ampliam a discussão ao afirmarem que:

A partir da conquista da autonomia estruturam-se os pressupostos básicos que possibilitarão uma melhoria da qualidade de vida de uma população. Ensino e pesquisa se constituem como instrumentos basilares na construção desta autonomia. Esta construção se manifesta como processo dinâmico, uma vez que é a partir da apreensão da complexidade da totalidade que poderemos, racional e sensatamente, atuar na localidade. (Vilela Júnior; Vilarta, 2004, p. 28)

É importante fortalecer a educação e a tecnologia como amparo da

verdade para o bem comum. A tecnologia precisa ser entendida como ponte para o conhecimento e não para a ignorância e violência.

Vilela Júnior e Vilarta (2004) ressaltam a importância de “que ter a ferramenta e o domínio técnico sobre a mesma é imprescindível, entretanto, muito mais importante é o seu uso ético”. Nossas crianças e jovens devem aprender o uso correto, responsável e saudável das tecnologias, para que problemas como *cyberbullying* não fomentem o preconceito e a violência entre si.

3.3 Aparato Digital para os Jovens Geração Digital

A década de 80 foi um período marcado por diversos movimentos que impactaram a geração e que deixaram marcas duradouras para as futuras sociedades. As marcas dos anos 80 podem ser vistas nos mais diversos setores, tais como economia, política, moda e cultura.

Em relação à humanidade, a partir da década de 80, surge a geração dos Nativos Digitais (John, 2011), que são pessoas que nasceram imersas em um mundo onde a tecnologia passa a ser objeto de uso comum no cotidiano e que, desde muito novas, desenvolvem familiaridade com os dispositivos e ferramentas digitais.

É comum deparar-se com crianças que ainda não foram alfabetizadas, mas que sabem, com destreza, fazer uso de um dispositivo eletrônico, em busca da programação que lhe agrada. Essas crianças são criadas em um ambiente que naturalmente faz uso da internet, usa computadores e/ou notebooks, ouvem conversas que envolvem termos como links e engajamento em redes sociais.

Para os adolescentes, esse acesso é ainda mais intenso, cada vez mais cedo ganham seus dispositivos eletrônicos para uso pessoal, permitindo que estes tenham acesso aos mais diversificados conteúdos produzidos em escala mundial, o que acaba por influenciar posicionamentos em jovens que, muitas vezes, ainda não têm maturidade, conhecimento e orientação necessárias para distinguir o que é fato e o que é mentira.

A Cartilha intitulada *Uso de internet por crianças e adolescentes: o que os pais e responsáveis devem saber?* publicada pela Universidade Estadual de

Campinas, UNICAMP¹⁶ em 2023, expõe o dado de que no ano de 2021, a população de 9 a 17 anos com acesso à internet atingiu o expressivo dado de 93% de usuários e traz de forma breve e didática informações pertinentes e necessárias aos pais e responsáveis sobre o uso e os perigos decorrentes desse manuseio sem a devida orientação.

Na escola, diante dessa enxurrada tecnológica, onde alunos têm em mãos o acesso aos mais diversos tipos de conhecimentos, os professores se veem obrigados a fazer uso das ferramentas tecnológicas em seus planejamentos, porém, esse uso muitas vezes fica limitado a mero suporte didático.

Assim, hoje, exige-se do professor mais do que um conjunto de habilidades cognitivas, sobretudo se ainda for considerada a lógica própria do mundo digital e das mídias em geral, o que pressupõe aprender a lidar com os nativos digitais. Além disso, lhe é exigida, como pré-requisito para o exercício da docência, a capacidade de trabalhar cooperativamente em equipe, e de compreender, interpretar e aplicar a linguagem e os instrumentos produzidos ao longo da evolução tecnológica, econômica e organizativa. Isso, sem dúvida, lhe exige utilizar conhecimentos científicos e tecnológicos, em detrimento da sua experiência em regência, isto é, exige habilidades que o curso que o titulou, na sua maioria, não desenvolveu. Desse ponto de vista, o conjunto de atividades docentes vem ampliando o seu raio de atuação, pois, além do domínio do conhecimento específico, são solicitadas atividades pluridisciplinares que antecedem a regência e a sucedem ou a permeiam. As atividades de integração com a comunidade são as que mais o desafiam. (Brasil, 2013, p. 59)

Apesar de todos que nasceram a partir dos anos 80 serem categorizados como nativos digitais, há ainda outra divisão que, a partir da visão de mundo e das formas de se conectar com o outro, são reorganizados em gerações.

É de conhecimento amplo que há cinco¹⁷ gerações nomeadas e divididas da seguinte forma: Baby boomer, que compreende os nascidos nos anos de 1945 a 1964, geração X, nascidos de 1965 a 1980, geração Y ou Millennials, nascidos em 1981 a 1996, geração Z, de 1997 a 2010 e por fim, a geração Alfa, nascidos a partir de 2010. (Brunet, 2024).

¹⁶ Disponível em:

<https://hconline hc fm usp br/images/n836/Cartilha%20Uso%20de%20Internet%20por%20Crian%C3%A7as%20e%20Adolescentes.pdf>

¹⁷ A divisão por gerações com base no ano de nascimento não deve ser vista como uma regra fixa ou determinativa para o envolvimento e uso de tecnologias. Fatores como contexto socioeconômico, acesso à educação, e condições culturais também influenciam a forma como cada indivíduo interage com as tecnologias. No presente trabalho, a referência às gerações foi feita apenas como um parâmetro orientativo, sem caráter determinista.

Cada geração nascida apresenta peculiaridades e especificidades que vão se entrelaçando umas às outras por meio da convivência das relações sociais no trabalho e na escola, sobretudo no acesso à tecnologia, que é um exemplo de especificidade geracional, uma vez que o aparato tecnológico da atualidade é completamente diferente, diverso e amplo do que o vivido pela geração Y, “uma geração é diferente da outra apenas e somente pela relação espaço-temporal; argumentamos, assim, em favor de serem consideradas as condições tecnológicas de cada geração” (Coelho *et al.*, 2018, p. 1079).

A empresa DOT Digital Group de Educação Corporativa Digital publicou um e-book que apresenta o perfil de cada geração e as formas que cada uma aprende. A publicação aponta que “Cada geração possui características próprias e formas diferentes de adquirir conhecimento. Sua relação com a tecnologia também é distinta, o que impacta na escolha de ferramentas para aprendizado”. (DOT, 201-[?], p. 02).

É interessante notar, no estudo em questão, que cada geração tem necessidades diferentes de aprendizagem, o que requer mudança na perspectiva do que deve e como deve ser ofertado esse ensino, bem como pensar na formação de professores direcionados para essa nova forma de ensinar e aprender.

Como o foco da pesquisa são os alunos do ensino fundamental, matriculados nos anos finais, esses estudantes, classificados como geração Alpha, apresentam características próprias de conviver e aprender. Para esse grupo, o e-book aponta a forma característica como estes aprendem, são elas:

Consumem informação em diversos canais, como on demand, vídeos, realidade virtual e aumentada, jogos etc. A forma de aprendizado é mais horizontal. Prezam por um ensino personalizado, feito sob medida. Apesar de ser a geração com mais acesso a novas tecnologias do que todas as anteriores, gostam da educação híbrida (online e offline), que coloque em prática situações do cotidiano. Possuem raciocínio não-linear. Consideram cansativas atividades de aprendizado mais tradicionais, como leituras de textos, por exemplo, e possuem dificuldade em se concentrar. (DOT, 201-[?], p. 16).

O Centro de Inovação para a Educação Brasileira (CIEB)¹⁸, com base na publicação da BNCC e na inserção obrigatória do tema tecnologia no currículo, elaborou um documento intitulado Currículo de Referência em Tecnologia e

¹⁸ O Centro de Inovação para a Educação Brasileira (CIEB) é uma organização sem fins lucrativos, cuja missão é promover a cultura de inovação na educação pública, estimulando um ecossistema gerador de soluções para que cada estudante alcance seu pleno potencial de aprendizagem.

Computação, com objetivo de subsidiar o trabalho das redes educacionais e dirimir dúvidas sobre a inclusão do tema no currículo.

O referido documento traz sugestões de uso tanto como componente transversal quanto como área específica, abrangendo toda a educação básica. No que diz respeito ao ensino fundamental, a publicação faz a seguinte consideração:

a discussão das tecnologias no ensino fundamental é essencial para ampliar e ressignificar o uso das TDICs, na medida em que estas podem favorecer a emancipação e a proatividade dos estudantes, a autonomia para tomar decisões e a inserção deles em uma sociedade cada vez mais tecnológica, contribuindo para o desenvolvimento de competências e habilidades fundamentais para se viver com criatividade e criticidade. (Raabe; Brackmann; Flávio, 2020, p. 13).

A autora Sibilia (2012, p. 177) “classifica essa geração como não sendo apenas uma inscrição localizável, mas um ponto de conexão na rede”. Pode-se inferir, portanto, que os jovens da atualidade coexistem em duas realidades distintas, uma delas vinculada à sua identidade formal, registrada através dos documentos como Registro Geral (RG) e outra à Identidade Digital (ID)¹⁹ que surge das interações nos espaços online.

Esses jovens possuem em mãos diversos atrativos que concorrem diretamente com as demandas do dia a dia. O fluxo alto de informações não permite que estes dediquem muito tempo de sua concentração em uma única atividade. A necessidade de consumir tudo que está sendo oferecido tem tornado os jovens mais dispersos, o que reflete nas relações sociais do cotidiano.

A tecnologia precisa ser vista como parceira da sociedade e como mais uma forma de aquisição de conhecimento e ciência. Para tanto, esse uso acentuado dos recursos tecnológicos amplia a possibilidade de acessar conteúdos, que antes seriam impossíveis de acontecer de forma tão imediata, como por exemplo algo feito em outro país, mas apresentam também consequências que podem vir a ser devastadoras na vida de quem não faz o uso consciente, ético e responsável desses recursos.

¹⁹ ID é a sigla para identity, palavra inglesa que significa “identidade” na tradução literal para a língua portuguesa. No contexto do mundo conectado às redes online, através da internet, o ID passa a se referir a identidade que cada usuário cria nos diversos dispositivos e aparelhos disponíveis no mercado. Fonte: <https://www.significados.com.br/id/#:~:text=ID%20%C3%A9%20a%20sigla%20para,e%20aparelhos%20dispon%C3%ADveis%20no%20mercado.>

Apesar de os cuidados com o uso da internet começarem em casa, através da adoção de medidas como limitação do tempo de uso, acesso a conteúdos adequados para cada faixa etária, orientação com relação a publicações, utilização de aplicativos de segurança, a abordagem dessa temática não é exclusividade do ambiente familiar.

Por ser, muitas vezes, uma relação particular entre humano e máquina, é possível que alguns usuários se sintam à vontade para expressar comentários e opiniões que geram mal-estar em quem ouve, que, se feitos de forma presencial, a possibilidade de chegar a situações de violência física são reais.

A compreensão de que no ambiente virtual existem regras e limites é uma condição necessária para se entender que as ações praticadas virtualmente têm consequências legais na vida real que podem vir acompanhadas ou não de sanções penais a quem pratica, ou no caso de crianças e adolescentes, aos pais, que permanecem responsáveis legais, mesmo no mundo digital.

Devido a essa falsa liberdade de expressão, são crescentes os casos de Bullying praticados no meio virtual, o que acabou por gerar uma nova nomenclatura que é o Cyberbullying, que de acordo com Ferreira (2018) são os atos de violência contra crianças e adolescentes praticados através de plataformas digitais e mídias sociais.

Para além dos casos de violência contra terceiros, diversos transtornos estão sendo adquiridos pelos usuários. Diante dessa situação e preocupada com a saúde do público infantojuvenil, a Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP) elaborou em 2019 um manual de orientação intitulado *#Menos tela #mais saúde*²⁰ que apresenta recomendações para uso seguro, como o tempo de telas de cada idade, e faz um alerta para os principais problemas de saúde que estão relacionados ao uso das mídias na era digital, são eles:

Dependência Digital e Uso Problemático das Mídias Interativas / Problemas de saúde mental: irritabilidade, ansiedade e depressão / Transtornos do déficit de atenção e hiperatividade / Transtornos do sono / Transtornos de alimentação: sobrepeso/obesidade e anorexia/bulimia / Sedentarismo e falta da prática de exercícios / Bullying & cyberbullying / Transtornos da imagem corporal e da auto-estima / Riscos da sexualidade, nudez, sexting, sextorsão, abuso sexual, estupro virtual / Comportamentos auto-lesivos, indução e riscos de suicídio / Aumento da violência, abusos e fatalidades / Problemas visuais,

²⁰ Disponível em:

https://www.sbp.com.br/fileadmin/user_upload/_22246c-ManOrient_-_MenosTelas__MaisSaude.pdf,

miopia e síndrome visual do computador / Problemas auditivos e PAIR, perda auditiva induzida pelo ruído / Transtornos posturais e músculo-esquelético / Uso de nicotina, vaping, bebidas alcoólicas, maconha, anabolizantes e outras drogas. (SBP, 2019, p. 05)

Esse uso, por vezes indiscriminado, sem orientação e supervisão de alguém mais dotado de discernimento, tem gerado uma necessidade de se trabalhar os limites da tecnologia. E essa discussão não foge aos muros da escola, na verdade, esse tema precisa passar pela instituição transversalmente aos conteúdos curriculares.

Diante dessa nova responsabilidade da escola, as DCN trazem a seguinte reflexão:

a escola, que também cumpre um papel importante de inclusão digital dos alunos. Ela precisa valer-se desses recursos e, na medida de suas possibilidades, submetê-los aos seus propósitos educativos... É importante que a escola contribua para transformar os alunos em consumidores críticos dos produtos oferecidos por esses meios, ao mesmo tempo em que se vale dos recursos midiáticos como instrumentos relevantes no processo de aprendizagem, o que também pode favorecer o diálogo e a comunicação entre professores e alunos. (Brasil, 2013, p. 111).

Uma educação que se proponha a educar seus educandos para atuar em um mundo cada vez mais digital precisa repensar não apenas o que será ofertado como área do conhecimento ou que aparelhos mais modernos precisam ser adquiridos, mas antes sobretudo é repensar nas pessoas que fazem a educação, como gestores municipais, gestores escolares e professores.

verificamos que as políticas educacionais deveriam ser programadas para gerir tanto imigrantes digitais quanto nativos digitais, visto que não há uma homogeneidade no público-alvo, nem no grupo gestor e na equipe de professores. Contudo, na maioria das vezes, as políticas educacionais são programadas e geridas por imigrantes digitais para um público-alvo predominantemente nativo digital. Essa discrepância de interesses entre imigrantes e nativos digitais pode interferir no futuro da educação (Coelho *et al.*, 2018, p. 1087).

Sobre essa diferenciação entre os termos nativo digital e imigrante digital, Prensky (*apud* Coelho *et al.*) nos explica:

Segundo Prensky (2006; 2001), os nativos digitais são aqueles que cresceram inseridos e cercados pelas TICs, em especial as digitais. Desse modo, a tecnologia analógica típica do século XX – como câmeras de vídeo, telefones com fio, informação não conectada (livro, por exemplo), disquete, dentre outras – é ultrapassada na percepção dos nativos digitais, que desde a mais tenra idade têm acesso às tecnologias digitais – como smartphone, pen drive, televisão digital, internet sem fio, dentre outros aparatos. Já os

imigrantes digitais possuem um acesso tardio às tecnologias digitais e, por isso, precisam, na maioria das vezes, passar por um processo de adaptação, que, por sua vez, pode ser maior ou menor conforme o interesse e a disponibilidade em aprender. (Coelho *et al.*, 2018, p. 1081).

A formação adequada na área da tecnologia para estudantes requer primeiro uma formação, capacitação para os professores, é a partir deles que o conteúdo será mediatizado e construído de modo a se tornar significativo.

Dessa forma, as políticas educacionais precisam estar atualizadas de acordo com a nova demanda social, sempre se reinventando e proporcionando cada vez mais aprendizagens significativas e prazerosas.

A educação é uma aliada primordial para estabelecer a consciência ajuizada e ética das informações adquiridas na internet. A tecnologia é uma parceira e não uma ferramenta para a criminalidade, a proliferação de mentiras e de enganações, como o plágio, por exemplo. A tecnologia é uma ferramenta criada pelo homem para beneficiar uma sociedade. As políticas públicas precisam incentivar o uso de forma a garantir o respeito à cidadania e fortalecer a legalidade de seu uso com o intuito de crescimento humano.

4 DIGA AÍ, ESCOLA!: EFETIVAÇÃO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA EM UMA ESCOLA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE FORTALEZA

Esta seção explora com mais detalhes o aplicativo lançado em 2019 pela SME de Fortaleza, intitulado "Diga aí, Escola!", uma ferramenta que possui um caráter inovador, considerando ser um novo canal de participação entre a comunidade escolar e a Gestão Escolar e Educacional. Tal dispositivo oportunizou a modernização da interação entre a comunidade escolar e a gestão, mas também ofereceu uma visão única sobre como os usuários percebem os serviços e as tomadas de decisão da administração, através da possibilidade sigilosa de expressar comentários e atribuir notas às atividades escolares.

Buscando alcançar os objetivos propostos, foram analisados os dados obtidos a partir da pesquisa realizada com alunos e com a gestão escolar sobre as percepções destes em relação ao aplicativo e como o seu uso influencia nas decisões da gestão escolar. Compreende-se, em relação ao aplicativo 'Diga aí, escola', que a análise dos comentários e notas atribuídos aos serviços escolares oferece um feedback valioso se usado para aprimorar continuamente a qualidade da educação, promovendo um ambiente mais participativo e responsivo às necessidades da comunidade. Diante disso, esta seção inicia explicitando a importância da escolha dos métodos empregados para o alcance dos objetivos propostos, este capítulo inicia trazendo um breve panorama a respeito da Rede Municipal de Ensino de Fortaleza, buscando contextualizar o lócus mais amplo da pesquisa. Em seguida, será apresentado de forma mais detalhada o aplicativo e os achados da pesquisa de campo realizada com a gestora e com os alunos.

4.1 Percurso Metodológico

Tão importante quanto a seleção do objeto de pesquisa é a definição cuidadosa do método a ser empregado para a coleta e a análise dos dados, pois isso terá influência direta na qualidade e resultados obtidos ao longo do processo de pesquisa.

As peculiaridades envolvidas nas pesquisas que se detém a analisar e sistematizar os fenômenos humanos, foi o que desencadeou questionamentos acerca das regras e leis da natureza como métricas para o alcance dos objetivos.

As discussões e críticas em torno da abordagem mais adequada para estudar o homem e seus fenômenos, foram iniciadas por Dilthey, para ele os fatos sociais lidam com variáveis impossíveis de serem mensuradas, tais como emoções e valores. Assim, a pesquisa qualitativa busca um aprofundamento do fenômeno humano.

Sobre a origem das pesquisas qualitativas para investigações de cunho social, André (1995, p. 14) nos esclarece que “os cientistas sociais começaram a indagar se o método de investigação das ciências físicas e naturais, deveria continuar servindo como modelo para o estudo dos fenômenos humanos e sociais”.

De acordo com André (1995), a pesquisa qualitativa é uma abordagem que tem suas raízes teóricas na fenomenologia, o que a coloca numa categoria de pesquisa que visa uma reflexão profunda dos fatos, sem o emprego de expectativas prévias, utilizando como fonte de informação a observação, relatos, entrevistas e outros.

Para a realização desta investigação, a metodologia adotada neste estudo empregou uma abordagem mista, combinando técnicas qualitativas e quantitativas para uma análise abrangente, aprofundada e para dar mais confiabilidade aos dados coletados.

O uso da abordagem quantitativa nas pesquisas sociais foi objeto de divergência por um período histórico e remonta ao período do surgimento da técnica qualitativa nas ciências sociais em detrimento das técnicas quantitativas, empregadas nas pesquisas das ciências da natureza. Havia uma preocupação por parte dos pesquisadores que dados importantes, que são obtidos através da subjetividade, se perdessem ou fossem ofuscados pela tabulação de dados.

No entanto, atualmente, as barreiras conceituais que antes limitavam o uso das técnicas têm se diluído, e as pesquisas em ciências sociais têm abraçado mais amplamente a abordagem mista, que integra tanto métodos qualitativos quanto quantitativos. Esta aceitação crescente no meio acadêmico se deve, em parte, à compreensão de que a complementaridade entre essas abordagens pode enriquecer a investigação, desde que sejam devidamente contextualizadas e articuladas com os objetivos e questões de pesquisa.

Conforme Goldenberg (2004, p. 62) “É o conjunto de diferentes pontos de vista, e diferentes maneiras de coletar e analisar os dados (qualitativa e quantitativamente), que permite uma ideia mais ampla e inteligível da complexidade

de um problema”. Assim, os métodos deixam de ser antagônicos para serem complementares.

Corroborando com Goldenberg (2004), Minayo (2007) nos diz que “os dois tipos de abordagem não são incompatíveis, há uma complementaridade que produz riqueza de informações, aprofundadas e maior fidedignidade interpretativa”. (Minayo, 2007, p. 22).

Visando examinar a contribuição do aplicativo "Diga aí, Escola!" no fomento da participação ativa da comunidade escolar, com o propósito de aprimorar a qualidade dos serviços oferecidos, corroboramos com Minayo quando diz que: “ela (a pesquisa qualitativa) trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis”. (Minayo, 2007, p. 21).

Uma pesquisa, de natureza exploratória, iniciou com a realização de conversas informais nas dependências da Coordenadoria de Articulação da Comunidade e Gestão Escolar (COGEST), com a atual gerente da célula de Superintendência Escolar e com a equipe de Superintendentes Escolares.

Foram adotados alguns procedimentos tais como análise bibliográfica e documental, sendo realizada uma análise de todas as publicações referentes ao aplicativo no site oficial da SME de Fortaleza, bem como nos demais sites de serviços ofertados pela PMF, na ocasião, foram analisados os e-mails trocados entre a equipe de criação na fase de implantação. Nessa primeira fase de pesquisa, foram encontrados 5 (cinco) registros no site Intranet e 1 (um) registro no Canal Educação.

A fase exploratória e procedimental revelou que não há publicizado um documento legal que regule a criação do aplicativo ou que justifique sua implementação nas escolas, foram encontrados apenas alguns materiais de apoio, tais como ‘Perguntas frequentes’ sobre o Aplicativo “Diga aí, Escola!”, Orientações operacionais sobre a participação na Avaliação, Layout de Cartazes Informativos a serem reproduzidos pelas escolas e divulgados na instituição, Material de divulgação, Manual de instalação do Totem. Todo esse material estará disponível nos anexos deste trabalho.

Para o alcance dos objetivos traçados, o percurso metodológico foi organizado visando a melhor maneira de atingi-los. Deste modo, esta pesquisa fez uso de algumas técnicas tais como entrevista semiestruturada com o diretor da

unidade escolar selecionada, abordando questões que possibilitem identificar o ponto de vista do gestor acerca da prática da gestão democrática e participativa e seu posicionamento quanto ao uso do App.

Considerando que a gestão democrática é um fazer coletivo, e como diz Goldemberg (2004, p. 47), um pesquisador não deve se limitar a pesquisar apenas quem sabe mais, no caso da presente investigação que trata da gestão democrática, o diretor seria essa pessoa, que, teoricamente, estaria mais preparada, será utilizada outra técnica de coleta de dados, um questionário foi aplicado com os alunos de 6º ao 9º ano, turnos manhã e tarde, para colher dados e impressões sobre as ações de incentivo ao uso do App por parte da gestão e feedback sobre os itens pontuados. Acreditamos que assim será possível obter as informações das duas partes.

Buscando garantir os aspectos éticos da pesquisa, os participantes terão acesso ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) que assegura o amplo acesso às informações fornecidas pelos mesmos, o anonimato, e ainda, esclarecendo que os dados recolhidos servirão para fins estritamente acadêmicos. O referido documento contará com a assinatura dos integrantes da pesquisa, de forma a registrar que o participante consentiu o pesquisador a utilizar os dados apresentados.

Para a aplicação dos questionários com os alunos, foi considerado uma quantidade amostral do universo de alunos participantes da pesquisa. As amostras foram selecionadas aleatoriamente, com um intervalo de confiança de 95% e margem de erro de 0,05, com cotas por série e sexo. Aplicou-se a seguinte fórmula:

Fórmula 1 - Fórmula para cálculo de amostragem

$$n = \frac{z^2 pqN}{(N-1)e^2 + z^2 pq}$$

Na fórmula, entende-se:

n = tamanho da amostra;

z = 1,96 (para o intervalo adotado de 95%);

e = 0,05 (erro adotado);

p = 0,5 (proporção populacional que garante o maior intervalo possível);

q = 1 – p = 0,5

Tabela 3 - Distribuição de matrículas por sexo e ano e amostra

Ano	MENINOS				MENINAS			
	Manhã	Tarde	Total	Amostra	Manhã	Tarde	Total	Amostra
6º ANO	36	36	72	30	42	38	80	33
7º ANO	52	16	68	28	53	20	73	30
8º ANO	25	44	69	29	13	31	44	19
9º ANO	43	39	82	34	34	35	69	29
TOTAL	156	135	291	121	142	124	266	111

Fonte: elaboração própria.

O resultado da fórmula aplicada indicou que o questionário deverá ser aplicado com 232 alunos do 6º ao 9º ano ressaltando as quantidades representativas das variáveis de sexo e turma, considerando um universo de 557 alunos.

Assim, a pesquisa foi situada em uma constante investigativa de buscar compreender o uso das tecnologias digitais da informação e comunicação no fazer democrático e participativo, a partir da percepção do gestor e dos alunos.

Após a definição e compreensão dos métodos empregados na pesquisa, a próxima seção irá detalhar a situação atual do município de Fortaleza no que diz respeito às metas traçadas e atingidas no que diz respeito à educação municipal, assim, temos uma visão atual da rede pública de ensino municipal da capital e de como ela vem se transformando ao longo de uma década.

4.2 Rede Municipal de Ensino de Fortaleza

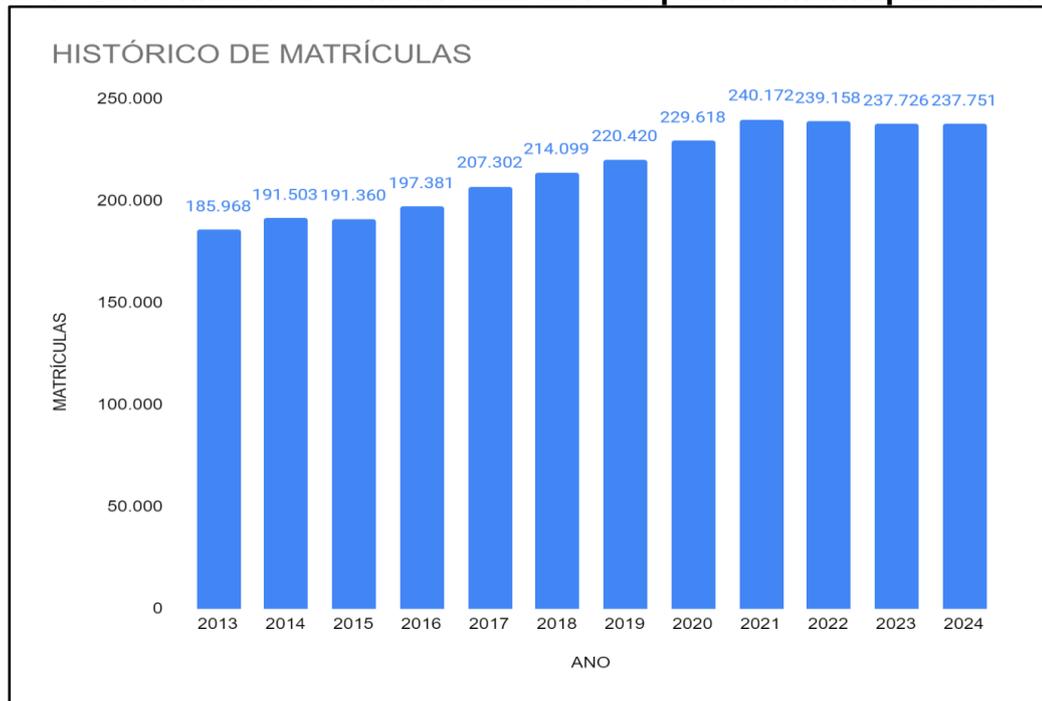
O município de Fortaleza, atualmente, encontra-se, de acordo com os dados do Censo Escolar (2022), na 4ª posição no ranking das maiores redes municipais de ensino no número de matrículas do País, ficando atrás de cidades como Rio de Janeiro, São Paulo e Manaus, sendo na região Nordeste o 1º lugar nessa categoria²¹.

A crescente procura por matrículas na rede municipal é fruto de um trabalho de valorização e melhoria do ensino público empreendido pela gestão municipal desde o ano de 2013, quando uma nova gestão política assumiu a gerência do município e implementou diversas ações voltadas para a melhoria do ensino e da aprendizagem.

²¹ Informação disponível no sítio eletrônico oficial da Secretaria : <https://www.fortaleza.ce.gov.br/noticias/fortaleza-e-a-capital-com-maior-cobertura-de-atendimento-em-tempo-integral-no-ensino-fundamental-diz-censo-escolar-2022>

O gráfico a seguir apresenta a evolução das matrículas na rede em uma série histórica consolidada de 10 anos, a partir do ano de 2013, e com os dados preliminares de matrícula do ano de 2024, o que se pode verificar que houve um aumento de mais de 50 mil alunos do início da série até o ano de 2024.

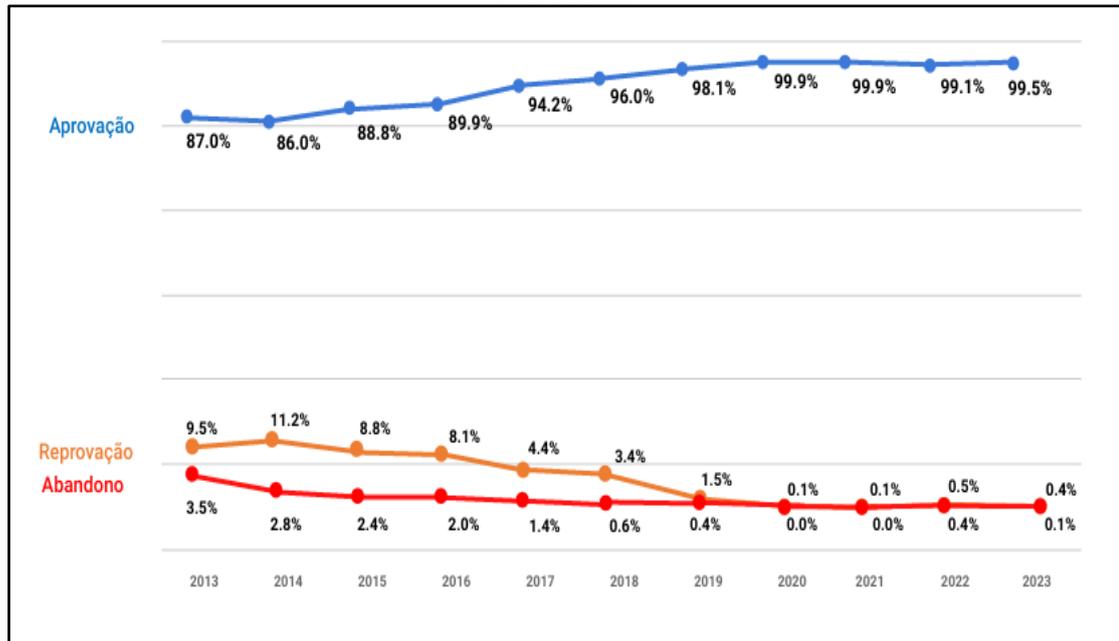
Gráfico 1 - Série histórica de matrículas da rede pública municipal de Fortaleza



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados do Censo Escolar.

Ainda sobre essa crescente confiança da população no ensino público municipal, mais dois dados representam a credibilidade da população e as melhorias obtidas pela rede. O primeiro são os dados de rendimento escolar (Gráfico 2) e o segundo diz respeito à série histórica dos resultados obtidos nas avaliações externas, como SPAECE e IDEB.

Gráfico 2 - Série histórica do Rendimento Escolar da rede pública municipal de Fortaleza



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados do Censo Escolar.

Tabela 4 - Série histórica dos resultados das avaliações externas obtidos pela rede pública municipal de Fortaleza- SPAECE²²

ANO	SPAECE				
	2º ANO	5º ANO		9º ANO	
		PORT	MAT	PORT	MAT
2013	136,3	195,7	202,3	249,7	242,0
2014	147,3	201,9	208,1	245,0	240,0
2015	159,6	203,7	215,3	247,9	243,1
2016	181,3	214,4	222,1	256,5	250,3
2017	188,9	219,1	222,4	257,9	246,4
2018	191,9	223,8	227,5	263,2	250,4
2019	202,0	227,9	225,9	257,9	246,7
2022	164,3	222,4	212,5	254,8	241,3
2023	195,3	226,3	216,0	259,0	243,3

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados do Censo Escolar.

²² SPAECE - Trata-se de uma avaliação em larga escala, implementada pela SEDUC, que aferi os conhecimentos em Língua Portuguesa e Matemática dos alunos matriculados nas turmas de 2º, 5º, 9º, 3º ano do ensino médio e EJA. O certame avalia ainda outros critérios como questões socioeconômicas, hábitos dos estudantes e informações sobre professores e diretores. Informação disponível em: <https://institucional.caeddigital.net/projetos/spaece-ce.html>
Nos anos de 2020 e 2021 não houve avaliação por conta da pandemia.

Tabela 5 - Série histórica dos resultados das avaliações externas obtidos pela rede pública municipal de Fortaleza- IDEB²³

IDEB				
ANO	ANOS INICIAIS		ANOS FINAIS	
	META	ATINGIDO	META	ATINGIDO
2013	4,3	4.6	3,5	3.8
2015	4,6	5.4	3,9	4.4
2017	4,9	6.0	4,2	4.9
2019	5,2	6,2	4,4	5.2
2021	5,5	5.8	4,7	5.2
2023	**	5.9	**	5.2

Fonte: elaborado pela autora.

** Os dados referentes às metas do IDEB para o ano de 2023 não foram encontradas nos sites oficiais do Inep.

Os dados apresentados representam numericamente uma série de bons resultados, fruto de iniciativas tomadas no âmbito da gestão municipal e educacional que objetivam tornar a rede de ensino uma referência em educação e garantia de direitos. A crescente expansão da rede, além das melhorias pedagógicas, demanda também uma maior preocupação em manter a qualidade de todos os serviços prestados ao cidadão, uma vez que o processo educativo não finda ao final de cada ano, mas se renova e amplia a cada início de ano letivo com a permanência dos alunos e a chegada de novas matrículas.

Para além das estratégias direcionadas ao ensino, também foram garantidos outros direitos, como a implantação de uma gestão escolar democrática, conforme já explicitado na seção 2 deste trabalho, na subseção 2.5.1, que trata da Lei Complementar 169/2014, que convencionou a todos os gestores escolares da rede pública municipal da capital cearense a adotar como prática gestora a gestão democrática e participativa, tornando-se necessária a adoção de novos caminhos que viabilizassem de forma ampla essa participação. No contexto das ações em busca de efetivar a gestão escolar democrática e participativa, foi lançado o aplicativo “Diga Aí, Escolar”, que será apresentado com maior profundidade na subseção seguinte.

²³ IDEB - Índice criado pelo INEP no ano de 2017 com objetivo de aferir a qualidade da aprendizagem dos estudantes no país, além de traçar metas para sua melhoria. Os exames são realizados a cada 2 anos, e para a elaboração do cálculo são utilizados dois componentes que é a taxa de rendimento escolar (aprovação) e as médias obtidas na ocasião da aplicação do exame. Informação disponível em <http://portal.mec.gov.br/conheca-o-ideb>

4.3 “DIGA AÍ, ESCOLA!” Mecanismo de participação ou mais uma burocracia?

Com o crescimento constante do número de usuários dos serviços educacionais e o aumento significativo das responsabilidades da gestão escolar, torna-se essencial ampliar os canais de diálogo e escuta para todos os membros da comunidade escolar.

É bem verdade que a publicação da Lei n.º 169/2014 trouxe diversos ganhos para a rede no que diz respeito a uma gestão de base democrática e participativa, no entanto, faz-se necessária a proposição de estratégias que possam, na prática, averiguar o cumprimento da lei no cotidiano, dando voz aos demais componentes que fazem parte da comunidade escolar. Nessa perspectiva, surge, em 2019, o aplicativo “Diga aí, Escola!”, que tem como proposta realizar essa escuta através de uma plataforma interativa que permite que membros da comunidade escolar expressem sua opinião sobre algumas atividades e/ou serviços oferecidos pela escola e pela SME.

Em pesquisa exploratória na internet, em busca de informações que tratem do app, ao colocar seu nome na barra de pesquisa do Google, o primeiro resultado encontra-se no site Catálogo de serviços, que é uma página que reúne as principais áreas de atuação da prefeitura de Fortaleza, tais como saúde, cultura, meio ambiente, habitação. Dentre as 19 seções que estão disponíveis no referido site, encontra-se a pasta da Educação, e nela é possível encontrar diversas iniciativas em curso nesse campo. Vale ressaltar que as atividades listadas não se limitam às ações da SME, mas também abrangem serviços prestados por outros órgãos municipais, como por exemplo o Instituto Municipal de Desenvolvimento de Recursos Humanos (IMPARH).

No segmento dedicado à Educação, o primeiro destaque apresentado é o aplicativo “Diga aí, Escola!”. Nessa seção, os usuários têm acesso à descrição completa do aplicativo, incluindo os requisitos mínimos para sua utilização, as etapas para usufruir do serviço, o link de acesso direto, os contatos disponíveis para suporte e a área responsável por sua administração, que é a Gestão Escolar. A descrição do serviço apresenta o aplicativo como uma ferramenta de avaliação dos serviços educacionais, concebida com o propósito de aumentar a participação da sociedade e, conseqüentemente, fortalecer a gestão democrática.

A criação de espaços virtuais para ampliar a participação comunitária constitui um tema discutido e incentivado pelo autor Pierre Levy, pois, de acordo com

Costa (2008, p. 56), “o desenvolvimento das comunidades virtuais é provavelmente um dos maiores acontecimentos desses últimos anos, já que elas estimulam uma nova maneira de se “fazer sociedade””. O fato de ter pessoas com o mesmo propósito juntas, em um espaço, seja virtual ou físico, proporciona uma perspectiva muito mais realista do que se pode alcançar, através do senso de pertencimento e colaboração, que pode resultar em melhorias significativas para o ambiente, no caso, o escolar.

Nesse contexto, o aplicativo ‘Diga aí, Escola!’ oferece aos usuários dos serviços a possibilidade de avaliar uma ampla gama de dimensões relacionadas ao ambiente educacional. São nove áreas distintas que podem ser avaliadas, abrangendo aspectos como Alimentação, Formações, Gestão da escola, Limpeza, Prédio escolar e materiais, Professores, Programas e projetos, Relações institucionais, Transporte escolar.

As avaliações às quais os avaliadores têm acesso são de acordo com o perfil de cada membro-avaliador, relacionadas diretamente ao serviço que é prestado, por exemplo: no caso da alimentação, apenas o grupo de alunos pode avaliar, pois são os únicos que fazem uso do serviço; já as formações são de exclusividade dos professores, pois são eles que participam desse momento. Para esclarecer quais categorias cada membro pode avaliar, segue abaixo um quadro-resumo de cada grupo.

Quadro 6 - Distribuição de dimensões por grupo de avaliador

MEMBRO	DIMENSÃO AVALIADA
GRUPO GESTOR	<ul style="list-style-type: none"> ● PRÉDIO ESCOLAR E MATERIAIS ● PROFESSORES ● PROGRAMAS E PROJETOS ● RELAÇÕES INSTITUCIONAIS ● TRANSPORTE ESCOLAR
PROFESSOR	<ul style="list-style-type: none"> ● FORMAÇÃO ● GESTÃO DA ESCOLA ● LIMPEZA ● PRÉDIO ESCOLAR E MATERIAIS ● PROGRAMAS E PROJETOS ● RELAÇÕES INSTITUCIONAIS
ALUNO	<ul style="list-style-type: none"> ● ALIMENTAÇÃO ● GESTÃO DA ESCOLA ● LIMPEZA ● PRÉDIO ESCOLAR E MATERIAIS ● PROFESSORES ● TRANSPORTE ESCOLAR

FAMÍLIA	<ul style="list-style-type: none"> ● GESTÃO DA ESCOLA ● LIMPEZA ● PRÉDIO ESCOLAR E MATERIAIS ● TRANSPORTE ESCOLAR
FUNCIONÁRIOS	<ul style="list-style-type: none"> ● NENHUMA DIMENSÃO A SER AVALIADA

Fonte: elaborado pela autora (2024), a partir do aplicativo “Diga aí, Escola!”.

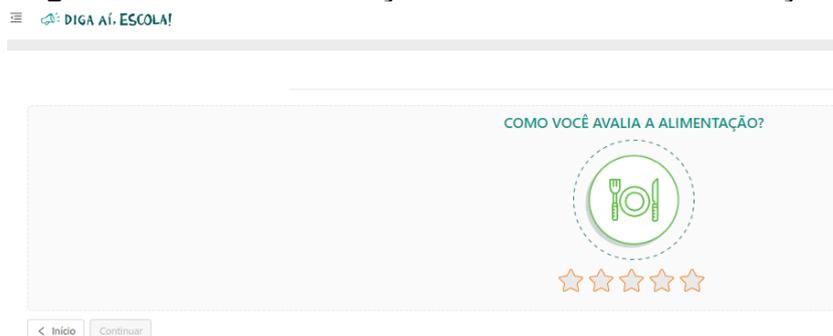
Conforme explicitado no quadro, os segmentos que possuem mais categorias a serem avaliadas são os professores e alunos, pois das 9 dimensões existentes, 6 são avaliadas por cada um deles. Em seguida, tem-se o grupo gestor com 5 dimensões e, em seguida, a família com 4 dimensões. Na pesquisa, foi identificado que os funcionários da escola, apesar de serem uma parte importante da composição da comunidade escolar, não têm a opção de avaliar os serviços.

O aplicativo em análise se distingue de outros usualmente conhecidos, como as redes sociais e os aplicativos de troca de mensagens, por ter seu uso exclusivo para avaliar os serviços, realizando através da marcação de estrelas a satisfação com aquela dimensão.

Ao acessar a página inicial, o usuário deverá escolher a dimensão que será avaliada e atribuir a quantidade de estrelas que ele achar justo: 1 estrela, significa que o serviço realizado não é satisfatório; 2 estrelas, significa que o serviço é pouco satisfatório; 3 estrelas, indica que o serviço tem satisfação mediana; 4 estrelas, indica serviço satisfatório; 5 estrelas, que o usuário está bastante satisfeito com o serviço.

A figura a seguir apresenta o *layout* disponibilizado aos usuários para registrar sua avaliação. Conforme já dito anteriormente, o nível de satisfação é medido pelo número de estrelas que é atribuído ao serviço, sendo considerado serviço insatisfatório quando o usuário marca de 1 a 3 estrelas e satisfatório quando atribui de 4 a 5 estrelas.

Figura 8 - Tela de avaliação da dimensão alimentação



Fonte: Aplicativo “Diga aí, Escola!”

O aplicativo possui alguns desdobramentos nas dimensões, por exemplo, continuando no serviço alimentação²⁴, o aluno deverá marcar quais os itens o levaram a atribuir aquela quantidade de estrelas informada na tela anterior, a figura 9 apresenta elas:

Figura 9 - Detalhamento da avaliação no segmento alimentação



Fonte: Aplicativo “Diga aí, Escola!”

Ao avaliar como serviço insatisfatório (1 a 3 estrelas), a tela seguinte pergunta o que precisa ser melhorado; ao avaliar como satisfatório (4 a 5 estrelas), a tela questiona o que é preferido. Conforme visto na figura, o aplicativo é autoexplicativo, na própria tela é possível ver que ele informa a possibilidade de marcar mais de uma opção, seja para algo que precise ser aprimorado, seja para algo que esteja avaliado como bom.

Apesar de não haver troca de mensagens no App, em todas as dimensões é disponibilizada uma caixa para quem desejar dar mais detalhes sobre o que levou a atribuir a nota, ou poderá fazer críticas, elogios, comentários e até pedidos.

O quadro abaixo apresenta um exemplo de como os gestores da SME e da escola acessam os comentários, para a partir deles tomarem as providências necessárias. Enfatizando que os comentários deixados também são protegidos pela lei do sigilo de dados, apresentando apenas informações de maneira genérica.

²⁴ O anexo 1 apresenta ao leitor todas as dimensões disponíveis para os alunos e seus desdobramentos.

Quadro 7 - Comentários atribuídos à escola no app “Diga aí, Escola!” pelo segmento Aluno

PERFIL	DIMENSÃO	NOTA	COMENTÁRIO	DATA
ALUNO	ALIMENTAÇÃO	Baixa	alimentação muito ruim,as vezes nao tem comida adequada,so tem fruta,ou bolacha,isso é uma alimentação muitpo desvantajosa pra nos	19/06/2024 - 04:26
ALUNO	ALIMENTAÇÃO	Baixa	eu acho que as comidas que eles servem ruim . precisa ser uma alimentacao melhor	19/06/2024 - 01:59
ALUNO	ALIMENTAÇÃO	Baixa	nao aguento mais sopa de feijao.	19/06/2024 - 03:36
ALUNO	ALIMENTAÇÃO	Alta	a comida e muito boa e bem servida e sempre e muito boa	19/06/2024 - 01:38
ALUNO	LIMPEZA	Baixa	porque muitas, das vezes aescola é encharcada e não é seca.	25/05/2024 - 08:28
ALUNO	LIMPEZA	Alta	a sala precisa ser mais bem varida	19/06/2024 - 04:08
ALUNO	LIMPEZA	Alta	ajudar mais a linpar a escola	25/05/2024 - 08:35
ALUNO	PROFESSORES	Baixa	pesimos eles faltam direto horiveis so faltam bater nos alunosos alunos podem xingar as pessoas avontade que eles nao fazem nada espero que demitam	19/06/2024 - 02:08
ALUNO	PROFESSORES	Baixa	Português Educação Física Inglês	19/06/2024 - 02:40
ALUNO	PROFESSORES	Baixa	os professores chegam bem atrasado,e depois reclama que nós chega atrasado,sendo que é a mesma coisa com eles,temos que os direitos iguais	19/06/2024 - 04:35
ALUNO	PROFESSORES	Baixa	os professor são muito iguinorante e faltão muito na escola uma professora não deixou eu ir na secretaria pra eu pedir pra ligar pra minha mãe vsfd	19/06/2024 - 04:29
ALUNO	PROFESSORES	Baixa	muitos dias sem aula por falta de professor.	29/08/2024 - 02:33
ALUNO	PROFESSORES	Alta	os prf deixa ir bebe agua ir no banheiro ir tudo tudo que acontece na sala de aula ir avisa direcao pprrt	19/06/2024 - 04:35
ALUNO	PROFESSORES	Alta	e sempre chegar sempre nos horarios sempre	25/05/2024 - 08:39
ALUNO	PROFESSORES	Alta	educação física e geografia	19/06/2024 - 02:37
ALUNO	PROFESSORES	Alta	os professores sao otimos proficionais, sao otimos amigos	19/06/2024 - 04:16
ALUNO	PROFESSORES	Alta	a melhor e a de historia	19/06/2024 - 02:30
ALUNO	GESTÃO DA ESCOLA	Baixa	fala muito ignorante com os alunos.	29/08/2024 - 02:31
ALUNO	GESTÃO DA ESCOLA	Baixa	e para estudar	25/05/2024 - 08:36
ALUNO	GESTÃO DA ESCOLA	Baixa	esta faltando ar-condicionado na escolair muita coisa gosto muito mais falta muits coisa	19/06/2024 - 04:24
ALUNO	GESTÃO DA ESCOLA	Baixa	os professores faltam demais,isso é falta de compromisso,os professores podem chegar atrasados mais os alunos não isso é muito injusto com os alunos	19/06/2024 - 04:29
ALUNO	PRÉDIO ESCOLAR E MATERIAIS	Baixa	salas sem ar-condicionados,isso atrapalha muito a concentração dos alunos,atrapalha o raciocínio dos alunos,por conta do calor	19/06/2024 - 04:33
ALUNO	PRÉDIO ESCOLAR E MATERIAIS	Baixa	ta faltando ar-condicionado	19/06/2024 - 04:23
ALUNO	PRÉDIO ESCOLAR E MATERIAIS	Alta	e pra ter acodissonado	25/05/2024 - 08:37
ALUNO	PRÉDIO ESCOLAR E MATERIAIS	Alta	mais esporte na escola um dia merenda boa um dia ter passeio	19/06/2024 - 04:29
ALUNO	PRÉDIO ESCOLAR E MATERIAIS	Alta	material escolar precisa de mais quantidade, a biblioteca e ótima	19/06/2024 - 04:14
ALUNO	PRÉDIO ESCOLAR E MATERIAIS	Alta	a bibilhoteca e o melhor lugar quem tem na escola la mulher que cuida de lar e super legal	19/06/2024 - 02:06

Fonte: Aplicativo “Diga aí, Escola!”

As pesquisas exploratórias realizadas no campo técnico e operacional do sistema, no âmbito da SME, trouxeram alguns elementos pertinentes sobre a utilização do serviço e esclareceram algumas dúvidas em relação ao App.

Para que o acesso seja efetivado, é necessário que o usuário possua matrícula ativa nos sistemas da SME; no caso de professores e gestores, é utilizada a matrícula gerada a partir do vínculo com a rede, que pode ser de efetivo, substituto ou cargo comissionado exclusivo.

Para o acesso de alunos e família é utilizada a matrícula do aluno na rede, e aqui vale destacar uma informação importante: responsável, mesmo que tenha mais de um filho matriculado na rede, seja na mesma unidade ou em unidade diferente, só poderá registrar a avaliação de um estudante, pois o sistema cruza o dado da matrícula com o CPF do responsável.

Ainda sobre o acesso dos alunos, cabe salientar que não são todos os alunos matriculados que podem avaliar, a plataforma está disponível apenas aos

alunos e familiares de estudantes matriculados a partir do 2º ano do ensino fundamental. Está sendo discutida a possibilidade de uma versão que vise abranger a participação de todos os matriculados, incluindo os estudantes da educação infantil e seus familiares.

Sobre o acesso dos funcionários, o que foi esclarecido é que se trata de uma impossibilidade de interlocução entre sistemas, visto que os funcionários, em sua maioria, são terceirizados, por tanto, não são contratados diretamente pela SME, sendo os registros e informações de cada um deles de responsabilidade da empresa contratante, ficando a SME impossibilitada de acessar ou conectar com o sistema do app com o da empresa.

Em relação aos dados e informações gerados no app, há a orientação para que a gestão da escola acesse periodicamente os seus dados e realize reuniões com a comunidade sobre o que foi registrado a fim de melhorar o serviço prestado ou esclarecer dúvidas, além de sempre disponibilizar em quadro visível a todos que procurem a escola o panorama da unidade no app.

A parte exploratória da pesquisa revelou que, em 2020, a SME inscreveu o projeto do aplicativo na 7ª edição do prêmio Projeto Inovador, evento realizado desde 2013 pela PMF que visa valorizar o servidor público e incentivar as iniciativas inovadoras no âmbito do serviço público. Nessa edição, a SME submeteu ao prêmio dois projetos, um relacionado ao Sistema de Busca Ativa e o outro relacionado ao aplicativo "Diga aí, Escola!".

No documento que consolida as inscrições do prêmio acima mencionado, na parte que diz respeito ao aplicativo, é possível compreender melhor detalhes relacionados à sua criação e os planos de melhoria, como, por exemplo, que desde o ano de 2020 vem sendo manifesto o interesse de criar um ambiente de análise-intervenção e resposta ao usuário, no entanto, até o momento da elaboração dessa pesquisa, não foi efetivado, ficando ainda a cargo da gestão escolar as devolutivas à comunidade, conforme já informado.

Após o entendimento teórico da base que sustenta o aplicativo, os tópicos seguintes trarão uma análise detalhada dos dados da pesquisa realizada na unidade escolar, considerando as perspectivas do gestor e dos alunos em relação ao app. Serão apresentados ainda aspectos importantes sobre o uso e o impacto da ferramenta no ambiente escolar.

4.4 Achados da pesquisa de campo

A etapa da pesquisa de campo foi fundamental para a compreensão de como os instrumentos destinados à promoção das políticas públicas educacionais são implementados nas unidades escolares e de que maneira são utilizados no cotidiano escolar. Esse processo permitiu uma análise aprofundada das dinâmicas e desafios envolvidos na apropriação dessas ferramentas por parte da comunidade escolar, evidenciando o impacto das políticas no ambiente educacional e suas implicações para a prática pedagógica. Além disso, possibilitou uma reflexão crítica sobre a eficácia e a adequação das políticas públicas às necessidades reais das escolas.

Para a realização da pesquisa, foi necessário antes atender às normas e procedimentos padronizados pela SME para a realização de pesquisas nas escolas da rede. Para isso, inicialmente, a gestora da escola onde o estudo se deu foi contatada para explicar o objetivo e os métodos de coleta de dados do trabalho e solicitar seu aceite por escrito no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Somente após esse procedimento é que foi realizada solicitação via processo virtual, contendo todos os documentos necessários ao pleito, para que a equipe que analisa os pedidos de pesquisa pudesse analisar para, assim, prosseguir com a entrevista de fato com o gestor e a aplicação dos questionários com a quantidade amostral de alunos.

Após a validação da pesquisa via processo na SME, o primeiro passo foi a realização da entrevista com a gestora que, a priori, aconteceria no próprio ambiente escolar, no entanto, devido a demandas institucionais, foi necessário a remarcação. Logo na semana seguinte, a pesquisadora passou a ir presencialmente à unidade escolar e prosseguiu com a coleta de dados, através da aplicação do questionário com os alunos.

A autora Goldenberg (2004, p. 90) esclarece que “a entrevista ou questionário são instrumentos para conseguir respostas que o pesquisador não conseguiria com outros instrumentos”. Essas técnicas permitem que o pesquisador explore o pensamento dos respondentes sobre questões específicas, que não são necessariamente visíveis ou detectáveis por meio, por exemplo, da observação, ampliando assim a profundidade e a abrangência da coleta de dados.

Conforme o quadro amostral de alunos, as turmas e os quantitativos foram repassados à gestão da escola, que organizou a presença da pesquisadora nas salas

de aula. Esse processo proporcionou um alinhamento contínuo entre pesquisa e o cotidiano escolar.

É importante salientar que as pesquisas realizadas no ambiente escolar exigem flexibilidade no planejamento, dado o caráter dinâmico desse contexto, onde o tempo muitas vezes não é um aliado. A capacidade de adaptação e o estabelecimento de uma relação de cooperação entre a escola e o pesquisador são fundamentais para o sucesso do processo. Essa colaboração mútua permite que ambos alcancem seus objetivos de forma mais eficiente, garantindo que a pesquisa se desenvolva de maneira harmoniosa com as demandas e limitações do ambiente escolar.

A respeito disso, Cummings e Kiesler (2005) discutem a importância da colaboração e da flexibilidade em pesquisas realizadas em ambientes complexos, o que é particularmente aplicável ao contexto escolar. Eles argumentam que a pesquisa colaborativa, especialmente quando envolve múltiplas disciplinas e organizações, requer uma abordagem adaptável que permita o alinhamento das práticas de pesquisa com as realidades institucionais, sociais e culturais do ambiente. No caso do contexto escolar, essa flexibilidade é essencial ao processo de coleta de dados, dado o dinamismo inerente ao ambiente educacional e as demandas cotidianas da escola. Ao adotar uma postura flexível e colaborativa, os pesquisadores são capazes de lidar com os desafios práticos de forma mais eficaz, facilitando não apenas a execução da pesquisa, mas também a integração das práticas investigativas com as necessidades e objetivos da instituição escolar. Isso promove uma cooperação mútua e fortalece o vínculo entre o pesquisador e a escola, criando condições favoráveis para que ambos os lados alcancem resultados significativos.

4.4.1 Entrevista com a gestora

Neste estudo, optou-se por utilizar com o gestor escolar a técnica da entrevista semiestruturada como instrumento de coleta de dados. A aplicação desse método de coleta esteve pautada na possibilidade de captar o maior número de informações, permitindo, em casos necessários, um maior aprofundamento em questões mais específicas.

Sobre o uso dessa técnica, Gil (2008), nos diz:

Pode-se definir entrevista como a técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas, com o objetivo de obtenção dos dados que interessam à investigação. A entrevista é, portanto, uma forma de interação social. Mais especificamente, é uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação. (Gil, 2008, p. 109)

Para além da formalidade burocrática exigida pela SME, antes da realização da entrevista uma conversa informal foi realizada com o sujeito, seguindo o protocolo conforme sugerido por Minayo (2014, p. 263-264) que coloca alguns passos a serem seguidos para a realização desse método de coleta, são eles: apresentação, menção do interesse da pesquisa, apresentação da credencial institucional, explicação dos motivos da pesquisa, justificativa da escolha do entrevistado e conversa inicial, todos esses pontos foram realizados adaptados ao objeto em questão.

A entrevista semiestruturada foi separada em 9 blocos que contemplavam desde informações de cunho pessoal, mas sempre garantindo o anonimato, até as questões que versavam diretamente sobre o objeto da pesquisa. Mesmo as perguntas mais amplas foram importantes para compreender o percurso trilhado pelo gestor.

Um dos pontos que torna a entrevista um método de coleta de dados bem-sucedido é, para Goldenberg (2004, p. 90), “a criação de uma atmosfera amistosa e de confiança”, além do mais é importante que “o pesquisador precisa respeitar as limitações do pesquisado quanto ao local e ao tempo da entrevista”.

No caso deste estudo, a proposta inicial seria realizar a entrevista presencialmente, em data e horário previamente combinados com a entrevista, no ambiente da própria escola. No entanto, as duas tentativas de realização foram adiadas, sendo o mais adequado realizar no sábado e via plataforma *Google Meet*. Dessa forma, a entrevista transcorreu sem intercorrência, durando em torno de 1h 40 min.

A gestora da unidade escolar pesquisada é do sexo feminino, tem idade entre 41 e 50 anos, e sua formação atende aos princípios legais, possuindo graduação em Pedagogia e curso de Gestão Escolar como Especialização. Não possui mestrado ou doutorado, mas tem uma segunda graduação em Direito com especialização em temáticas da área.

A trajetória profissional da gestora iniciou com a aprovação em concurso público para exercer a função efetiva de docente, sendo posteriormente selecionada

para a função de coordenadora e atualmente está como diretora, cargo em que atua há 2 anos.

No exercício dessa função, tem participado ativamente das formações em serviço oportunizadas pela SME, considerando-as necessárias e relevantes para o desempenho de seu cargo. Um exemplo disso foi a formação que abordou o uso do *Google for Education*. Para ela, o conhecimento dessa ferramenta tecnológica trouxe maior agilidade ao trabalho, especialmente com a utilização de recursos como formulários, agendas e o Google Meet. Esses recursos propiciaram uma estrutura organizacional que vai além do uso de papel físico e da memória individual, permitindo o compartilhamento eficiente de informações com os demais membros da equipe.

Ainda em relação às formações, a gestão do tempo foi destacada como um tema que deveria ser mais enfatizado nas capacitações oferecidas pela SME. Como gestora, tem a sensação de que, em muitos momentos, não consegue atender a todas as responsabilidades que lhe são atribuídas. Utilizando uma analogia, ela compara seu trabalho ao de um malabarista, que precisa equilibrar simultaneamente todos os "pratos" que lhe são confiados. No entanto, ao dedicar mais atenção a um aspecto em detrimento de outro, acaba por deixar algo cair, evidenciando a dificuldade em administrar as múltiplas demandas de sua função. Segundo seu relato:

Eu acho que as formações específicas já são muito boas. Seria em gestão do tempo, para o gestor colocar essa roda para girar. A impressão que a gente tem é que quando a gente olha para o pedagógico e que a gente consegue fazer uma coisa bacana no pedagógico, a gente soltou algum prato que é esse equilíbrio. (Relato da gestora na entrevista, 2024).

Alguns estudos sobre a gestão do tempo na administração escolar apontam que essa é uma habilidade que influencia diretamente no fazer diário do gestor; saber onde alocar o tempo é decidir quais atividades são essenciais ou prioritárias dentro do ambiente diverso que é a escola. Os pesquisadores Grissom, Loeb e Mitani (2015), no trabalho intitulado 'Principal Time Management Skills: Explaining Patterns in Principals' Time Use, Job Stress, and Perceived Effectiveness' (Principais habilidades de gerenciamento de tempo: explicando padrões de uso do tempo, estresse no trabalho e eficácia percebida pelos diretores), apresentam diversas considerações a respeito do tema e como este influencia na rotina.

O grande conjunto de responsabilidades profissionais que os diretores enfrentam tornam o tempo um recurso escasso – e um recurso que só se

torna mais escasso à medida que as políticas federais, estaduais e distritais criam sistemas mais abrangentes de observação e avaliação de professores que exigem um investimento substancial de tempo por parte dos líderes escolares. Dada esta escassez, os diretores devem tomar decisões sobre como alocar o seu tempo entre os concorrentes, demandas do trabalho. Estas decisões sobre a utilização do tempo são importantes para uma liderança eficaz, como evidenciado pela relação entre a utilização do tempo pelos principais responsáveis e os resultados escolares (Grissom; Loeb; Mitani, 2015, p. 01, tradução da autora).

O estudo apresentado pelos autores aponta que “a gestão eficaz do tempo reduz o estresse no trabalho, o que pode ser um obstáculo importante ao desempenho no trabalho”, uma vez que os desafios da rotina e cobranças institucionais podem apresentar-se de forma avolumada, diante da limitação cronológica disponível. (Grissom; Loeb; Mitani, 2015, p. 06, tradução da autora).

Em relação à unidade escolar, a gestora a descreve como sendo um prédio público âncora, pois atende diversos bairros com um público de nível social bastante diverso, ao ponto de ter famílias que não possuem banheiro dentro de casa e estudantes que chegam à escola em transporte particular, usando materiais escolares da moda.

Esse perfil de atendimento heterogêneo, para a diretora, colabora para o aumento da confiança que a comunidade atribui à escola. Reflexo disso é a procura constante por matrículas, o que muitas vezes não é atendida, pois as turmas estão com sua capacidade máxima de atendimento.

Outro fator que corrobora na confiança da comunidade com a escola é o fato dela existir aproximadamente há 40 anos, com a maioria do corpo docente lotada na unidade desde o ano de 2001, tendo estes sido professores dos familiares dos alunos, seja no atendimento regular durante esse período ou nas turmas de EJA atualmente.

A relação das famílias com a escola é mantida por meio das reuniões intituladas de Projeto Família-Escola, que são de periodicidade mensal e tratam de temas gerais que envolvem toda a rede educacional, e também através das reuniões por segmento, que tratam de assuntos específicos de cada turma/ano.

Saindo um pouco da análise dos dados da entrevista e em busca de compreender um pouco mais sobre essa reunião, a pesquisa exploratória na SME e em seus canais esclareceu que, de fato, elas acontecem mensalmente, e a pauta principal é direcionada pela Secretaria. Além disso, as escolas precisam prestar

contas sobre a participação da comunidade, através do envio de evidências tais como: lista de presença assinada e fotos, conforme modelo padronizado.

Essa ação²⁵ faz parte de uma iniciativa de fomento à participação das famílias dos alunos, visando a melhoria na vida escolar do aluno, além de fortalecer essa relação entre escola e comunidade. No mês de junho, do ano corrente, a pauta do encontro foi o aplicativo 'Diga aí, Escola!', de acordo com dados da SME, disponibilizados em seu site oficial.

A apresentação padronizada de rede explicava os detalhes relativos à legislação que norteia o app, o objetivo, as formas de acesso e as dimensões avaliativas de cada segmento. Vale ressaltar que, em nenhum momento da pesquisa, a referida reunião foi citada pela gestora ou por algum aluno.

Para a entrevistada, um dos desafios apontados na relação escola-comunidade é o envolvimento das famílias dos alunos dos anos finais com a escola, esclarecendo que esse público, para a gestora, é mais negligente nos assuntos que envolvem a escolarização dos educandos:

Na relação escola-comunidade, a questão da família, do envolvimento da família com a rotina escolar dos alunos dos anos finais. Porque o aluno, quando ele está nos anos iniciais, a mãe está próxima, a família cuida, coloca ali debaixo da asa, mas quando ele entra nos anos finais, dá um giro chato, que a gente chama a família para reunião, as reuniões já são com número nominal de pais, não tem a questão mais do olhar da tarefa, de casa, do acompanhamento, a gente tem esse desafio do celular e às vezes a gente não consegue nem trazer a família para a escola nos anos finais, eles deixam mais soltos. (Relato da gestora na entrevista, 2024).

Apesar das dificuldades encontradas na rotina com a comunidade, a gestora se sente respeitada por eles e considera que a escola, de um modo geral, também é respeitada, e isso se dá pelo fato de a gestão sempre estar prestando contas, mostrando à comunidade o trabalho que vem sendo feito.

Além das reuniões, outras estratégias de comunicação com as famílias são utilizadas, tais como o jornal escolar, de tiragem mensal, que é amplamente divulgado, os grupos de *WhatsApp* por ano escolar, os contatos telefônicos pessoais da gestão e o atendimento presencial que acontece nos três turnos. Essas ações auxiliam na criação de uma atmosfera de respeito mútuo.

²⁵ Disponível em:

https://intranet.sme.fortaleza.ce.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=8631:projeto-fam%C3%ADlia-e-escola-abordar%C3%A1-a-tem%C3%A1tica-da-alimenta%C3%A7%C3%A3o-escolar-neste-m%C3%AAs-de-mar%C3%A7o&catid=79&Itemid=509

De modo geral, a estrutura física da escola foi avaliada positivamente pela gestão, especialmente após a recente requalificação da unidade. A escola é bem equipada em termos de infraestrutura, contando com banheiros adequados, salas de aula amplas, quadra de esportes e cozinha em boas condições. No entanto, uma sugestão levantada pela gestão refere-se ao perfil de atendimento da escola. Segundo o relato, o ideal seria redistribuir os alunos entre a escola em questão e outra unidade escolar situada a aproximadamente 700 metros de distância. A proposta é que a escola pesquisada ficasse responsável exclusivamente pelas turmas dos anos finais do ensino fundamental, permitindo uma melhor alocação de recursos e esforços, além de uma maior especialização no atendimento a essa faixa etária.

No que se refere à equipe que trabalha na escola, o grupo gestor está completo e há uma rotina de reuniões semanais destinadas ao alinhamento das atividades. Contudo, há uma fragilidade no acompanhamento pedagógico. Segundo o relato da gestora, as ações precisam ser planejadas por ela, delegadas às coordenadoras e, posteriormente, monitoradas pela própria gestora, o que gera uma sobrecarga em sua rotina. Essa situação é agravada pela falta de experiência da Coordenadora Pedagógica dos anos finais, o que impede que a gestora se limite ao acompanhamento das atividades, demandando sua intervenção direta em processos que poderiam ser geridos de maneira mais autônoma.

No que tange ao clima escolar, o principal desafio reside em garantir que o grupo de professores apoie e compreenda plenamente suas responsabilidades como servidores públicos. Embora o corpo docente seja composto por aproximadamente 58 profissionais, um pequeno grupo de três indivíduos possui o potencial de desestabilizar a harmonia conquistada. A gestão dedica-se a um esforço diário e contínuo para manter um ambiente escolar favorável, adotando uma postura de transparência nas ações, assegurando que todos estejam devidamente informados e promovendo o diálogo aberto e constante. Esses esforços visam preservar a harmonia e a convivência saudável no ambiente escolar.

Aprofundando a entrevista para alcançar respostas que possam responder ao problema de pesquisa, o bloco que trata da Gestão democrática e participativa iniciou perguntando, na opinião da entrevistada, no que consiste uma gestão escolar democrática? A entrevistada explica:

Gestão democrática, para mim, quando a escola, de fato, não só no papel, existe os diversos organismos colegiados, atuantes, pensando na escola, pensando coletivamente para o bem de todos e a educação dos alunos para o bem da comunidade em geral. Onde há a comunidade, enfim, tem a oportunidade de decidir sobre as diversas questões da escola. Tem voz, ouvido e dialogam sobre essas questões. (Relato da gestora na entrevista, 2024)

Quando questionada se ela se considerava uma gestora democrática, a resposta foi a seguinte:

Sim, considero. Na escola, a gente tem... Este ano, inclusive, em abril deste ano, houve eleição para o Conselho Escolar e, em seguida, foi eleito Conselho Fiscal da escola... O Conselho Escolar da escola é bem atuante. Estou sempre em diálogo com o conselho. E a gente tem, aliás, reuniões mensais, que são aquelas de praxe, que tem que ter, que são às vezes exigidas. Mas a gente acaba sempre tendo mais de uma por mês, porque a gente tem que dialogar sobre os diversos... Questão de recurso, em que vai aplicar, o que é melhor para a escola. Por exemplo, a escola foi premiada pelo resultado do SPAECE, e aí a gente vai estar recebendo aí essa premiação, né, que foi 10 mil reais. Então, já chama as professoras para a gente decidir, né, o direcionamento que a gente vai fazer com o recurso. Enfim, aí temos também as reuniões dos líderes e do Grêmio Escolar. O Grêmio Escolar está ali ajudando a organizar, por exemplo, as festas da escola e também tem campanhas dentro da escola para a conservação da escola, né. A gente tem uma luta muito grande para conscientizar o aluno a manter aquilo que é dele, né, a preservação de banheiros, questão do bullying, do respeito às diferenças, né. Então, assim como o Grêmio, ele está muito envolvido e é muito participativo nas ações, desses tipos de ações na escola. Os líderes de sala também nos auxiliam muito. (Relato da gestora na entrevista, 2024)

Através desse posicionamento da gestora, pode-se inferir que a participação dos organismos colegiados se resume às reuniões para decisão de alocação de recursos, no caso do Conselho Escolar, e a atuação do Grêmio Estudantil está vinculado à organização de festas e apoio nas ações de conservação do prédio escolar e nas ações pedagógicas de prevenção à violência.

Analisando a legislação municipal da rede que regulamenta as atribuições que competem ao conselho escolar, Lei Complementar 169/2014, identifica-se que este órgão colegiado possui 12 competências que vão desde a participação na elaboração do regulamento interno até a discussão dos indicadores escolares. Tal prerrogativa está em consonância com as orientações do MEC quanto às funções que o órgão colegiado deve exercer, sendo elas deliberativas, consultivas, fiscais e mobilizadoras.

Para além da legislação, muitos autores abordam essa temática do Conselho Escolar. Bressan (2023) explica que

o Conselho Escolar pode ser concebido como um órgão composto por representantes da comunidade, eleitos entre os pares, de acordo com regimento interno próprio, que se constitui num espaço de discussão de caráter consultivo e/ou deliberativo. Em outros termos, embora não seja obrigatória a sua existência na escola, o Conselho pode ser encarado como resultado de um processo coerente e efetivo de construção coletiva. (Bressan, 2023, p. 06).

A autora acrescenta: “a conscientização de todos para a viabilização de um Conselho Escolar atuante e presente na escola demanda, a princípio, a tomada de conhecimento sobre o que é, qual a função e o funcionamento desse colegiado”. (Bressan, 2023, p. 06).

O outro órgão colegiado citado foi o Grêmio Estudantil, que, com base na mesma legislação mencionada anteriormente, possui competências expressamente previstas em lei. Nesse sentido, o art. 38 é claro ao afirmar que:

Art. 38. As instituições educacionais devem estimular e favorecer a implementação e o fortalecimento de grêmios estudantis, como forma de desenvolvimento da cidadania, da autonomia dos estudantes e da participação estudantil na gestão escolar (Fortaleza, 2014, n.p.).

O final do artigo traz três importantes competências a serem trabalhadas: o preparo para cidadania, o desenvolvimento da autonomia e a participação na gestão escolar, cabendo à gestão escolar estimular a formação desses pontos nos gremistas.

Prosseguindo com a temática da gestão democrática e participativa, a pergunta formulada foi: 'Qual é o papel do gestor na gestão de uma escola democrática?' A resposta obtida foi a seguinte:

Ouvir os diversos segmentos, os diversos personagens, né, harmonizar esses diálogos, né, e conduzir a escola para o que for melhor para a escola, para a educação na escola, né. E deixar sempre claro para esses diversos segmentos que o foco principal da escola não é o benefício de um ou outro, mas sim a educação, a qualidade da educação e o acolhimento dos diversos alunos. (Relato da gestora na entrevista, 2024)

Em relação às estratégias ou mecanismos utilizados pela gestora na rotina para favorecer a gestão democrática e participativa, destaca-se fortemente o uso da votação. Um exemplo é a escolha do tema da feira de ciências, primeiramente pelos professores e, em seguida, pelos alunos, além da decisão sobre o local da festa de conclusão de ano. Essas demandas passam pelo processo de votação da comunidade escolar, o que é considerado um mecanismo de participação que promove a democracia.

Ela também ressalta que o resultado dessas votações constitui uma ferramenta de transparência na gestão escolar, pois, caso seja questionada, a plataforma utilizada para coletar os votos apresenta gráficos e percentuais das escolhas feitas, evidenciando que não houve manipulação dos resultados.

É amplamente reconhecido que, em um regime democrático, a eleição e o voto são formas de ampliar a participação popular e de exercer a cidadania. No entanto, limitar o conceito de democracia e participação apenas à eleição ou votação é um equívoco. Esse processo deve ser precedido por uma formação cidadã que ofereça subsídios para que as pessoas possam atuar criticamente e de maneira consciente em todas as esferas da vida, promovendo um engajamento ativo e contínuo na construção de uma sociedade mais participativa.

A verdadeira democracia se manifesta não apenas em momentos eleitorais, mas em práticas cotidianas, onde o diálogo, a transparência e a corresponsabilidade social são fundamentais. É necessário que os indivíduos tenham conhecimento e ferramentas para analisar, questionar e contribuir para decisões que vão além do voto, participando ativamente da vida política, comunitária e institucional. Assim, constrói-se uma cultura de participação que fortalece a cidadania e garante que as vozes de todos sejam ouvidas e consideradas em processos de decisão. Cortella (2014) considera que a democracia “[...] não é um fim em si mesma; é uma poderosa e indispensável ferramenta para a construção contínua da cidadania, da justiça social e da liberdade compartilhada. Ela é a garantia do princípio da igualdade irrestrita entre todas e todos [...]” (Cortella, 2014, p. 146).

No contexto da gestão democrática escolar, Araújo (2000) destaca alguns elementos fundamentais para a concretização desse princípio: participação, autonomia, transparência e pluralismo. A participação envolve a inclusão ativa de todos os membros da comunidade escolar, como professores, alunos, pais e funcionários, nos processos decisórios, promovendo um ambiente colaborativo. A autonomia refere-se à capacidade de a escola gerir seus próprios recursos e decisões de maneira responsável, respeitando as diretrizes legais, mas com flexibilidade para adaptar-se às necessidades locais. A transparência é essencial para garantir que os processos e decisões sejam claros e acessíveis a todos, fortalecendo a confiança entre a gestão e a comunidade. Já o pluralismo representa a valorização da diversidade de opiniões e experiências dentro da escola, reconhecendo que diferentes perspectivas contribuem para uma gestão mais rica e inclusiva. Juntos, esses

elementos são pilares para uma gestão democrática que visa não apenas o cumprimento de normas, mas a construção de um ambiente escolar participativo e responsável.

Sobre o acesso à internet, a gestora esclarece que a aquisição do serviço para o prédio escolar é obtida através do PDDE Conectividade, um recurso de origem federal, creditado na conta bancária da escola, que é usado para pagamento anual da empresa que provê o serviço, e a velocidade fornecida é de 700 Mbps. No percentual correspondente ao capital, este é investido em aquisição de equipamentos. Com o último recurso, a escola adquiriu um equipamento chamado *Access Point*, responsável por distribuir a conexão de internet por todo o prédio escolar, de modo que todas as salas possam fazer uso da conexão.

Aprofundando a discussão sobre o aplicativo, a gestora considera que é de *“fácil manuseio”, “aborda diversos aspectos”, “formulários bons”, “permite comentários”, “mecanismo completo”, “um sistema completo”*.

A gestão garante o acesso de toda a comunidade escolar às tecnologias por meio da disponibilização de ferramentas adequadas. No caso do app 'Diga aí, Escola!', o tablet é colocado ao lado da janela de atendimento da secretaria e, caso alguém precise de ajuda para utilizar o aplicativo ou realizar o cadastro, é possível solicitar o auxílio do monitor de acesso ou da própria secretaria. Além disso, uma das ações de incentivo ao uso do app, relatada pela gestora, foi a divulgação de materiais gráficos nas dependências da escola, além de uma ação mensal realizada em parceria com o auxiliar pedagógico da sala de inovação.

Também a gente tem um letreiro que fica atrás do Totem, colorido e chamativo. Faça avaliação para que a gente possa melhorar. Contudo, a gente sabe que não é todo mundo que avalia. E para que essa avaliação aconteça, a gente tenha todo mês avaliação. O auxiliar pedagógico, o Sala de Inovação, ele é orientado a turma que porventura vai para lá, ele já reserva um tempinho para convidar a turma a fazer avaliação no Diga Escola. ... e também os agentes da busca ativa na secretaria, que atendem as famílias na janela de atendimento da secretaria, são orientados a incentivar os pais que façam. Mas quando a gente vê que essa avaliação está muito aquém em relação a quantitativos, aí o auxiliar pedagógico Inovação ele tira um diazinho na semana, um turno, para ficar ali pelo portão chamando as famílias que chegam para o atendimento na secretaria para avaliar. (Relato da gestora na entrevista, 2024).

Quando questionada sobre quais os mecanismos eram utilizados para garantir que a voz dos alunos seja ouvida e considerada a resposta, a gestora indicou:

No início do ano, nós fizemos a eleição dos líderes de sala, né? Cada sala tem um líder, um vice-líder e um secretário. Essa eleição foi amplamente divulgada na escola com a participação de todos os alunos. E os alunos escolhidos foram chamados lá no palco, homenageados. E esses alunos, eles são uma referência em sala, né? E a gente tem com esses alunos reuniões mensais. E eles trazem a demanda dos alunos, né? Por exemplo, lá no parque da escola, a gente tem duas piasinhas, essas piasinhas e a saboneteira. Essa saboneteira, os alunos pegaram e quebraram dando murro. E eu disse que aqueles que eles quebrassem, eu não iria mais colocar, né? Eles iam perder para dar o valor. E assim, ficaram seis meses sem essa saboneteira. Então, em uma das reuniões de líderes, os líderes pediram para dar uma nova chance aos alunos e recolocar a saboneteira. Aí eu digo, tudo bem, vamos dar essa nova chance. A saboneteira foi recolocada. E assim, a gente vai ouvindo-os na reunião mensal de líderes. (Relato da gestora na entrevista, 2024)

Finalizando a entrevista, foi questionado sobre como o app era usado no dia a dia, e a resposta é que na realidade era pelo menos uma vez ao mês. Quando perguntada se havia alguma devolutiva para os alunos dos dados inseridos, a resposta foi: *“Não, eu ainda não tinha pensado nisso. Algo que a gente pode implementar, eu ainda não tinha pensado nisso..., mas essa devolutiva em geral, não, nunca tinha pensado”*.

O relato da entrevistada apresenta algumas inconsistências com relação às avaliações realizadas, por exemplo, quando questionada sobre qual o público com maior dificuldade de avaliação, a resposta foi a seguinte: *“Família, porque o aluno está dentro da escola, a gente consegue a avaliação do aluno, a gente vai lá na sala dos professores e digam, avalia a escola, eles vão lá e avaliam, mas é família”*.

No entanto, quando questionada sobre qual o público com menor percentual de avaliação de participação, a resposta foi *“Professores”*. Ou seja, ao mesmo tempo em que afirma que o fato de estar presente diariamente na escola se configura como um fator positivo para o preenchimento da avaliação, o percentual de professores que, assim como os alunos, estão diariamente na escola apresenta o menor índice de participação.

Além das inconsistências relatadas, o relato nos mostra o quanto o app não funciona nesta unidade. Ele ainda não atingiu o seu objetivo principal e não faz parte da rotina da escola, sendo apenas mais uma burocracia e uma ferramenta subutilizada que não contribui de forma efetiva para a ampliação da participação e, conseqüentemente, com a gestão democrática.

Diversas perguntas foram realizadas com o objetivo de compreender a perspectiva da entrevistada com relação à gestão escolar democrática e participativa e seu papel de gestora como promotora desse ambiente. Além disso, era uma

expectativa da entrevistadora uma maior ênfase no uso do aplicativo “Diga aí, Escola!” nas questões relacionadas ao uso das tecnologias e indicadores de satisfação da comunidade com relação ao ambiente escolar, em virtude do trabalho de divulgação realizado pela SME, o que não foi identificado na prática e no discurso da gestora.

O que se observou foi que, apesar de a fala inicial indicar que uma gestão escolar democrática e participativa é caracterizada pela implementação efetiva de organismos colegiados dentro da escola, que não apenas existem formalmente, mas também desempenham um papel ativo na reflexão e na tomada de decisões sobre o funcionamento da escola, as respostas seguintes indicaram uma visão e atuação limitada dos organismos colegiados.

Apesar de a escola ter um bom acesso à internet, o acesso aos equipamentos através do totem e computadores não foi suficiente para alavancar a adesão ao app. Não se observou uma prioridade quanto ao seu uso, nem na promoção da participação por parte da comunidade, nem nas devolutivas das demandas apresentadas nas avaliações, o que acaba por gerar uma descredibilidade do app. O uso apropriado da ferramenta poderia ser utilizado inclusive como um indicador de satisfação em relação ao serviço ofertado à comunidade.

Buscando aprofundar os dados já levantados por meio da pesquisa bibliográfica e documental e da entrevista com a gestora, foram aplicados questionários com os alunos, como será apresentado a seguir.

4.4.2 Aplicação do questionário

A outra etapa de coleta de dados foi a aplicação do questionário com uma amostra de alunos do 6º ao 9º ano que, de acordo com a fórmula apresentada anteriormente, seria de 232 alunos no total, nos turnos manhã e tarde. Na ocasião da aplicação dos questionários, foram acrescentados 2 estudantes da turma de 8º ano do turno da tarde, totalizando 234 alunos.

Os questionários foram aplicados em sala específica, com o quantitativo determinado em cada série/ano sempre que havia a ausência de professor regente em classe, ficando uma parte da turma com a pesquisadora e outra em atividades escolares.

Os alunos foram convidados a participar da pesquisa e antes foi feita uma explicação do objetivo da pesquisa e da importância da participação dos estudantes.

Além disso, os alunos foram esclarecidos de que as respostas seriam de acesso apenas da pesquisadora, não tendo qualquer vínculo com a gestão da escola. Assim, não foi identificado, de início, nenhuma recusa, no entanto, ao se depararem com o questionário, alguns esboçaram dificuldade em responder as questões referentes ao app. Sobre essa situação, foi esclarecido que não haveria nenhum prejuízo para eles, que poderiam registrar que a falta de desconhecimento sobre o app impedia-os de responder às questões.

Devido ao quantitativo alto de sujeitos a serem contemplados, a escolha dessa técnica se justifica por ter uma estrutura fixa que permite obter respostas mais padronizadas, aplicação em pouco tempo, sendo sua análise mais rápida e facilitando a comparação de dados.

Sobre o uso dessa técnica, Gil nos diz:

Pode-se definir questionário como a técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores, comportamento presente ou passado etc (Gil, 2008, p. 121).

Além do mais, o instrumental possui algumas vantagens, tais como:

a) possibilita atingir grande número de pessoas, mesmo que estejam dispersas numa área geográfica muito extensa, já que o questionário pode ser enviado pelo correio; b) implica menores gastos com pessoal, posto que o questionário não exige o treinamento dos pesquisadores; c) garante o anonimato das respostas; d) permite que as pessoas o respondam no momento em que julgarem mais conveniente; e) não expõe os pesquisados à influência das opiniões e do aspecto pessoal do entrevistado. (Gil, 2008, p. 122).

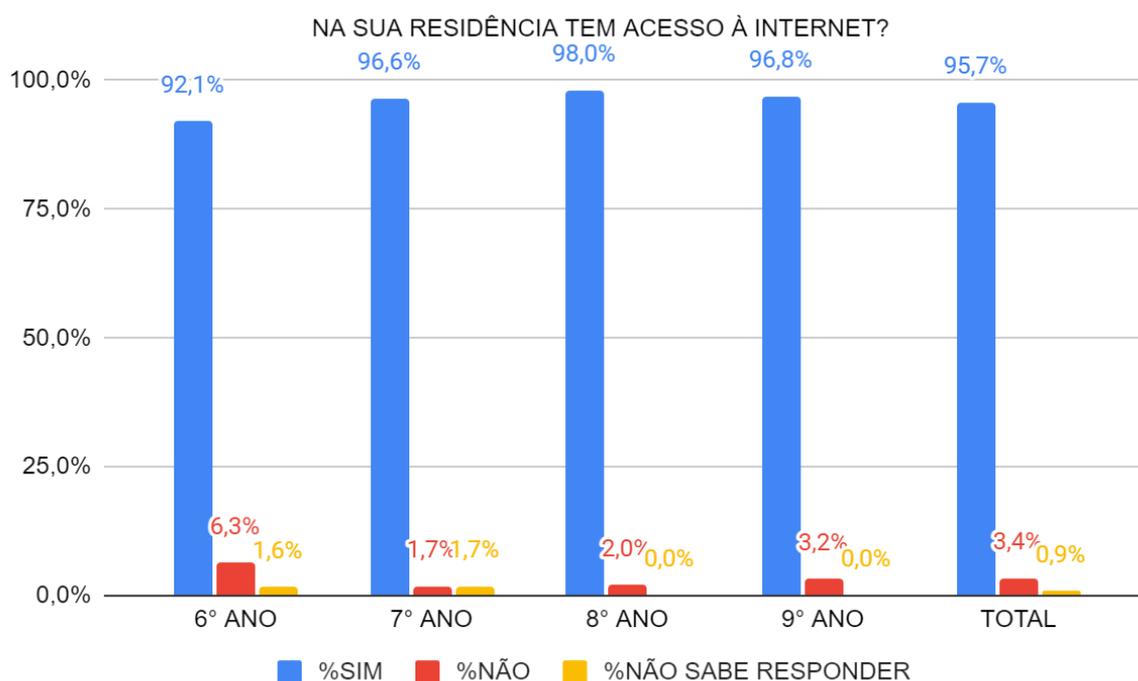
O questionário aplicado (Apêndice A), além de perguntas fechadas, com respostas padronizadas, abrangeu algumas perguntas abertas, em referência ao que diz Lakatos (2003, p.) “esse tipo de pergunta, também chamadas livres ou não limitadas, são as que permitem ao informante responder livremente, usando linguagem própria, e emitir opiniões, possibilitam investigações mais profundas” a livre expressão e a captura de informações e percepções dos estudantes poderiam ser obtidas com essa técnica.

O instrumento de coleta aplicado junto aos discentes abordou diversos aspectos relacionados à tecnologia e seu acesso. Para fins de delimitação do tema e em consonância com o objetivo da pesquisa, serão apresentados os principais

resultados relacionados ao tripé da inclusão digital e como estes reverberam nas políticas de ampliação da participação da comunidade escolar, com vistas à gestão democrática. Para que uma população seja considerada incluída digitalmente, é necessário que três aspectos sejam plenamente vivenciados: acesso à internet, acesso a equipamentos e conhecimento prático. No caso da amostra pesquisa, os dados apresentam as seguintes informações.

Com relação ao acesso à Internet, 95,7% dos alunos informaram que na residência possui conexão. Isso demonstra que há muitos lares com esse recurso disponível.

Gráfico 3 - Dados de acesso à internet



Fonte: elaborado pela autora com base nos dados coletados na pesquisa realizada em agosto de 2024.

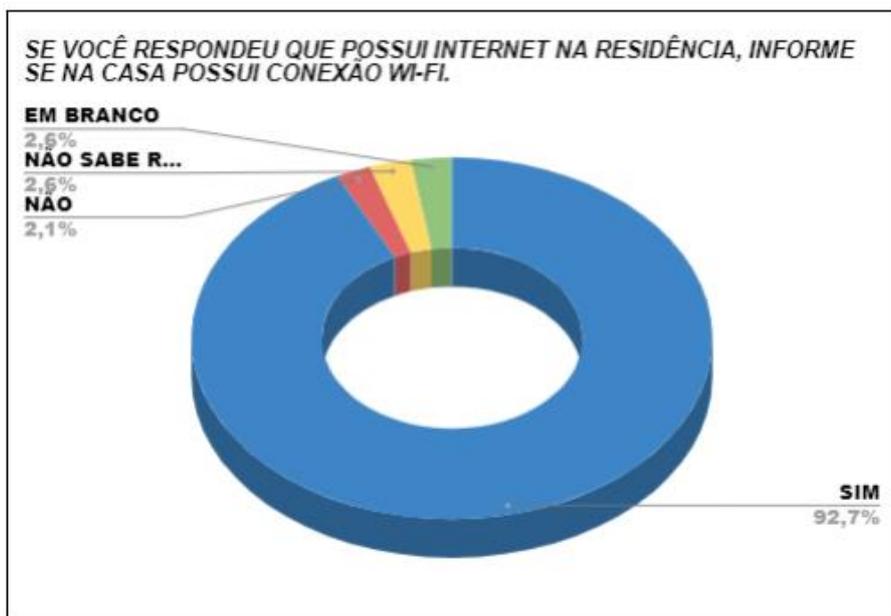
Nesse gráfico, os dados estão organizados e separados por ano escolar (6º, 7º, 8º e 9º ano) e demonstram similaridade nos percentuais tanto dos que responderam que têm acesso à internet, quanto dos que responderam que não possuem acesso à internet em casa.

Apenas oito (3,4%) informaram que não possuem conexão de internet em casa, sendo os principais motivos apontados por estes o fato de os moradores acharem caro (4 respostas); dois não souberam informar o motivo da falta de conexão.

A falta de interesse dos moradores e o fato de os moradores não saberem utilizar receberam 1 marcação cada uma.

Quanto ao tipo de conexão, dos alunos que responderam que têm acesso à internet em casa, 92,7% indicaram que possuem conexão wi-fi, sendo esta em 21,4% compartilhada com outra residência, 65,8% exclusiva da residência e 1,8% não souberam responder ou deixaram em branco.

Gráfico 4 - Dados de conexão da internet



Fonte: elaborado pela autora com base nos dados coletados na pesquisa realizada em agosto de 2024.

Os dados corroboram com as pesquisas que mostram que há no mercado uma crescente no número de pessoas/lares que estão conectados por meio da internet, refletindo um crescimento exponencial do acesso que é essencial para a inclusão digital. É importante ressaltar que a conexão wi-fi é ilimitada, garantindo acesso contínuo à internet, sem restrições de dados ou tempo de uso, o que proporciona liberdade para realizar uma diversidade de atividades online de forma ininterrupta, diferentemente dos pacotes de dados móveis 5g ou 4g, que geralmente possuem limites de consumo.

No que diz respeito aos equipamentos ou dispositivos tecnológicos, a pesquisa revelou que o acesso à rede mundial se dá por meio dos smartphones, sendo sinalizado por 80,3% dos estudantes que esse é o principal dispositivo utilizado

por eles, seguido do tablet com 11,5%, e 5,6% informaram usar a internet por desktop ou notebook.

Em relação a quais equipamentos eletrônicos eles possuem em sua residência, o tablet apareceu em 53,8% das residências, fato esse, provavelmente, ligado à ação da Prefeitura e da SME de distribuição do referido dispositivo para os alunos, iniciada no período da pandemia.

Em relação a outros equipamentos, o computador desktop aparece em 20,5% dos lares e o notebook em 25,6%. O percentual de alunos que não possuem nenhum dos 3 dispositivos (desktop, notebook e tablet) foi de 31,6%, a posse de pelo menos um dos itens está em 68,4% e a posse concomitante dos três itens aparece em 6,4% dos lares.

Tabela 6 - Acesso aos equipamentos

RESIDÊNCIAS QUE POSSUEM O EQUIPAMENTO							
	Possuem Computador/ Desktop	Possuem Notebook	Possuem Tablet		Possui Pelo Menos 1 Dos Equipamentos	Possui Os 3 Equipamentos	Não Possui Nenhum Dos 3
6º ANO	28,6%	25,4%	49,2%		69,8%	7,9%	30,2%
7º ANO	20,7%	27,6%	51,7%		70,7%	6,9%	29,3%
8º ANO	18,0%	22,0%	52,0%		72,0%	6,0%	28,0%
9º ANO	14,3%	27,0%	61,9%		61,9%	4,8%	38,1%
TOTAL	20,5%	25,6%	53,8%		68,4%	6,4%	31,6%

Fonte: elaborado pela autora com base nos dados coletados na pesquisa realizada em agosto de 2024

A pesquisa aprofundou o tema, questionando se os alunos acessaram a internet nas semanas anteriores à aplicação do questionário e quais as atividades foram realizadas por eles. As respostas indicaram que 93,6% dos alunos acessaram e que, em sua maioria, realizaram de 1 a 5 atividades nesse período.

A pergunta de número 10 do instrumental trazia 20 atividades, de objetivos diversificados, em que os alunos poderiam marcar todas as que foram realizadas por eles, sendo permitido marcar mais de uma opção. 34,2% marcaram de 1 a 5 atividades, 34,2% de 6 a 10 atividades, 16,7% de 11 a 15 atividades, 3,8% de 16 a 20 atividades e 3,8% não responderam à pergunta.

O quadro a seguir apresenta as atividades realizadas, em ordem decrescente, detalhando tanto as quantidades de marcações em números absolutos quanto os percentuais diante da amostra analisada.

Quadro 8 - Atividades realizadas na internet pelos estudantes

ORDEM	ATIVIDADE	TOTAL	%
1	Jogou pela internet	170	72,6%
2	Ouviu música pela internet, como por Spotify, Deezer ou Youtube	162	69,2%
3	Assistiu a vídeos, programas, filmes ou séries pela internet, como no Youtube ou no Netflix	160	68,4%
4	Utilizou redes sociais (Instagram, Tiktok, WhatsApp) para compartilhar conteúdo na internet, como textos, imagens, fotos, vídeos ou músicas	156	66,7%
5	Realizou atividades ou pesquisas escolares	110	47,0%
6	Baixou ou fez download de jogos	99	42,3%
7	Postou na internet textos, imagens, fotos, vídeos ou músicas que você mesmo fez	86	36,8%
8	Acompanhou transmissões de áudio ou vídeo em tempo real ou lives pela internet	76	32,5%
9	Estudou na internet por conta própria	68	29,1%
10	Baixou ou fez download de músicas	68	29,1%
11	Usou serviço de armazenamento na internet, como Dropbox, Google Drive, Onedrive	60	25,6%
12	Leu jornais, revistas ou notícias pela internet	55	23,5%
13	Baixou ou fez download de filmes	50	21,4%
14	Baixou ou fez download de livros digitais	47	20,1%
15	Ouviu podcasts pela internet	45	19,2%
16	Baixou ou fez download de séries	41	17,5%
17	Baixou ou fez download de softwares, programas de computador ou aplicativos	34	14,5%
18	Criou ou atualizou blogs, páginas na internet ou sites	28	12,0%
19	Viu exposições ou museus pela internet	17	7,3%
20	Fez cursos à distância	16	6,8%

Fonte: elaborado pela autora com base nos dados coletados na pesquisa realizada em agosto de 2024.

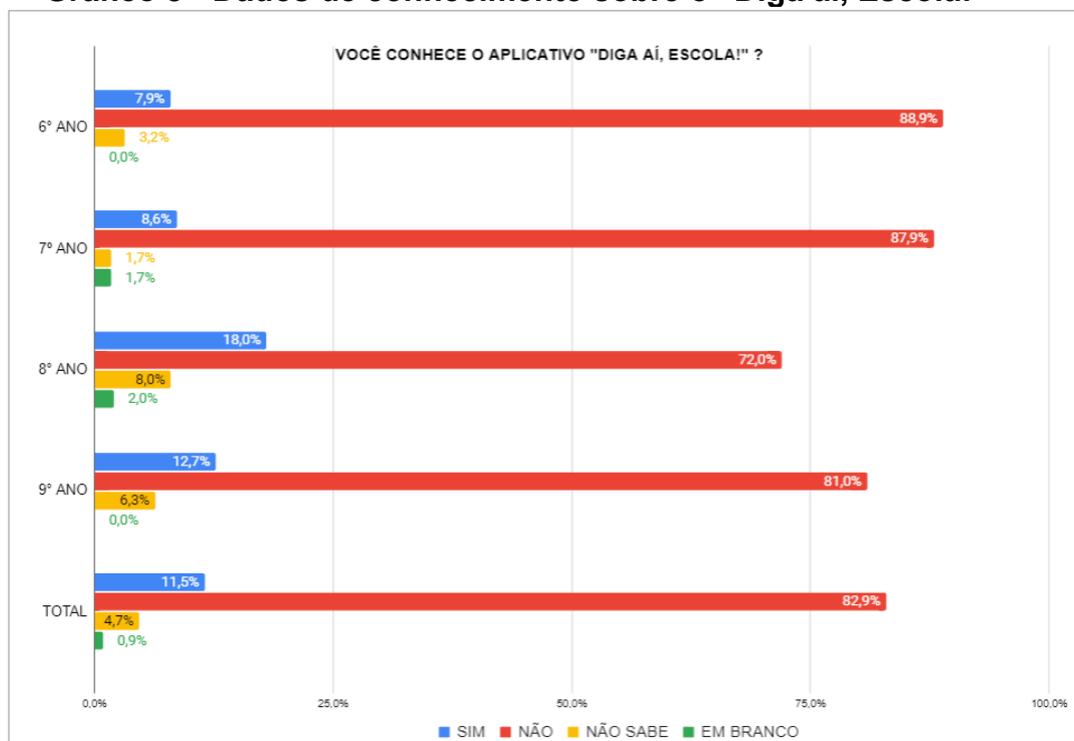
O aparecimento dos jogos pela internet como sendo a principal atividade realizada pelos jovens segue uma tendência de crescimento de jogadores e de jogos interativos no Brasil e no mundo. A pesquisa TIC Kids Online Brasil (2022) constatou que houve um crescimento na população de 9 a 17 anos que jogam na internet. A pesquisa indica ainda que há um crescimento na criação de jogos cada vez mais interativos e que oferecem realidade virtual.

Conforme observa-se no quadro 8, esse levantamento fornece uma visão clara a respeito da atividade que obteve maior atenção dos alunos, que no caso foram os jogos pela internet, seguido de ouvir música, depois assistir vídeos e filmes, acesso às redes sociais vem em seguida, e em quinta posição aparece a realização de atividades ou pesquisas escolares.

Dando prosseguimento à análise dos dados, o módulo 2 do questionário tratava de compreender como consistia a relação dos alunos com o aplicativo “Diga aí, Escola!”, procurando colher dados que revelassem como este era usado no dia a

dia da escola. Para tanto, a primeira pergunta era se eles conheciam o aplicativo. O resultado está expresso no gráfico a seguir.

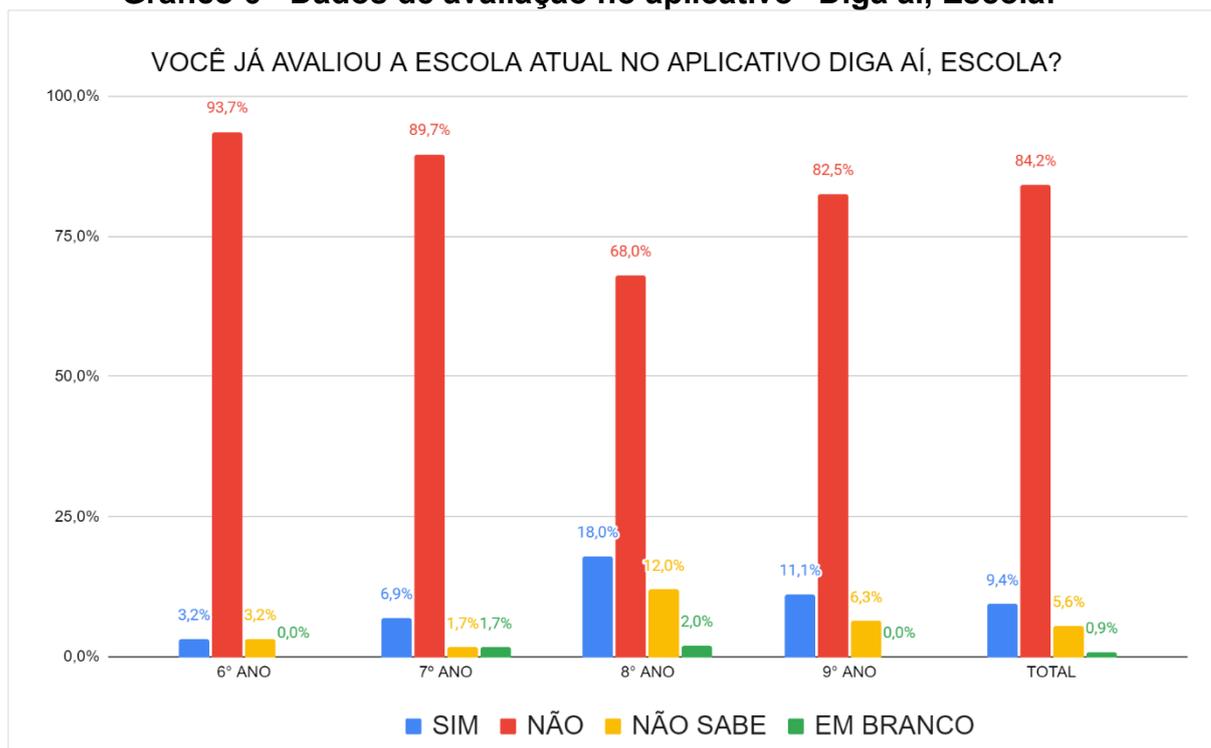
Gráfico 5 - Dados de conhecimento sobre o “Diga aí, Escola!”



Fonte: elaborado pela autora com base nos dados coletados na pesquisa realizada em agosto de 2024.

De acordo com as respostas expressas no questionário, o aplicativo “Diga aí, escola!” é desconhecido por 82,9% dos alunos da amostra selecionada na unidade pesquisada. O dado está estratificado por ano, seguido da média geral, e mostra uma semelhança, exceto no 8º ano, de percentuais acima de 80% de desconhecimento da ferramenta.

A pergunta seguinte consistia em averiguar se a escola atual tinha sido avaliada por eles. Vale ressaltar que logo ao chegar no colégio a comunidade se depara com o totem e o tablet do aplicativo em perfeito estado de funcionamento bem ao lado da janela da secretaria escolar, no entanto, como a pergunta anterior já revelou um percentual alto de desconhecimento, esse questionamento também seguiu a mesma tendência negativa, com exceção do 8º ano.

Gráfico 6 - Dados de avaliação no aplicativo “Diga aí, Escola!”

Fonte: elaborado pela autora com base nos dados coletados.

Em virtude das altas negativas nas duas principais perguntas, o preenchimento dos demais itens do questionário apresentou um alto índice de abstenção nas respostas, pois o preenchimento requer um conhecimento e uso básico sobre o aplicativo.

Diante dessa situação, observou-se algumas divergências entre a fala da gestora e a opinião dos alunos, uma vez que, segundo ela, mensalmente, na ida dos estudantes à sala de inovação tecnológica, o monitor da sala tem como incumbência a realização de avaliações no app junto com os alunos. É bem verdade que 20 alunos informaram que realizaram na escola a avaliação, porém é uma quantidade muito abaixo do número de matrículas.

Observou-se, também, que os poucos alunos que avaliaram a escola não tiveram uma devolutiva da gestão sobre suas colocações: dos 22 alunos que informaram terem avaliado a escola no app, apenas 2 informaram que tiveram sua sugestão atendida.

É digno de nota que é necessário um aprofundamento sobre a sugestão dada pelos alunos, bem como se constitui algo dentro dos princípios legais organizacionais e pedagógicos, porém essa falta de retorno é uma realidade da unidade escolar, e foi expressa pela própria gestora como sendo algo nunca antes

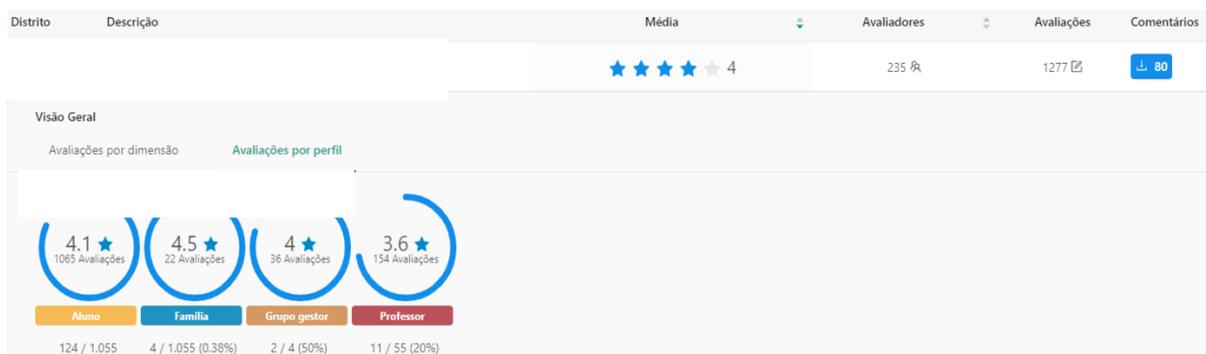
realizado, sequer cogitado pela equipe gestora. Portanto, esse fato pode ser um ponto de desmotivação para os alunos com relação à utilização da ferramenta.

Outra consideração relevante que os dados do instrumental nos trazem é que, dentre a amostra pesquisada, apenas um aluno informou que a família realizou avaliação no app. Os demais indicaram que não houve nenhuma avaliação por parte da família, sugerindo uma baixa ou inexistente adesão desse segmento à ferramenta.

Os dados apontados no questionário suscitam alguns questionamentos à pesquisadora, que transita, ao mesmo tempo, nas funções de técnica em educação e estudante pesquisadora, pois o fato de ter conhecimento aprofundado sobre o app, desde sua criação, no ano de 2019, e dos esforços que a rede municipal tem feito desde então, como investimento financeiro, para aquisição dos totens e tablets para todas as unidades, investimento em pessoas, no caso do acompanhamento da superintendência escolar e as orientações de rede, vê-se que não houve avanço nas ações de divulgação e na ampliação da participação da comunidade escolar no aplicativo “Diga aí, Escola!” na unidade escolar pesquisada.

A falta de conhecimento sobre o aplicativo e a baixa adesão ao app expressa no questionário respondido pela amostra, é comprovado ao comparar com os resultados obtidos pela unidade no aplicativo. Conforme dados da plataforma, a figura XX apresenta os dados de avaliação da unidade no ano de 2024, e até o momento dessa pesquisa, 124 alunos haviam realizado sua avaliação, esse quantitativo representa um percentual de 11,76% de estudantes.

Figura 10 - Tela de acompanhamento das avaliações por perfil avaliativo



Fonte: Aplicativo “Diga aí, Escola!”

É preciso ressaltar, porém, que os dados ajudam a compreender parcialmente sobre como ocorre na realidade desta unidade escolar específica.

Porém, não é possível generalizar que esse mesmo padrão seja observado em todas as unidades escolares e lares do município de Fortaleza.

Contudo, em se tratando de uma unidade considerada completa, em relação à infraestrutura, tradição no atendimento à comunidade há mais de 40 anos, além de acesso à internet, acesso aos equipamentos, e com todo o suporte organizacional da rede, esperava-se uma maior adesão ao app por parte dos alunos. Essa expectativa reflete a necessidade de investigar mais profundamente os motivos que levaram a essa falta de engajamento.

Diante do exposto, os resultados indicaram que os alunos, em sua maioria, possuem acesso à internet em suas residências, sendo essa conexão via Wi-Fi, têm acesso também aos equipamentos tecnológicos, e que a junção desses dois itens, em sua maioria, é para o uso de jogos e entretenimento.

No que diz respeito ao aplicativo, a pesquisa apresentou alguns dados preocupantes, como por exemplo o alto número de alunos que nunca realizaram uma avaliação no aplicativo “Diga aí, Escola!”, na verdade, uma grande parte da amostra sequer conhecia ou sabia da existência dele. Que, apesar de a gestora informar que mensalmente a ação de avaliar fazia parte do planejamento das aulas da sala de inovação, na prática não há engajamento para a participação dos estudantes e os poucos que o fazem não têm suas opiniões validadas e/ou consideradas como parte integrante de uma gestão escolar de fato democrática que valorize a participação do grupo como importante.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa teve como objetivo geral analisar a contribuição do aplicativo 'Diga aí, Escola!' na promoção da participação ativa da comunidade escolar em uma escola da RMEF, buscando responder ao problema de pesquisa que visava compreender como o aplicativo efetivamente contribui para a participação e o engajamento da comunidade escolar. O estudo revelou que, embora a proposta inicial do aplicativo fosse promissora, sua implementação enfrenta desafios que limitam sua efetividade, resultando em um nível de participação inferior ao esperado.

A ausência de estudos sobre essa ferramenta constituiu um dos principais desafios na realização da pesquisa, sendo necessário recorrer, prioritariamente, a fontes primárias de informações, tais como entrevista, questionário, dados coletados diretamente do app, à legislação da RMEF e dados e informações a respeito do app obtidos por meio de diálogos com profissionais do setor responsável pelo gerenciamento do app.

Para o alcance dos objetivos, além de recorrer à literatura sobre o tema por meio da análise bibliográfica, foram traçadas algumas estratégias de pesquisa *in loco*, que consistiram na realização da entrevista com a gestora da unidade escolar selecionada e a aplicação de um questionário com um percentual amostral de (234) alunos do 6º ao 9º ano do ensino fundamental.

Ao longo da dissertação, o embasamento teórico apresentado nas duas primeiras seções do trabalho iniciou apontando o conceito de políticas públicas e o ciclo das políticas públicas. Como o trabalho tem uma ligação com a área da educação, houve a necessidade de apresentar, ainda que de maneira sucinta, as políticas públicas educacionais e de gestão escolar no Brasil, mas antes, para o melhor entendimento, foram apresentados os modelos de administração pública.

Ainda na seção 2, foi apresentado como a política de gestão escolar democrática foi implementada no município de Fortaleza. Segundo as pesquisas, essa implementação teve início com a mudança política na gestão municipal, que, ideologicamente, adotou a escolha da gestão das unidades escolares por meio de seleção e meritocracia. Esse processo foi posteriormente formalizado com a publicação da Lei Complementar 169/2014 (Fortaleza, 2014).

Compreender como principiou o fazer democrático e participativo na RMEF foi necessário para entender o percurso trilhado para chegar até o lançamento do

aplicativo ‘Diga aí, Escola!’, em 2019, percurso este que foi melhor trabalhado na pesquisa em dois aspectos: a seleção de gestores, compreendendo que a escola tem o diretor como principal articulador entre a SME e a comunidade escolar; e, os organismos colegiados como espaços essenciais de participação e tomada de decisão.

Na seção 3, o trabalho buscou examinar o papel das TDICS nas políticas públicas de educação com vistas à promoção da inclusão digital e na participação social, destacando como as tecnologias contribuem no fortalecimento das práticas democráticas. Buscou-se compreender melhor sobre os chamados nativos digitais e de como eles se comportam diante da oferta tecnológica disponível no mercado, além de abordar questões de violência no ambiente virtual.

Os autores que embasaram o pensamento desta seção mostraram que a evolução das TDICs é uma tendência global e que a cada dia mais serviços, sejam eles de ordem pública ou particular, são realizados através dessas ferramentas e que as escolas precisam ajustar seus currículos para atender essa nova demanda e, principalmente, formar pessoas capazes de utilizar e atuar de forma protagonista com elas.

Essa adequação é tão necessária que está prevista de forma legal nos documentos que sustentam e norteiam a educação do país, tais como a BNCC, que orienta para o uso da tecnologia, por parte dos estudantes, de forma ativa e crítica, compreendendo suas implicações éticas e sociais. Outro documento são as DCNs, que enfatizam a necessidade de integrar ao processo de ensino e aprendizagem novos métodos e abordagens que desenvolvam o pensamento tecnológico como um elemento fundamental, capaz de formar cidadãos que atuem de forma crítica e responsável.

Paulo Freire, patrono da educação, em sua obra *Pedagogia do Oprimido* (1987), defendia a educação como algo que deve ser associado à vida do educando, assim a tornaria mais significativa. Na era digital, associar a educação com as novas tecnologias é atender uma demanda crescente, com vistas a formar o cidadão alfabetizado digitalmente.

Em ambas as seções teóricas (seção 2 e 3), o pensamento se estruturou inicialmente a partir de uma compreensão ampla dos conceitos e práticas relacionadas às políticas públicas de gestão escolar democrática e participativa, às políticas públicas de inclusão digital e como essas duas se relacionam. À medida que

a análise ia sendo feita, esse estudo foi sendo delimitado até chegar à criação da ferramenta digital em foco e no seu uso no *locus* da pesquisa: a escola.

Conforme as pesquisas iam avançando, foi constatado que a SME empreendeu uma série de ações para implantar nas unidades escolares o uso do app, esforços que demonstram que a ferramenta seria uma forma ágil de chegar até as residências dos alunos, ampliando de forma significativa a participação da comunidade escolar e implantando na rede uma política de avaliação institucional, ao propiciar que professores, alunos e família possam avaliar a qualidade dos serviços ofertados na escola, como apontado na pesquisa.

Observa-se que a gestão das escolas públicas foi incumbida de divulgar e incentivar o uso do app por todos os componentes dos segmentos avaliadores, uma vez que uma gestão democrática que visa à participação compreende que quanto maiores forem as opções de participação, maior será o engajamento e o sentimento de coparticipação na rotina escolar.

Os dados da pesquisa suscitaram alguns questionamentos com relação à implementação e ao acompanhamento das políticas públicas. No caso da unidade escolar pesquisada, um percentual alto da amostra sinalizou que desconheciam o aplicativo, por mais que houvesse uma conversa inicial antes da aplicação do questionário, ainda assim, o resultado do instrumental demonstrou falta de conhecimento dos alunos.

Compreendendo que a escola, na pessoa dos alunos, é a razão de ser da SME, faz-se necessária uma reavaliação das formas e condições com que as políticas públicas cheguem até a unidade escolar, de modo que elas sejam implementadas com a mesma intensidade com que são projetadas no campo técnico.

Esse cenário aponta para a necessidade de um planejamento cuidadoso e de políticas públicas que incentivem a formação e o uso consciente das tecnologias na educação em um processo de avaliação e redirecionamento de ações, a fim de que possam contornar as dificuldades encontradas no caminho.

Portanto, a pesquisa reafirma a necessidade de planejar e avaliar, de forma cuidadosa, as etapas que levam à criação e execução das políticas públicas. No caso das políticas voltadas para a garantia de uma gestão escolar democrática e participativa, como o aplicativo, é adequado identificar quais problemas dificultam sua execução plena. O autor Secchi (2012), nos diz que analisar a implementação das

políticas públicas constitui-se uma fase importante, pois permite avaliar os erros e detectar problemas mal formulados, e assim adotar novas estratégias.

A utilização das ferramentas digitais na gestão das escolas, como forma de ampliação da gestão democrática, pode facilitar a comunicação, a tomada de decisões e a inclusão de toda a comunidade escolar nos processos de gestão, fortalecendo assim a governança escolar. Porém, somente quando as ferramentas disponíveis, tais como o app, forem utilizadas da forma correta, terão o potencial de construir um espaço mais transparente, democrático e participativo.

Os achados da pesquisa possibilitam refletir que, para que o aplicativo atinja os objetivos delineados em sua concepção, é necessário que a comunidade usuária seja mais esclarecida e incentivada a fazer uso do app, além de receber retorno, em tempo hábil e de forma transparente, de que as mudanças implementadas no ambiente escolar foram resultado das avaliações realizadas por meio do aplicativo.

Diante disso, compreende-se que se faz necessário também investir mais em formação para os gestores que tratem da temática da importância das avaliações institucionais para o crescimento da instituição, promovendo o pleno aproveitamento das oportunidades proporcionadas pelas tecnologias no contexto escolar.

No caso da escola, é importante melhorar os índices de aprendizagem, como o município já vem realizando no decorrer dos anos. No entanto, tão importante quanto isso, é criar uma cultura de avaliação, não com vistas à punição ou comparação, mas com vistas a melhorar o ambiente educativo e torná-lo, na prática, o que está posto na lei, um ambiente essencialmente gerido pela concepção democrática e participativa.

Desse modo, a realização dessa pesquisa possibilitou desenhar o percurso da criação do app, desde sua concepção e fundamentação nos princípios da legislação educacional de gestão democrática e participativa, até a sua chegada ao ambiente escolar, avaliando como tem se dado sua implementação em uma escola pública da RMEF.

Espera-se que a pesquisa contribua para a avaliação da usabilidade do app 'Diga aí, Escola', além de possibilitar a reflexão sobre ações mais eficazes para sua implementação e aceitação pela comunidade escolar. Além disso, o estudo contribui para disseminar as ações realizadas pela RMEF com o objetivo de atender aos princípios que regem a educação pública no Brasil, visto que, até a data de realização dessa pesquisa, não existem estudos sobre o app "Diga aí, escola!".

Estudos futuros poderão aprofundar a análise da efetividade do aplicativo 'Diga aí, Escola!' em diferentes contextos escolares, incluindo escolas de menor porte e com perfis socioeconômicos variados, para avaliar como fatores como o tamanho da escola, a infraestrutura tecnológica e o engajamento da comunidade escolar influenciam na utilização da ferramenta. Além disso, será importante investigar o papel da formação de gestores e professores no uso de tecnologias voltadas à participação democrática, a fim de identificar estratégias mais eficazes para promover o uso do aplicativo. Também é recomendável realizar estudos que acompanhem a evolução da aceitação e usabilidade do app ao longo do tempo, visando identificar melhorias e ajustes necessários.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, Marli Elisa D. Afonso. **Etnografia da prática escolar**. 14. ed. São Paulo: Papirus, 1995.

AMABILE, Antônio Eduardo de Noronha. Políticas Públicas. *In*: CASTRO, Carmem Lúcia Freitas de et. al. **Dicionário de Políticas Públicas**. Barbacena: EdUEMG, 2012. 242f.

ARAÚJO, Adilson César. **Gestão democrática da educação: a posição dos docentes**. 2000. 220 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade de Brasília, Brasília-DF, 2000.

BOBBIO, Norberto. **Dicionário de política**. Brasília, DF: EdUNB, 1998 Disponível em:
https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2938561/mod_resource/content/1/BOBBIO.%20Dicion%C3%A1rio%20de%20pol%C3%ADtica..pdf. Acesso em: 30 abr.2024.

BOBBIO, Norberto. **Dicionário de política I**. Brasília: EdUnB, 1998.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 23 dez.1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**. Brasília: MEC; SEB; DICEI, 2013. Disponível em:
http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13448-diretrizes-curriculares-nacionais-2013-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 08 maio 2024.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Política pública de inclusão digital**. Brasília: TCU, 2015.

BRESSER-PEREIRA, L. C Da administração pública burocrática à gerencial. **Revista Do Serviço Público**, v.47, n.1, p.07-40, 2015. Disponível em:
<https://doi.org/10.21874/rsp.v47i1.702>. Acesso em: 02 maio 2024.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **Administração pública gerencial: estratégia e estrutura para um novo Estado**. Brasília: MARE/ENAP, 1996.

BRESSAN, M.Z. **Gestão Democrática, Conselhos Escolar e Planejamento Participativo e Estratégico**. [S.l:s.n], 2023.

BRUNET, Miguel. Geração Z, millennials, boomers: como cada uma das gerações se comporta. **UOL**, 11 jun.2024. Disponível em:

<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2024/06/11/geracoes-por-que-existem-e-como-sao.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 15 maio 2024.

CGPID. **Documento base do Programa Nacional de Banda Larga**. Brasília, 2010. Disponível em http://www.mc.gov.br/component/docman/doc_download/591-documento-base-do-programa-nacional-debanda-larga?Itemid=13217. Acesso em: 14 jun.2024.

COELHO, P.M.F; COSTA, M.R.M; MATTAR NETO, J.A. Saber Digital e suas Urgências: reflexões sobre imigrantes e nativos digitais. **Educ Real**, v.43, n.3, p.1077–1094, jul.2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-623674528>. Acesso em: 09 maio 2024.

CORTELLA, Mario Sérgio. **Não espere o Epitáfio**: provocações filosóficas. Petrópolis-RJ: Vozes Nobilis, 2014.

CUMMINGS, J. N; KIESLER, S. Collaborative Research Across Disciplinary and Organizational Boundaries. **Social Studies of Science**, v.35, n.5, p.703-722, 2005.

DIAS, L. R. Inclusão digital como fator de inclusão social. *In*: BONILLA, M.H.S; PRETTO, N.D.L. **Inclusão digital**: polêmica contemporânea. Salvador: EdUFBA, 2011, p. 61-90.

DOURADO, Luiz Fernandes. Políticas e gestão da educação básica no Brasil: limites e perspectivas. **Educação & Sociedade**, v. 28, n. 100,out. 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302007000300014>. Acesso em: 09 abr.2024.

DRUMOND, Alexandre Matos, SILVEIRA, Suely de Fátima Ramos e SILVA, Edson Arlindo. Predominância ou coexistência?: modelos de administração pública brasileira na Política Nacional de Habitação. **Revista de Administração Pública**, v. 48, n. 1, p.03-25, fev.2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-76122014000100001>. Acesso em: 20 mar.2024.

FREIRE, Paulo. **Política e educação**: ensaios. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 42. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FERREIRA, T. R. de S. C; DESLANDES, S. F. Cyberbullying: conceituações, dinâmicas, personagens e implicações à saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.23, n.10, p. 3369–3379, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-812320182310.13482018>. Acesso em: 20 mar.2024.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa. 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GOODWIN, T. **Digital Darwinism**: survival of the Fittest in the Age of Business Disruption. [S.l:s.n], 2018.

GORCZEWSKI, C.; TAUCHEN, G. Educação em Direitos Humanos: para uma cultura da paz. **Educação**, v.31, n.8, p.22-26, 2008.

GRISSOM, J.A; LOEB, S; MITANI, H. Habilidades de gerenciamento de tempo do diretor: explicando padrões no uso do tempo dos diretores, estresse no trabalho e eficácia percebida. **Journal of Educational Administration**, v.53, n.6, p.773-793, 2015. Disponível em:

<https://cepa.stanford.edu/sites/default/files/time%20management%20final.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2024.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOLFING, E.M. Estado e Políticas (Públicas) Sociais. **Cadernos CEDES**, ano 21, n. 55, p. 30 - 42, 2001.

LAKATOS, E. M., & Marconi, M. de A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. Tradução: Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Ed.34, 1999.

LUCK, Heloísa. **Dimensões de gestão escolar e suas competências**. Curitiba: Positivo, 2009.

LUCK, Heloísa. **Gestão participativa na escola**. Petrópolis, RJ :Vozes, 2017.

MACEDO, R. M. Direito ou privilégio? desigualdades digitais, pandemia e os desafios de uma escola pública. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.34, n.73, p.262–280, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S2178-149420210203>. Acesso em: 04 jun. 2024.

MAINARDES, J. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. **Educação & Sociedade**, v.27, n.94, p.47–69, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302006000100003>. Acesso em: 09 maio 2024.

MINAYO, M. C. S. **O Desafio do Conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 14.ed. Rio de Janeiro: Hucitec, 2014.

MEULEMAN, L. **Public Management and the Metagovernance of Hierarchies, Networks and Markets**. Physic-Verlag: Heidelberg, 2008.

NEVES, Glaucio; GUIMARÃES, Aluísio; JÚNIOR, Avilton. Um Novo Modelo de Administração Pública. **Macroplan**, 03 jul.2017. Disponível em: <https://www.macroplan.com.br/p/um-novo-modelo-de-administracao-publica/>. Acesso em: 09 maio 2024.

NÚCLEO DE INFORMAÇÃO E COORDENAÇÃO DO PONTO BR. **Pesquisa sobre o uso da Internet por crianças e adolescentes no Brasil**: TIC Kids Online Brasil

São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2023. Disponível em: https://cetic.br/media/docs/publicacoes/1/20230825142135/tic_kids_online_2022_livro_eletronico.pdf. Acesso em: 20 ago. 2024.

OLIVEIRA, Ivana Campos e Vasques-Menezes, Ione. Revisão de literatura: o conceito de gestão escolar. **Cadernos de Pesquisa**, v. 48, n. 169, p.876-900, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/198053145341>. Acesso em: 10 set. 2022.

PALFREY, John. **Nascidos na era digital**: entendendo a primeira geração de nativos digitais. Porto Alegre: Artmed, 2011.

PARO, Vitor Henrique. Escolha e formação do diretor escolar. **Cadernos de Pesquisa: Pensamento Educacional**, Curitiba, v. 6, n. 14, p. 36-50, set./dez. 2011.

RAABE, André L. A.; BRACKMANN, Christian P.; CAMPOS, Flávio R. **Currículo de referência em tecnologia e computação**: da educação infantil ao ensino fundamental. São Paulo: CIEB, 2018. Disponível em: https://curriculo.cieb.net.br/assets/docs/Curriculo-de-referencia_EI-e-EF_2a-edicao_web.pdf. Acesso em: 01 jun. 2024.

ROSAR, M. F. F. Administração escolar – um problema educativo ou empresarial? **Rev. Fac. Educ.**, São Paulo, v.10 n.2, dez. 1984. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-25551984000200015. Acesso em: 01 jun. 2024.

RUA, Maria das Graças. **Políticas públicas**. 3. ed. Florianópolis: EdUFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2014.

RUA, Maria das G. **Análise de políticas públicas**: conceitos básicos. Brasília: BID, 1997.

SIBILIA, Paula. **Redes ou paredes**: a escola em tempos de dispersão. Trad. de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012, p. 177.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu. A noção de exclusão digital diante das exigências de uma cibercidadania. *In*: HETKOWSKI, Tânia Maria. **Políticas públicas & inclusão digital**. Salvador: EdUFBA, 2008.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA (SBP). **Manual de Orientação #Menos Telas #Mais Saúde**: grupo de trabalho saúde na era digital. 2. ed. São Paulo: SBP, 2019. Disponível em: https://www.sbp.com.br/fileadmin/user_upload/_22246c-ManOrient_-_MenosTelas__MaisSaude.pdf. Acesso em: 09 maio 2024.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n.16, p.20-45, jul/dez. 2006.

SOUZA, Vanessa Gonçalves Ribeiro. **A evolução da administração pública brasileira**: reforma gerencial, a nova gestão pública. Anápolis-GO: EdUnB, 2019.

TAKAHASHI, Tadao. **Sociedade da informação no Brasil**: livro verde. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000.

VILARTA, Roberto. **Qualidade de vida e políticas públicas**: saúde, lazer e atividade física. Campinas, SP: IPES Editorial, 2004.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO ALUNO



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ – UECE
CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS – CESA
MESTRADO PROFISSIONAL EM PLANEJAMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS – MPPPP

Você está sendo convidado(a) para participar do estudo intitulado O USO DAS TDICS NA EFETIVAÇÃO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA: UMA ANÁLISE DO APLICATIVO DIGA AÍ, ESCOLA! realizado por Kyria Xavier de Sousa Rocha Silveira, estudante do curso de Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas da Universidade Estadual do Ceará - UECE, sob orientação da professora Dra. Maria Andrea Luz da Silva. Nesse estudo pretendemos examinar e discutir as formas de participação da comunidade escolar e de gestão democrática nas escolas da Rede Pública Municipal de Fortaleza, por meio da contribuição da plataforma tecnológica denominada "Diga aí, Escola!".

QUESTIONÁRIO¹ ALUNO - DIGA AÍ, ESCOLA!

SÉRIE/ANO: 6º () 7º () 8º () 9º ()

TURNO: MANHÃ () TARDE ()

GÊNERO: FEMININO () MASCULINO () OUTRO ()

MÓDULO 1 - ACESSO ÀS TECNOLOGIAS NA RESIDÊNCIA

01. NA SUA RESIDÊNCIA TEM:

COMPUTADOR	Sim () Não ()
NOTEBOOK	Sim () Não ()
TABLET	Sim () Não ()

02. NA SUA RESIDÊNCIA TEM ACESSO À INTERNET?

Sim ()
 Não ()
 Não sabe responder ()

03. SE VOCÊ RESPONDEU **NÃO** NA PERGUNTA ANTERIOR, MARCAR O PRINCIPAL MOTIVO DA FALTA DE INTERNET.

(Pode marcar mais de uma opção)

Por falta de necessidade dos moradores
 Por falta de interesse dos moradores
 Por que os moradores acham caro
 Por que os moradores não sabem usar a internet

²⁶¹Questionário adaptado da pesquisa TIC Domicílios 2023, disponível em:
<https://cetic.br/pt/arquivos/domicilios/2023/individuos/>

Onedrive

- Utilizou redes sociais (*Instagram, Tiktok, WhatsApp*) para compartilhar conteúdo na internet, como textos, imagens, fotos, vídeos ou músicas
- Criou ou atualizou *blogs*, páginas na internet ou *sites*
- Postou na internet textos, imagens, fotos, vídeos ou músicas que você mesmo fez
- Baixou ou fez *download* de filmes
- Baixou ou fez *download* de séries
- Baixou ou fez *download* de músicas
- Baixou ou fez *download* de jogos
- Baixou ou fez *download* de *softwares*, programas de computador ou aplicativos
- Baixou ou fez *download* de livros digitais

11. POR QUAL DISPOSITIVO VOCÊ UTILIZA COM MAIS FREQUÊNCIA A INTERNET?
 (Marcar apenas uma opção)

SMARTPHONE	<input type="checkbox"/>
COMPUTADOR	<input type="checkbox"/>
NOTEBOOK	<input type="checkbox"/>
TABLET	<input type="checkbox"/>

MÓDULO 2 - ACESSO AO APLICATIVO DIGA AÍ, ESCOLA!

12. VOCÊ CONHECE O APLICATIVO DIGA AÍ, ESCOLA?

- Sim ()
- Não ()
- Não sabe responder ()

13. VOCÊ JÁ AVALIOU A ESCOLA ATUAL NO APLICATIVO *DIGA AÍ, ESCOLA*?

- Sim ()
- Não ()
- Não sabe responder ()

14. NA SUA OPINIÃO QUAL O OBJETIVO DO APLICATIVO *DIGA AÍ, ESCOLA*?

15. VOCÊ JÁ TEVE ALGUMA SUGESTÃO INFORMADA NO APLICATIVO ATENDIDA PELA GESTÃO DA ESCOLA?

- Sim ()
- Não ()

16. CASO VOCÊ TENHA RESPONDIDO **SIM** NA PERGUNTA ANTERIOR, COMO VOCÊ SE SENTIU QUANDO SUA SOLICITAÇÃO FOI ATENDIDA PELA GESTÃO?

17. QUANTAS AVALIAÇÕES DA ESCOLA VOCÊ FEZ ESSE ANO?

- a) 1 avaliação
- b) 2 avaliações
- c) 3 avaliações
- d) 4 avaliações
- e) 5 ou mais avaliações
- f) Nenhuma

18. QUE DIMENSÕES VOCÊ AVALIOU?

(Pode marcar mais de uma opção)

- a) Alimentação
- b) Gestão da escola
- c) Limpeza
- d) Prédio escolar e materiais
- e) Professores
- f) Programas e projetos
- g) Transporte escolar

19. VOCÊ CONSIDERA QUE O APLICATIVO É FÁCIL DE USAR?

Sim ()

Não ()

20. QUAL DISPOSITIVO VOCÊ COSTUMA USAR PARA REGISTRAR SUA AVALIAÇÃO NO APLICATIVO *DIGA AÍ, ESCOLA*?

- SMARTPHONE
- COMPUTADOR
- NOTEBOOK
- TABLET/TOTE

21. EM QUE LOCAL VOCÊ REALIZA AS AVALIAÇÕES NO APLICATIVO *DIGA AÍ, ESCOLA*?

- Casa
- Escola
- Outro

Especificar: _____

22. SUA FAMÍLIA/RESPONSÁVEL UTILIZA O APLICATIVO *DIGA AÍ, ESCOLA*?

- Sim
- Não
- Não sei responder

23. NA SUA OPINIÃO, QUAL A MAIOR DIFICULDADE EM USAR O APLICATIVO *DIGA AÍ, ESCOLA*?

24. NA SUA OPINIÃO, O QUE PODERIA SER MELHORADO NO APLICATIVO?

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA GESTOR ESCOLAR

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ – UECE
CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS – CESA
MESTRADO PROFISSIONAL EM PLANEJAMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS – MPPPP

ROTEIRO DE ENTREVISTA GESTOR ESCOLAR- DIGA AÍ, ESCOLA!

DADOS PESSOAIS	Idade: Sexo:
FORMAÇÃO ACADÊMICA	<ul style="list-style-type: none"> • Graduação:____ () Concluído () Em Andamento • Pós Graduação:(360h)____ () Concluído () Em Andamento • Mestrado_____ () Profissional () Acadêmico () Concluído () Em Andamento • Doutorado_____ () Concluído () Em Andamento
EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL (EM ANOS)	<ul style="list-style-type: none"> • Tempo de magistério • Tempo de exercício nessa escola • Tempo de exercício no cargo de direção • Tempo de experiência no serviço público • Tipo de vínculo () efetivo município () efetivo outro município () efetivo rede estadual () efetivo rede federal
FORMAÇÃO EM SERVIÇO	<ul style="list-style-type: none"> • Você participou ou participa de alguma formação específica para o cargo de gestor escolar promovido pela SME? Se sim, quais? • Quais os temas abordados nesses encontros formativos? Você considera que eles sejam pertinentes a função de gestor? • Pessoalmente, você tem procurado cursos de aperfeiçoamento profissionais que possam corroborar com o seu trabalho na gestão? • Quais os maiores empecilhos encontrados para o aperfeiçoamento profissional como gestor? • Você se considera mais preparado pedagógica ou administrativamente para desempenhar o seu papel enquanto diretor escolar? • Em que área/ assunto você acha que as formações poderiam ser intensificadas e melhores trabalhadas?
CARACTERIZAÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR	<ul style="list-style-type: none"> • Como você caracteriza a comunidade atendida pela escola? • Quais os maiores desafios encontrados nessa relação escola/comunidade? • O que você considera positivo nesse contexto? • Quais os mecanismos de comunicação você utiliza com a comunidade escolar? • Os pais procuram a escola com frequência? • Você se considera respeitado/acolhido pela comunidade de

	um modo geral?
ESTRUTURA FÍSICA DA UNIDADE ESCOLAR	<ul style="list-style-type: none"> • Você considera a estrutura física da unidade escolar adequada para o público que atende? • Quais os maiores desafios encontrados em relação a isso? • Existem espaços que precisam ser construídos ou reformados dentro da escola? • Quando foi a última reforma estrutural que a unidade passou? • Quais os pontos positivos da estrutura física da unidade? • Quais os pontos negativos da estrutura? • A unidade possui internet banda larga? Qual a velocidade? • A escola recebeu recursos para investir em tecnologias digitais? Se sim, informar a origem. O que foi adquirido? • A escola possui totem de avaliação no diga aí, escola! ? • Com que frequência os alunos utilizam a sala de inovação educacional?
EQUIPE PEDAGÓGICA E CLIMA ESCOLAR	<ul style="list-style-type: none"> • O núcleo gestor está completo? Existe ausência de algum integrante? • Quem é o maior responsável pela parte pedagógica e pelo acompanhamento dos alunos e professores? • Você acha suficiente o número de coordenadores pedagógicos que atuam na unidade escolar? • Como se dá a comunicação entre os membros do núcleo gestor? Existe uma relação harmoniosa? • Como se dão as relações interpessoais na escola? Qual o seu nível de satisfação enquanto gestor em relação ao clima escolar? • Caso a resposta anterior não seja 100%, perguntar o que falta para atingir esse patamar? • Nesse quesito, qual o maior desafio enfrentado? • Existe uma grande rotatividade de professores? • Existe uma grande rotatividade dos membros do núcleo gestor?
GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA	<ul style="list-style-type: none"> • Para você, o que é gestão democrática? • Você se considera um gestor democrático? • Qual é o papel do gestor na gestão escolar democrática? • Que mecanismos você utiliza no seu dia a dia que favorecem a gestão democrática? • Quais plataformas digitais a escola utiliza para comunicação com os pais, alunos e professores? • De que maneira a escola garante o acesso de toda a comunidade escolar às tecnologias utilizadas na gestão participativa? • Como a escola coleta e analisa o feedback da comunidade escolar? • A escola oferece treinamentos ou orientações para pais, alunos e professores sobre o uso adequado das tecnologias de comunicação? Existe alguém responsável por essa formação? Quem é? • Existem iniciativas ou projetos de inovação tecnológica liderados por alunos que contribuem para a gestão participativa da escola? • Como a escola promove a participação ativa dos pais e responsáveis nas decisões escolares? • Quais são os mecanismos utilizados para garantir que a

	<p>voz dos alunos seja ouvida e considerada na gestão da escola?</p> <ul style="list-style-type: none"> • Quais são as estratégias adotadas pela escola para fomentar uma cultura de diálogo e colaboração entre todos os membros da comunidade escolar? • Quais são os principais desafios encontrados na implementação de uma gestão democrática e participativa na escola? • Como a escola avalia a eficácia das ações participativas e democráticas implementadas? Existem indicadores específicos utilizados? • De que maneira a escola utiliza as tecnologias da informação e comunicação para facilitar a participação e a transparência na gestão escolar?
<p>DIGA AÍ, ESCOLA!</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Qual a sua opinião em relação ao aplicativo diga aí, escola!? • Qual o público com maior dificuldade de registrar a avaliação? • Qual o público tem menor percentual de participação no aplicativo? • Qual o público tem maior percentual de participação no aplicativo? • Atualmente qual a pontuação geral da escola? • Atualmente você saberia informar a pontuação da escola em cada dimensão? • Quais as dimensões que recebem menor avaliação por parte dos alunos? • Quais as dimensões que recebem maior avaliação por parte dos alunos? • De que forma vc usa o aplicativo no dia a dia? • Existe alguma devolutiva para os alunos dos dados inseridos? Como é feito? • Existe alguma ação de incentivo ao uso do app pelos alunos? • Qual a sua maior dificuldade em relação ao uso do app? • Qual a maior vantagem do app?

APÊNDICE C - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Esclarecimentos

Você está sendo convidado(a) para participar do estudo intitulado O USO DAS TDICS NA EFETIVAÇÃO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA: UMA ANÁLISE DO APLICATIVO DIGA AÍ, ESCOLA! realizado por Kyria Xavier de Sousa Rocha Silveira, estudante do curso de Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas da Universidade Estadual do Ceará - UECE, sob orientação da professora Dra. Maria Andrea Luz da Silva. Nesse estudo pretendemos examinar e discutir as formas de participação da comunidade escolar e de gestão democrática nas escolas da Rede Pública Municipal de Fortaleza, por meio da contribuição da plataforma tecnológica denominada "Diga aí, Escola!". A pesquisa será realizada na EM Ismael Pordeus nas turmas de 6º ao 9º ano.

Caso decida participar da pesquisa, a coleta de dados com o gestor escolar consistirá em responder uma entrevista semiestruturada com duração de aproximadamente 2h. Para os alunos, a participação consistirá em responder um questionário de opinião pública de uma amostra particular com participantes não identificados, composto de 24 perguntas sendo 16 questões objetivas e 08 subjetivas, com duração de aproximadamente 25 minutos.

Você tem o direito de não autorizar ou retirar o seu consentimento da participação em qualquer fase da pesquisa, sem nenhum prejuízo.

Os dados que você fornecer serão confidenciais e serão divulgados apenas em congressos ou publicações científicas, sempre de forma anônima, não havendo divulgação de nenhum dado que possa lhe identificar. Esses dados serão guardados pelo pesquisador responsável por essa pesquisa em local seguro e por um período de 5 anos.

Este documento foi impresso em duas vias. Uma ficará com você e a outra com a pesquisadora responsável **Kyria Xavier de Sousa Rocha Silveira**.

Consentimento Livre e Esclarecido

Após ter sido esclarecido sobre os objetivos, importância e o modo como os dados serão coletados nessa pesquisa, além de conhecer os riscos, desconfortos e benefícios que ela trará para mim e ter ficado ciente de todos os meus direitos, concordo em participar da pesquisa O USO DAS TDICS NA EFETIVAÇÃO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA: UMA ANÁLISE DO APLICATIVO DIGA AÍ, ESCOLA!, e autorizo a divulgação das informações por mim fornecidas em congressos e/ou publicações científicas desde que nenhum dado possa me identificar.

Assinatura do participante

Declaração do pesquisador responsável

Como pesquisadora responsável pelo estudo O USO DAS TDICS NA EFETIVAÇÃO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA: UMA ANÁLISE DO APLICATIVO DIGA AÍ, ESCOLA!,

declaro que assumo a inteira responsabilidade de cumprir fielmente os procedimentos metodologicamente e direitos que foram esclarecidos e assegurados ao participante desse estudo, assim como manter sigilo e confidencialidade sobre a identidade dele.

Declaro ainda estar ciente que na inobservância do compromisso ora assumido estarei infringindo as normas e diretrizes propostas pela Resolução 466/12 e 510/16 do Conselho Nacional de Saúde – CNS, que regulamenta as pesquisas envolvendo o ser humano.

Local, ___/___/___ (data).

Assinatura da Pesquisadora Responsável

Nome

**Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Políticas Públicas da
Universidade Estadual do Ceará**

ANEXO A – TELAS DO APP “DIGA AÍ, ESCOLA!”

TELA INICIAL COM OPÇÕES DAS DIMENSÕES PASSÍVEIS DE AVALIAÇÃO DOS ALUNOS



TELA DE AVALIAÇÃO DO SERVIÇO COM A OPÇÃO DE MARCAR DE 1 A 5 ESTRELAS



TELA DE AVALIAÇÃO APÓS O SERVIÇO TER SIDO CONSIDERADO DE 1 A 3 ESTRELAS



TELA DE AVALIAÇÃO APÓS O SERVIÇO SER AVALIADO COM 4 OU 5 ESTRELAS



The screenshot shows a mobile application interface for a food service evaluation. At the top, there is a circular icon with a fork and knife, labeled "ALIMENTAÇÃO". Below the icon, the title "O QUE VOCÊ PREFERE?" is displayed in green, followed by the instruction "Você pode marcar mais de uma opção!". There are four green buttons with white text, each representing a different evaluation criterion: "A VARIEDADE DO CARDÁPIO", "A QUANTIDADE SERVIDA", "A QUANTIDADE DE FUNCIONÁRIOS PARA PREPARO E SERVIÇO", and "O LUGAR ONDE A ALIMENTAÇÃO É SERVIDA". Below these buttons is a text input field with a dashed border, containing the placeholder text "Se quiser, deixe um comentário." and a character count "150 caracteres restantes" at the bottom right.

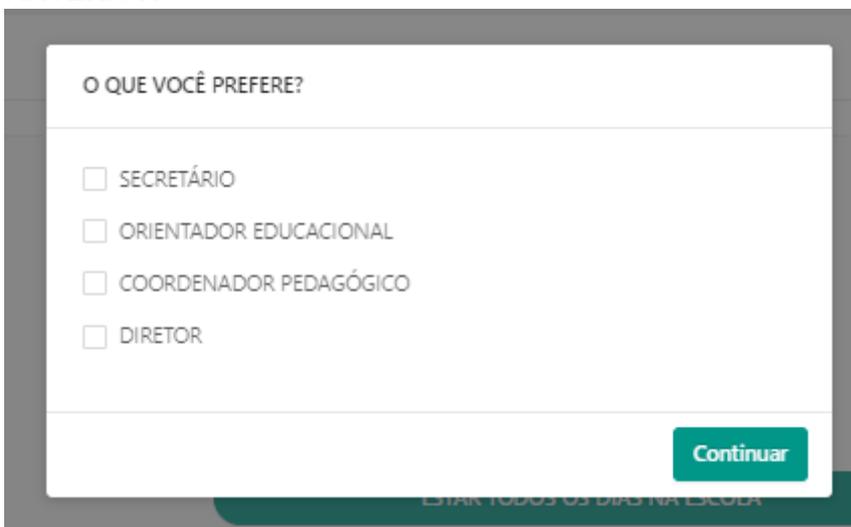
TELA DE AVALIAÇÃO APÓS O SERVIÇO SER AVALIADO DE 1 A 3 ESTRELAS



The screenshot shows a mobile application interface for a school management evaluation. At the top, there is a circular icon with a school building, labeled "GESTÃO DA ESCOLA". Below the icon, the title "O QUE PRECISA MELHORAR?" is displayed in green, followed by the instruction "Você pode marcar mais de uma opção!". There are four green buttons with white text, each representing a different evaluation criterion: "ESTAR TODOS OS DIAS NA ESCOLA", "RELACIONAMENTO COM AS PESSOAS", "A ORGANIZAÇÃO", and "SABER RESOLVER PROBLEMAS". Below these buttons is a text input field with a dashed border, containing the placeholder text "Se quiser, deixe um comentário." and a character count "150 caracteres restantes" at the bottom right.

TELA DE AVALIAÇÃO APÓS O SERVIÇO SER AVALIADO DE 4 A 5 ESTRELAS

The screenshot shows a mobile application interface for school management evaluation. At the top, there is a circular logo with an orange border containing a stylized figure. Below the logo, the text "GESTÃO DA ESCOLA" is displayed. The main heading is "O QUE VOCÊ PREFERE?" in a bold, teal font. Underneath, a subtitle reads "Você pode marcar mais de uma opção!". There are four teal, rounded rectangular buttons stacked vertically, each containing white text: "ESTAR TODOS OS DIAS NA ESCOLA", "RELACIONAMENTO COM AS PESSOAS", "A ORGANIZAÇÃO", and "SABER RESOLVER PROBLEMAS". Below these buttons is a dashed-line text input field with the placeholder text "Se quiser, deixe um comentário." and a character count "150 caracteres restantes" at the bottom right.

TELA PARA INDICAR A QUE PROFISSIONAL SE REFERE A AVALIAÇÃO DA TELA ANTERIOR

The screenshot shows a mobile application interface for indicating the professional being evaluated. The title is "O QUE VOCÊ PREFERE?". Below the title, there are four unchecked checkboxes, each followed by a professional role: "SECRETÁRIO", "ORIENTADOR EDUCACIONAL", "COORDENADOR PEDAGÓGICO", and "DIRETOR". At the bottom right, there is a teal button with the text "Continuar".



LIMPEZA

O QUE PRECISA MELHORAR?

Você pode marcar mais de uma opção!

A QUANTIDADE DE FUNCIONÁRIOS

A QUANTIDADE DE VEZES QUE A ESCOLA É LIMPA

A LIMPEZA DOS ESPAÇOS DA ESCOLA

Se quiser, deixe um comentário.

150 caracteres restantes

AO SELECIONAR A LIMPEZA DO ESPAÇO, INDICAR QUAL O AMBIENTE SE TRATA

QUAL AMBIENTE?

ÁREAS LIVRES

SALA DE AULA

BANHEIRO

PÁTIO

Continuar

A QUANTIDADE DE FUNCIONÁRIOS

A QUANTIDADE DE VEZES QUE A ESCOLA É LIMPA

A LIMPEZA DOS ESPAÇOS DA ESCOLA

Se quiser, deixe um comentário.

150 caracteres restantes


 PRÉDIO ESCOLAR E MATERIAIS
O QUE PRECISA MELHORAR?
 Você pode marcar mais de uma opção!

BANHEIROS
 SALAS DE AULA
 ÁREA DE ESPORTE E LAZER
 BIBLIOTECA/SALA DE LEITURA
 LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA
 MATERIAL ESCOLAR

Se quiser, deixe um comentário.
 150 caracteres restantes

DETALHAMENTO DOS SERVIÇOS QUE PRECISAM SER MELHORADOS NA DIMENSÃO PRÉDIO ESCOLAR E MATERIAIS

BANHEIROS

O QUE PRECISA MELHORAR?

QUANTIDADE DE PIAS
 ILUMINAÇÃO (LÂMPADAS, JANELAS)
 INSTALAÇÕES (PIAS, AZULEJOS, PORTAS)
 QUANTIDADE DE SANITÁRIOS

Continuar

SALA DE AULA

O QUE PRECISA MELHORAR?

- MOBILIÁRIO (CADEIRAS, MESAS, QUADRO)
- ILUMINAÇÃO (LÂMPADAS, JANELAS)
- BARULHO
- VENTILAÇÃO (VENTILADOR, JANELAS)

Continuar

ÁREA DE ESPORTE E LAZER

O QUE PRECISA MELHORAR?

- QUADRA DE ESPORTES
- PARQUINHO
- PÁTIO

Continuar

BIBLIOTECA/SALA DE LEITURA

O QUE PRECISA MELHORAR?

- VENTILAÇÃO (VENTILADORES, JANELAS)
- MOBILIÁRIO (ESTANTES, MESAS, CADEIRAS)
- NÃO TEM BIBLIOTECA OU SALA DE LEITURA
- ACERVO (LIVROS, REVISTAS, HQ)
- ILUMINAÇÃO (LÂMPADAS, JANELAS)

Continuar

LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA

O QUE PRECISA MELHORAR?

- NÃO TEM LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA
- ILUMINAÇÃO (LÂMPADAS, JANELAS)
- VENTILAÇÃO (VENTILADORES, JANELAS)
- COMPUTADORES
- MOBILIÁRIO (MESAS, CADEIRAS)
- TEM LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA, MAS NÃO FUNCIONA

Continuar

MATERIAL ESCOLAR

NÃO RECEBEU?

- AGENDA
- KIT ESCOLAR (CADERNO, RÉGUAS, CANETAS, LÁPIS, BORRACHA, APONTADOR)
- FARDAMENTO
- LIVRO DIDÁTICO

Continuar

QUANDO A AVALIAÇÃO DA DIMENSÃO PRÉDIO ESCOLAR E MATERIAIS RECEBE DE 4 A 5 ESTRELAS NÃO HÁ POSSIBILIDADE DE DETALHAMENTO



PRÉDIO ESCOLAR E MATERIAIS

O QUE VOCÊ PREFERE?

Você pode marcar mais de uma opção!

- BANHEIROS
- SALAS DE AULA
- ÁREA DE ESPORTE E LAZER
- BIBLIOTECA/SALA DE LEITURA
- LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA
- MATERIAL ESCOLAR

Se quiser, deixe um comentário.

150 caracteres restantes



PROFESSORES

O QUE PRECISA MELHORAR?

Você pode marcar mais de uma opção!

- RELACIONAMENTO COM O ALUNO
- QUALIDADE DAS AULAS
- ESTAR NA ESCOLA TODOS OS DIAS
- CHEGAR NO HORÁRIO

Se quiser, deixe um comentário.

150 caracteres restantes

ANEXO B – MANUAL DE INSTALAÇÃO DO TOTEM



Fortaleza

PREFEITURA

Educação

MANUAL DE INSTALAÇÃO DO TOTEM

COORDENADORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - COTECI

1º PASSO

Configurando o tablet



MANUAL DE INSTALAÇÃO DO TOTEM



Fortaleza

PREFEITURA

Educação

Tela Inicial

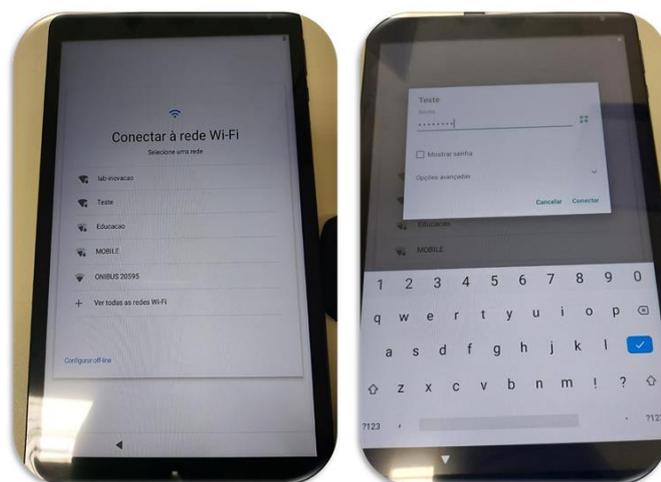
Ao ligar o tablet pela primeira vez, aparecerá uma tela azul para configuração do idioma, caso já esteja no idioma correto, clicar no botão iniciar.



MANUAL DE INSTALAÇÃO DO TOTEM

Seleção da Rede

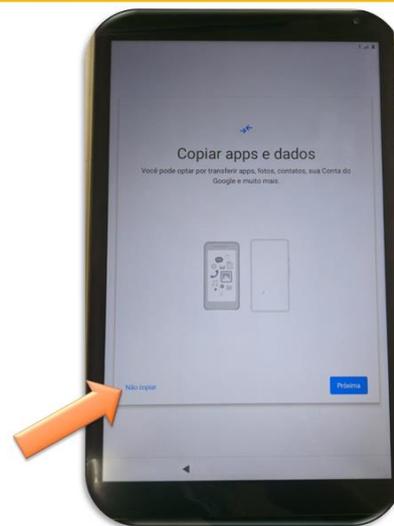
Será solicitado selecionar uma rede, selecione a rede disponível depois digite a senha e clique em conectar.



MANUAL DE INSTALAÇÃO DO TOTEM

Cópia de Apps e Dados

Na tela seguinte será solicitado se deseja copiar arquivos e aplicativos, clique em “não copiar”.

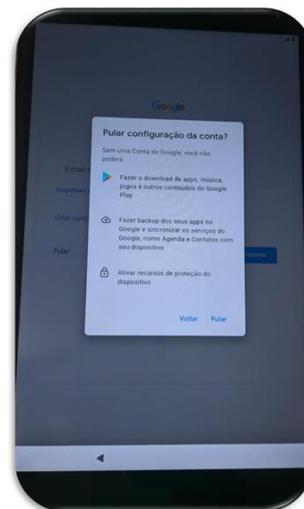
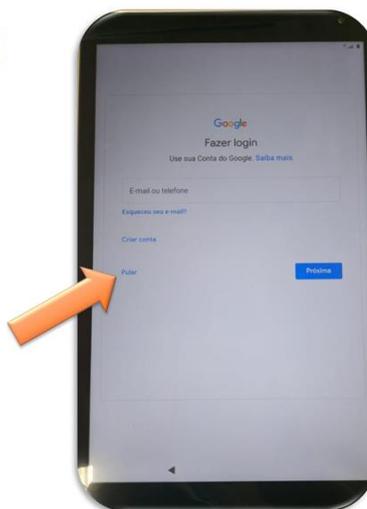


MANUAL DE INSTALAÇÃO DO TOTEM



Login na Conta Google

Na tela de login da conta Google, clique em pular e na mensagem seguinte clique em pular novamente.

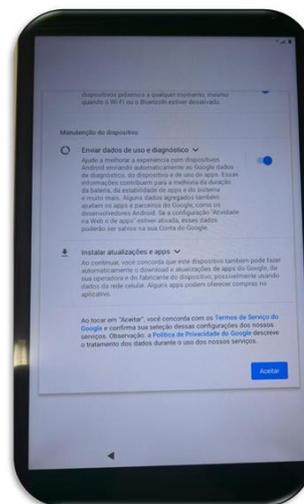
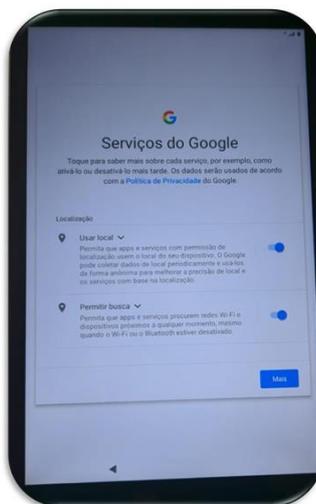


MANUAL DE INSTALAÇÃO DO TOTEM



Serviços Google

Na tela de serviços do Google, arraste para baixo e depois selecione aceitar.

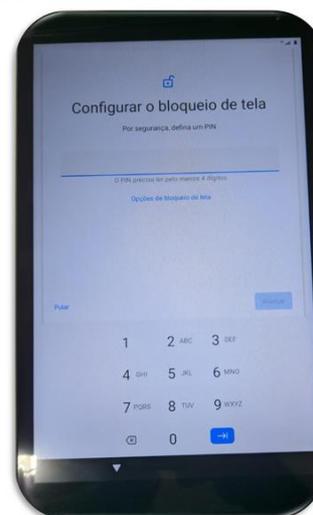


MANUAL DE INSTALAÇÃO DO TOTEM



Bloqueio da Tela

Na tela de configuração do bloqueio de tela será solicitado um PIN para o equipamento. Digite: 1, 2, 3 e 4 e toque em Avançar.



MANUAL DE INSTALAÇÃO DO TOTEM



Desbloquear com o Rosto

Na tela de configuração de desbloqueio com o rosto clique em pular.



MANUAL DE INSTALAÇÃO DO TOTEM



2° PASSO

Acessando o Diga Aí, Escola

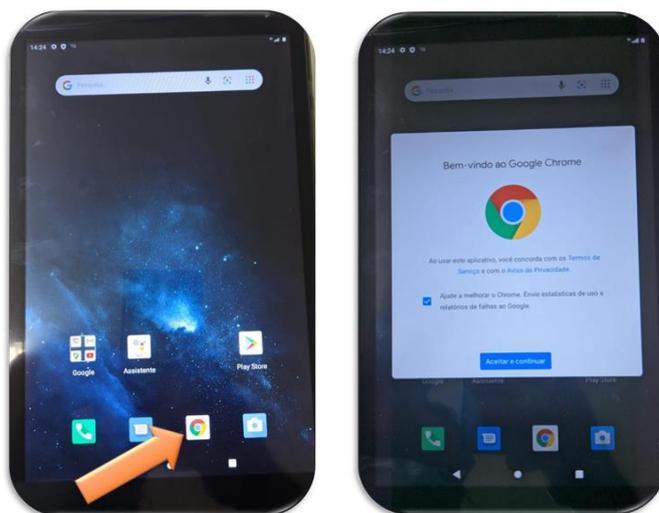


MANUAL DE INSTALAÇÃO DO TOTEM



Abrindo o Google Chrome

Na tela inicial do tablet. Clique no ícone do Google Chrome, na mensagem que aparecerá clique em “Aceitar e continuar”

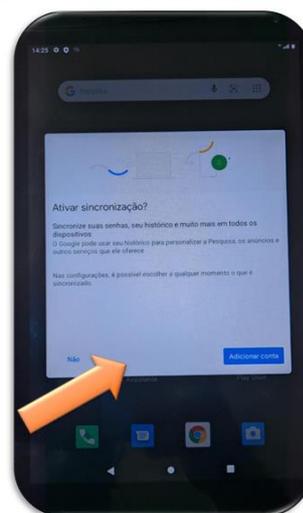


MANUAL DE INSTALAÇÃO DO TOTEM



Sincronização

Na tela de configuração para “Ativar sincronização” clique em não.

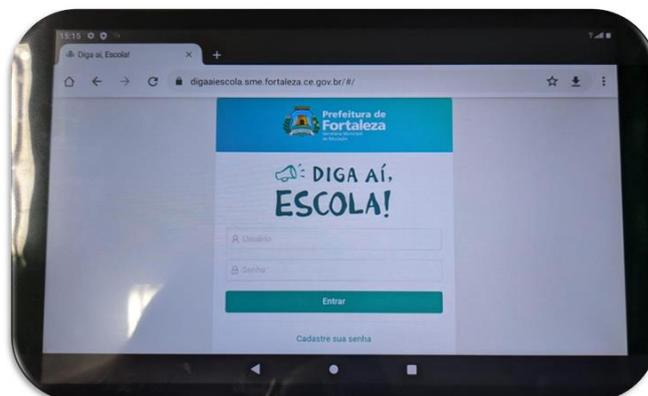


MANUAL DE INSTALAÇÃO DO TOTEM



Site Diga Aí, Escola

Na barra de navegação do Google Chrome digite :
digaiescola.sme.fortaleza.ce.gov.br
e clique no botão “enter” do teclado do tablet.



MANUAL DE INSTALAÇÃO DO TOTEM



3° PASSO

Configurações Adicionais

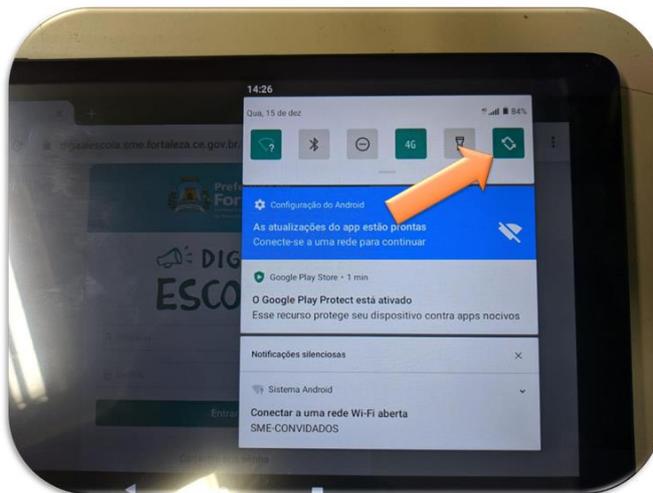


MANUAL DE INSTALAÇÃO DO TOTEM



Rotação da Tela

Caso a tela do tablet não esteja com a opção de rotação ativada, arraste com o dedo do canto superior da tela até a parte inferior, dessa forma mostrando os atalhos de configuração e ative a opção de giro de tela.

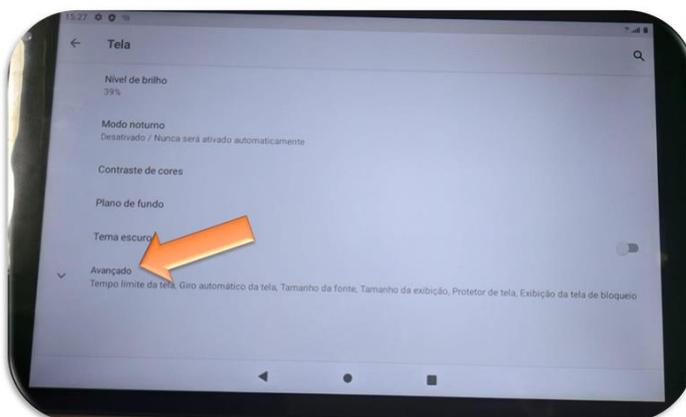


MANUAL DE INSTALAÇÃO DO TOTEM



Tempo Limite de Tela

Configure o tempo de funcionamento da tela arrastando com o dedo do canto superior da tela até a parte inferior, dessa forma mostrando os atalhos de configuração, e mantenha pressionado o botão de giro de tela, para abrir a janela de configurações da tela e clique em avançado.

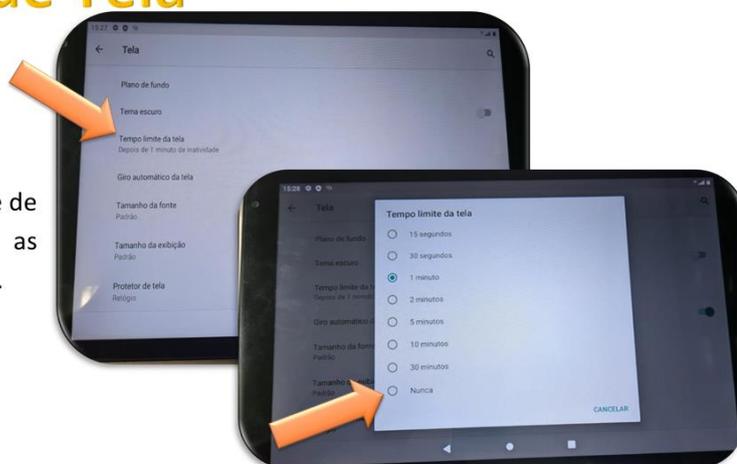


MANUAL DE INSTALAÇÃO DO TOTEM



Tempo Limite de Tela

Agora toque em “tempo limite de tela”. Aparecerá uma janela com as opções de tempo, selecione “nunca”.



MANUAL DE INSTALAÇÃO DO TOTEM



4° PASSO

Instalação do Carregador no Totem

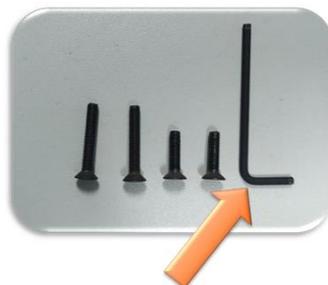


MANUAL DE INSTALAÇÃO DO TOTEM



Remoção da Tampa Traseira

Fazer a remoção da tampa traseira do totem com a chave allen (em forma de L conforme imagem) que acompanha o kit.



MANUAL DE INSTALAÇÃO DO TOTEM



Instalação do Carregador

Fazer a instalação do carregador de forma que o cabo de carregamento passe pela fenda da removida e passe por cima ate o local de instalação do tablet, conforme imagens:



MANUAL DE INSTALAÇÃO DO TOTEM



Reposição da Tampa Traseira

Recoloque a tampa traseira com seus devidos parafusos de fixação, utilizando a chave allen.



MANUAL DE INSTALAÇÃO DO TOTEM



5° PASSO

Instalação do Tablet no Totem



MANUAL DE INSTALAÇÃO DO TOTEM



Remoção da Tampa Lateral

Remova, com a chave allen, a tampa na lateral esquerda do totem.



MANUAL DE INSTALAÇÃO DO TOTEM



Inserção do Tablet

Inserir o tablet na posição horizontal de forma que a câmera do equipamento fique na parte superior e conectar o equipamento no cabo de carregamento. Após inserção do tablet recolocar a tampa do totem de forma que a proteção emborrachada encoste no tablet.



MANUAL DE INSTALAÇÃO DO TOTEM



INSTALAÇÃO CASO FAÇA USO DE CHIP 4G



MANUAL DE INSTALAÇÃO DO TOTEM



Slot do Chip

Na lateral do tablet, próximo a câmera do equipamento, possui um slot para o chip 4G e outro para o cartão de memória.



MANUAL DE INSTALAÇÃO DO TOTEM



Instalação do Chip

Instalar chip no slot à esquerda, próximo a entrada do fone de ouvido, a posição correta de inserção do chip é com a fenda apontando para o lado exterior e o símbolo da operadora direcionado para cima, conforme imagens.

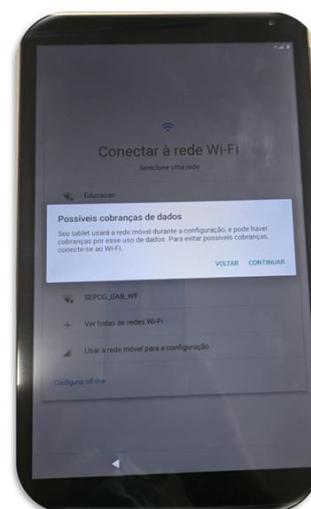
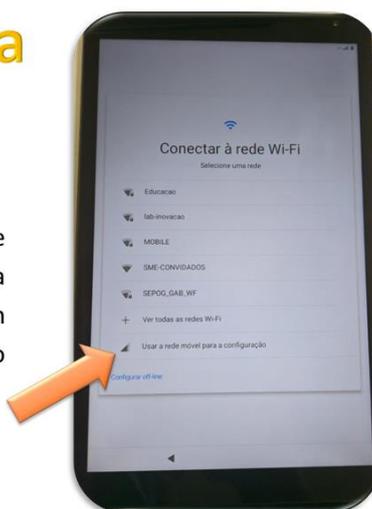


MANUAL DE INSTALAÇÃO DO TÓTEM

 **Fortaleza**
PREFEITURA
Educação

Configuração da Rede 4G

Na tela de configuração da rede clique em “usar a rede móvel para a configuração” no canto inferior em seguida aparecerá um aviso sobre uso da rede móvel, clique em continuar.



MANUAL DE INSTALAÇÃO DO TÓTEM

 **Fortaleza**
PREFEITURA
Educação

ANEXO C – CARTAZES INFORMATIVOS DIGA AÍ, ESCOLA!

O que é o DIGA AÍ, ESCOLA!?
É um canal de escuta e participação da comunidade escolar da Rede Municipal de Ensino de Fortaleza.

Quem deve participar?
Aluno, professor, grupo gestor e família.

Meu nome será identificado quando eu fizer a avaliação?
Não. As informações pessoais dos usuários estão resguardadas pela segurança do banco de dados da SME.

Por que eu devo avaliar a minha escola?
As avaliações via o Diga Aí, Escola! irão indicar o que precisamos melhorar e o que podemos fazer para avançarmos na qualidade dos serviços educacionais ofertados em nossa Rede.

Contamos com a sua participação!

Fortaleza
PREFEITURA
Educação

PARA ALUNOS

Como acessar?
Pelo endereço eletrônico: digaiescola.sme.fortaleza.ce.gov.br e pelos totens localizados nas unidades escolares.

O PRIMEIRO ACESSO deve seguir às seguintes instruções:
Acessar pela primeira vez pelo RM (registro de matrícula), confirmar o cadastro e criar uma senha pessoal;

Após a confirmação dos dados, retorne à tela inicial e realize o LOGIN da seguinte forma:
RM + senha pessoal;

Se esquecer a senha, é só acessar novamente o cadastro e criar uma nova senha

Fortaleza
PREFEITURA
Educação

PARA PROFESSORES E GESTORES

Como acessar?
Pelo endereço eletrônico: digaiescola.sme.fortaleza.ce.gov.br e pelos totens localizados nas unidades escolares.

O PRIMEIRO ACESSO deve seguir às seguintes instruções:
Acessar pela primeira vez pelo número de matrícula, confirmar o cadastro e criar uma senha pessoal;

Após a confirmação dos dados, retorne à tela inicial e realize o LOGIN da seguinte forma:
Nº de Matrícula + senha pessoal;

Se esquecer a senha, é só acessar novamente o cadastro e criar uma nova senha

Fortaleza
PREFEITURA
Educação

PARA FAMÍLIA

Como acessar?
Pelo endereço eletrônico: digaiescola.sme.fortaleza.ce.gov.br e pelos totens localizados nas unidades escolares.

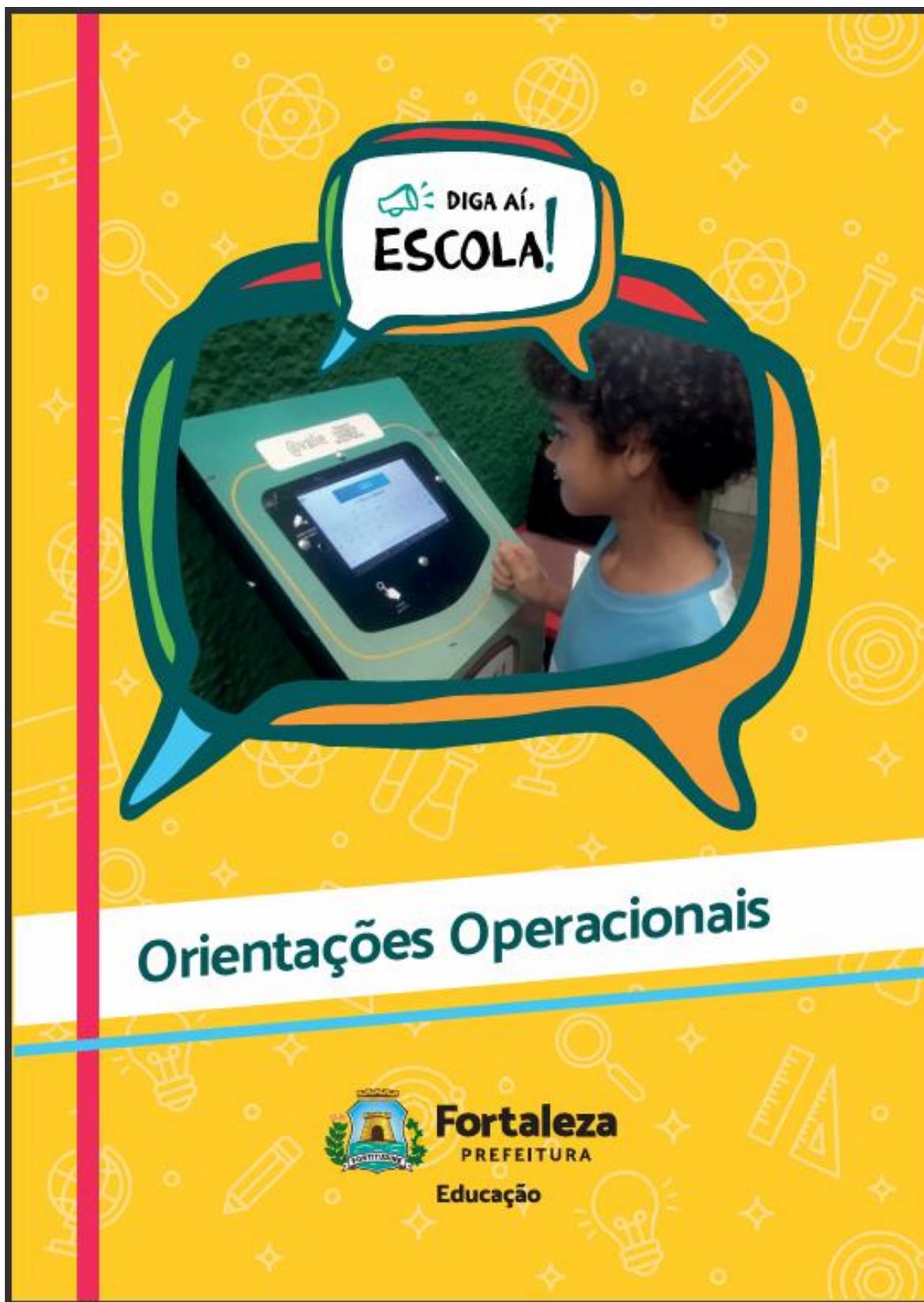
O PRIMEIRO ACESSO deve seguir às seguintes instruções:
Acessar pela primeira vez pelo RM (registro de matrícula) do filho(a), confirmar o cadastro inserindo o CPF quando necessário, e criar uma senha pessoal.

Após a confirmação dos dados, retorne à tela inicial e realize o LOGIN da seguinte forma:
CPF + senha pessoal;

Se esquecer a senha, é só acessar novamente o cadastro e criar uma nova senha

Fortaleza
PREFEITURA
Educação

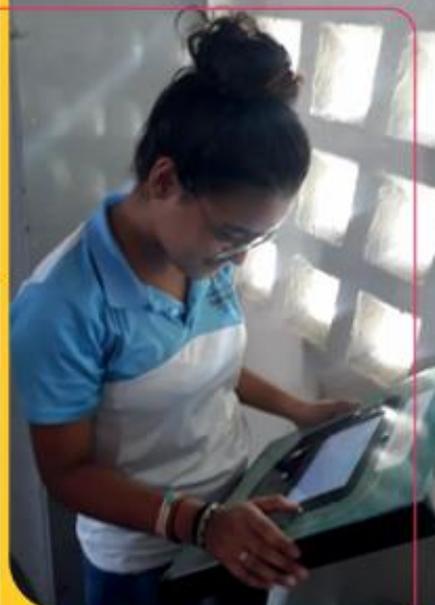
ANEXO D – ORIENTAÇÕES OPERACIONAIS SOBRE A PARTICIPAÇÃO NA AVALIAÇÃO



COMPROMISSO COM A QUALIDADE COM EQUIDADE

A Secretaria Municipal de Educação (SME) de Fortaleza tem como compromisso fundamental o **desenvolvimento da política educacional voltada para garantir a educação de qualidade com equidade**. Nessa perspectiva, compreende que a qualidade para todos deve envolver a atuação dos diversos educadores que, nas diferentes instâncias do sistema de ensino (SME/Sede, SME/Distrito de Educação, SME/Instituição Educacional), contribuam por meio da participação nas decisões e na construção do sucesso da política educacional.

É nesse contexto que o DIGA AÍ, ESCOLA! é disponibilizado como o canal de escuta e participação da comunidade escolar da Rede Municipal de Ensino de Fortaleza. A ferramenta favorece a participação ativa e efetiva de integrantes da comunidade escolar na avaliação de serviços educacionais. Com atuação da escola, materializa-se uma avaliação a serviço da qualidade na gestão.



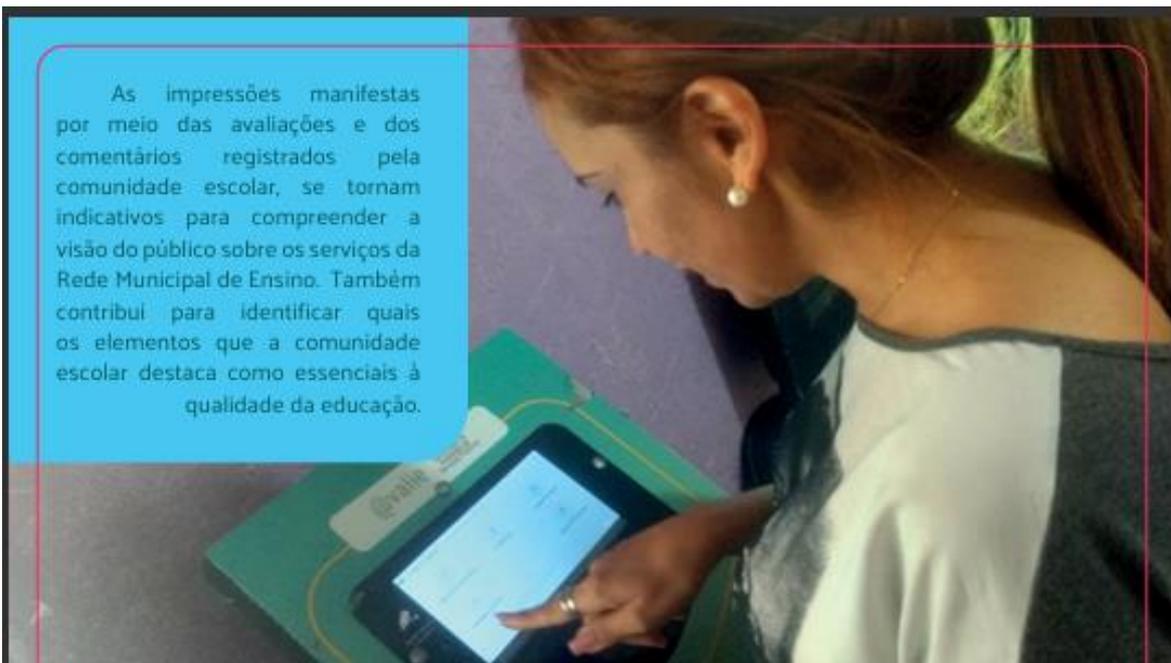
O DIGA AÍ, ESCOLA é uma plataforma tem o objetivo de fortalecer a participação social por meio da escuta da comunidade escolar sobre a avaliação da qualidade de serviços educacionais oferecidos pelo Sistema Municipal de Ensino de Fortaleza, apoiando na construção das políticas e decisões estratégicas que contribuam para elevar a qualidade do ensino e da aprendizagem.

MARCOS LEGAIS

Em 26 de julho de 2021, foi instituído o PROGRAMA DE AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS prestados pelos Órgãos da Prefeitura Municipal de Fortaleza por meio do Decreto Municipal Nº 15.061. Como uma ação pioneira desde 2019, a SME busca contribuir com a efetividade dos serviços e das políticas públicas no município a partir da participação dos usuários dos serviços de educação da Rede de Ensino.

Com sua forma simples e linguagem fácil, se espera que contribua para a melhoria da rotina escolar e que as avaliações apontem para o aperfeiçoamento dos serviços prestados pelas instituições de ensino.

As impressões manifestas por meio das avaliações e dos comentários registrados pela comunidade escolar, se tornam indicativos para compreender a visão do público sobre os serviços da Rede Municipal de Ensino. Também contribui para identificar quais os elementos que a comunidade escolar destaca como essenciais à qualidade da educação.



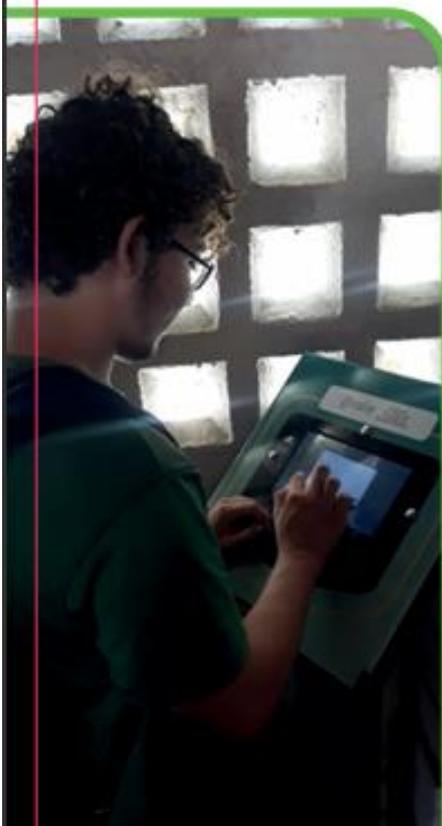
SEGURANÇA

As informações pessoais dos usuários estão resguardadas pela segurança do banco de dados da administração pública municipal de Fortaleza. Por meio de ferramentas especializadas, as avaliações e sugestões compartilhadas pelos usuários são identificadas apenas pelo perfil genérico: aluno, professor, grupo gestor, família. Todas as informações presentes nas avaliações e nos comentários são resguardadas pela SME.

OS USUÁRIOS DA REDE DE ENSINO E OS SERVIÇOS EDUCACIONAIS

O **Diga Ai, Escola!** sinaliza quais as percepções e as expectativas da comunidade escolar – **alunos, famílias, professores e gestores escolares**, em relação aos serviços prestados pela SME. Na plataforma, esses serviços são apresentados em forma de **dimensões** relacionadas ao que a Rede vivencia no dia a dia por meio das escolas e demais unidades de atendimento: **alimentação, limpeza, transporte, professores, gestão escolar, prédio escolar e infraestrutura, programas e projetos, relações institucionais com a SME/sede e Distritos de Educação**.

COMO PARTICIPAR DA AVALIAÇÃO?



O sistema fica disponível para avaliações das dimensões conforme o perfil do avaliador, sendo de livre escolha do usuário avaliar apenas uma ou todas as que estão disponíveis. Nessa condição, não são possíveis avaliações simultâneas das dimensões já avaliadas pelo usuário.

Dentro dessas disposições, é permitido que esse usuário, tendo motivos para tanto, **volte a utilizar o aplicativo para reavaliações a cada 30 dias**.

Acesse a avaliação pelo endereço eletrônico

<https://digaai escola.sme.fortaleza.ce.gov.br/>

- O **PRIMEIRO ACESSO** deve seguir às seguintes instruções:

PARA ALUNO: acessar pela primeira vez pelo RM (registro de matrícula), confirmar o cadastro e criar uma senha pessoal;

PARA PROFESSORES E GESTORES ESCOLARES: acessar pela primeira vez pelo número de matrícula, confirmar o cadastro e criar uma senha pessoal;

PARA FAMÍLIA: acessar pela primeira vez pelo RM (registro de matrícula) do filho(a), confirmar o cadastro inserindo o CPF quando necessário, e criar uma senha pessoal.

- Após a confirmação dos dados, retorne à tela inicial e realizar o **LOGIN** da seguinte forma:

PARA ALUNO: RM + senha pessoal;

PARA PROFESSORES E GESTORES ESCOLARES: Nº de Matrícula + senha pessoal;

PARA FAMÍLIA: CPF + senha pessoal.

- Ao acessar a página inicial, escolha a **DIMENSÃO** que deseja avaliar;

- A avaliação é realizada em uma escala de satisfação representada por **estrelas**:

1 estrela: o serviço realizado não é satisfatório;

2 estrelas: o serviço realizado é pouco satisfatório;

3 estrelas: o serviço tem satisfação mediana;

4 estrelas: o serviço realizado é satisfatório;

5 estrelas: o serviço realizado é bastante satisfatório;

- **CONTINUE** com a avaliação de acordo com as indicações do sistema;

- Se desejar, deixe um **COMENTÁRIO**;

- **FINALIZE** a avaliação.

ACOMPANHAMENTO DAS AVALIAÇÕES E RETORNO À COMUNIDADE ESCOLAR

As avaliações via o Diga Ai, Escola! nos levarão a pontos de melhoria que precisam ser respondidos à comunidade escolar. Assim, essas melhorias precisam ser comunicadas de forma clara e informando que essas respostas se deram a partir das demandas registradas no Diga Ai, Escola!

A Escola pode utilizar de diversas formas para comunicar as ações de melhoria realizadas a partir das avaliações:

- **Para os ALUNOS:** nas reuniões mensais com o Grêmio Estudantil (Escolas de EF Anos Finais) e com o Conselho de Líderes (Escolas de EF Anos Iniciais);
- **Para o CONSELHO ESCOLAR:** nas reuniões ordinárias previstas no calendário escolar;
- **Para as FAMILIAS:** durante as reuniões de pais e por meio do mural GESTÃO À VISTA que fica na entrada da escola;
- **Para os PROFESSORES:** durante os momentos de planejamento e no mural da sala dos professores.

Comunicar a todos sobre como esse movimento de melhoria está acontecendo, será essencial para avançarmos na qualidade dos serviços educacionais ofertados em nossa Rede.



**CONTAMOS COM
SUA PARTICIPAÇÃO!**



ANEXO E – MATERIAL DE DIVULGAÇÃO DO DIGA AÍ, ESCOLA!

Olá,
Aluno (a)!
Seja bem-vindo ao



Aplicativo gratuito da Secretaria Municipal da Educação de Fortaleza desenvolvido para ouvir sua opinião sobre os serviços ofertados por sua escola.

Como ter acesso?

- 1** Baixe o aplicativo para Android na **PlayStore**
- 2** Digite o número do seu registro de matrícula e crie uma senha.

O acesso também pode ser feito em qualquer computador pelo link:

[HTTP://DIGAAIESCOLA.SME.FORTALEZA.CE.GOV.BR](http://DIGAAIESCOLA.SME.FORTALEZA.CE.GOV.BR)

ENTRE E AVALIE!
Contamos com sua opinião para construirmos juntos a qualidade da Educação que queremos para as escolas municipais de Fortaleza!



Olá,
**Mãe/Pai e
Responsáveis!**
Seja bem-vindo ao



Aplicativo gratuito da Secretaria Municipal da Educação de Fortaleza desenvolvido para ouvir sua opinião sobre os serviços ofertados pela escola do seu filho.

Como ter acesso?

- 1** Baixe o aplicativo para Android na **PlayStore**
- 2** Digite o número do registro de matrícula do seu filho, crie uma senha.
- 3** Após o cadastro, acesse o app com o seu CPF e a senha criada.

O acesso também pode ser feito em qualquer computador pelo link:

[HTTP://DIGAAIESCOLA.SME.FORTALEZA.CE.GOV.BR](http://DIGAAIESCOLA.SME.FORTALEZA.CE.GOV.BR)

ENTRE E AVALIE!

Contamos com sua opinião para construirmos juntos a qualidade da Educação que queremos para as escolas municipais de Fortaleza!



Olá,
Professor (a)!
Seja bem-vindo ao



Aplicativo gratuito da Secretaria Municipal da Educação de Fortaleza desenvolvido para ouvir sua opinião sobre os serviços ofertados por sua escola, pela SME-Distrito e pela SME-Sede: infraestrutura das escolas, formações, projetos e outros.

Como ter acesso?

1

Baixe o aplicativo para Android na **PlayStore**

2

Digite o número de sua matrícula e crie uma senha.

O acesso também pode ser feito em qualquer computador pelo link:

[HTTP://DIGAAIESCOLA.SME.FORTALEZA.CE.GOV.BR](http://DIGAAIESCOLA.SME.FORTALEZA.CE.GOV.BR)

ENTRE E AVALIE!

Contamos com sua opinião para construirmos juntos a qualidade da Educação que queremos para as escolas municipais de Fortaleza!



Olá,
Gestor (a)!
Seja bem-vindo ao



Aplicativo gratuito da Secretaria Municipal da Educação de Fortaleza desenvolvido para ouvir sua opinião sobre os serviços ofertados por sua escola, pela SME-Distrito e pela SME-Sede: infraestrutura das escolas, formações, projetos e outros.

Como ter acesso?

- 1** Baixe o aplicativo para Android na **PlayStore**
- 2** Digite o número de sua matrícula e crie uma senha.

O acesso também pode ser feito em qualquer computador pelo link:

[HTTP://DIGAAIESCOLA.SME.FORTALEZA.CE.GOV.BR](http://DIGAAIESCOLA.SME.FORTALEZA.CE.GOV.BR)

ENTRE E AVALIE!

Contamos com sua opinião para construirmos juntos a qualidade da Educação que queremos para as escolas municipais de Fortaleza!



Olá,
**Coordenador(a)
Pedagógico!**
Seja bem-vindo ao



Aplicativo gratuito da Secretaria Municipal da Educação de Fortaleza desenvolvido para ouvir sua opinião sobre os serviços ofertados por sua escola, pela SME-Distrito e pela SME-Sede: infraestrutura das escolas, formações, projetos e outros.

Como ter acesso?

- 1** Baixe o aplicativo para Android na **PlayStore**
- 2** Digite o número de sua matrícula e crie uma senha.

O acesso também pode ser feito em qualquer computador pelo link:

[HTTP://DIGAAIESCOLA.SME.FORTALEZA.CE.GOV.BR](http://DIGAAIESCOLA.SME.FORTALEZA.CE.GOV.BR)

ENTRE E AVALIE!

Contamos com sua opinião para construirmos juntos a qualidade da Educação que queremos para as escolas municipais de Fortaleza!



Olá,
**Secretário(a)
Escolar!**

Seja bem-vindo ao



Aplicativo gratuito da Secretaria Municipal da Educação de Fortaleza desenvolvido para ouvir sua opinião sobre os serviços ofertados por sua escola, pela SME-Distrito e pela SME-Sede: infraestrutura das escolas, formações, projetos e outros.

Como ter acesso?

1

Baixe o aplicativo para Android na **PlayStore**

2

Digite o número de sua matrícula e crie uma senha.

O acesso também pode ser feito em qualquer computador pelo link:

[HTTP://DIGAAIESCOLA.SME.FORTALEZA.CE.GOV.BR](http://DIGAAIESCOLA.SME.FORTALEZA.CE.GOV.BR)

ENTRE E AVALIE!

Contamos com sua opinião para construirmos juntos a qualidade da Educação que queremos para as escolas municipais de Fortaleza!

